

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



FÁBIO AUGUSTO TEIXEIRA RODRIGUES

**A CONSTITUIÇÃO ARQUITETÔNICA DE UM
INTÉRPRETE DE LIBRAS LGBTIA+ NA EDUCAÇÃO
DE PESSOAS SURDAS: a transgressão como ato ético**



BELÉM - PA
2024

FÁBIO AUGUSTO TEIXEIRA RODRIGUES

**A CONSTITUIÇÃO ARQUITETÔNICA DE UM
INTÉRPRETE DE LIBRAS LGBTIA+ NA EDUCAÇÃO
DE PESSOAS SURDAS: a transgressão como ato ético**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes

BELÉM - PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBDSistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696a Rodrigues, Fábio Augusto Teixeira

A Constituição arquitetônica de um intérprete de libras LGBTIA+ na Educação de pessoas surdas: a transgressão como ato ético / Fábio Augusto Teixeira Rodrigues. — Belém, 2024.
121f.

Orientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) -
Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), 2024.

1. Intérpretes de libras LGBTIA+. 2. Documentos oficiais. 3. Performatividades de gênero. 4. Tensões. 5. Arquitetônica. I. Título.

FÁBIO AUGUSTO TEIXEIRA RODRIGUES

**A CONSTITUIÇÃO ARQUITETÔNICA DE UM INTÉRPRETE DE LIBRAS LGBTIA+
NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS: a transgressão como ato ético**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes

Data de aprovação: __/__/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes – Orientador
Universidade do Estado Pará (UEPA)
Doutor em Educação Especial pela Universidade de São Carlos (UFSCAR)

Prof.^a Dr.^a Tânia Regina Lobato dos Santos – Membro interna
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Batista Campos Noel Ribeiro – Membro Externa
Universidade de São Paulo (USP)
Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Prof.^a Dr.^a Waldma Maíra Menezes de Oliveira – Membro Externa
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Dedico esta dissertação à Benedita Barrinha, minha mãe, que esteve e está comigo em todas as lutas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter conseguido finalizar mais uma etapa formativa em minha caminhada. Também agradeço a intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, junto do Papai do céu.

Já no plano terrestre, começo por agradecer a minha família. Meu primeiro agradecimento vai para a minha mãe, Benedita Barrinha, sem dúvida!! Por ser a pessoa que acreditou no meu sonho de vir à capital estudar, “ser alguém na vida”, como é comum escutarmos na minha cidade, Muaná. Outro agradecimento, especial, é para o meu pai, Raimundo de Matos Rodrigues, bem como minhas irmãs Diene e Silvana, e meu irmão, Clomacio. Além disso, também agradeço a minha sobrinha, Rita de Cássia, que mora comigo, aqui em Belém.

Todas essas pessoas moram no meu coração e quero destacar o quanto tive de abrir mão de tantos momentos juntos, datas importantes, porque estava aqui em Belém estudando. Já são 13 anos aqui na capital, desde quando cheguei para fazer o cursinho, então me ausentei dos meus pais e irmãos por incontáveis vezes e, sendo honesto, sofri muito. Mas hoje, com muita felicidade, posso dizer que valeu pena, tendo em vista que um sonho, que parecia tão distante para um garoto marajoara muanense, se torna realidade: concluir o mestrado. Aproveito, também, para agradecer a todos e todas as pessoas que foram meus professores e minhas professoras em Muaná, cidade em que nasci e estudei todo o meu Ensino Fundamental e Médio, lugar que tenho muito orgulho.

Ainda na minha família, mas agora na parte de Belém, meu primeiro obrigado vai a Raimunda Teixeira, minha avó. Ela, que hoje tem mais de 90 anos, foi quem me recebeu, em 2011, quando cheguei nesta cidade para estudar para o vestibular. Minha eterna gratidão a vovó por ter me acolhido com tanto carinho e zelo. E em nome dela, agradeço a todos os familiares belenenses.

Agradeço ao meu orientador, José Anchieta Bentes, por ter acreditado em mim. Deixo aqui meu agradecimento por tudo que me oportunizou e por todas as aprendizagens ao longo destes anos de trajetória acadêmica. Obrigado pela paciência comigo no mestrado e por ter comprado a minha ideia de discutir a temática de gênero junto à discussão do intérprete de Libras LGBTIA+.

Também agradeço às professoras da banca avaliadora: Maria Inês Campos Noel Ribeiro, Tânia Lobato e Waldma Oliveira, pelas contribuições e por todos os

momentos de aprendizagens, que tive com cada uma, em diferentes momentos da minha trajetória formativa.

Outro importante agradecimento é para o Andrei, sujeito desta pesquisa e meu amigo. Formamos juntos na graduação, sempre vi ele envolvido em articulações políticas referentes ao centro acadêmico, com falas importantes em sala de aula. Quero compartilhar que sempre aprendi muito na presença dele, não só do ponto de vista profissional, mas na pessoa, marcada por uma alegria contagiante. Assim, deixo registrado meu profundo agradecimento, mana!!!

Ademais, agradeço a todos os amigos e todas as amigas do mestrado e de fora dele, tantas pessoas que fazem parte da minha trajetória. Para não incorrer o erro de esquecer de alguém, deixo o meu agradecimento a todas as minhas amigadas, assim como agradeço aos meus professores e professoras do curso de mestrado por todos os aprendizados e as ricas discussões nas disciplinas cursadas, além de todas as pessoas que trabalham no programa, que atendem as nossas demandas diariamente.

Outro importante agradecimento vai ao Grupo de Linguagens e Práticas Educacionais da Amazônia – GELPEA, nas pessoas das coordenadoras, professoras Rita Bentes e Josane. Minha eterna gratidão a este grupo de pesquisa, que atuo desde a graduação, um rico espaço formativo que aprendo muito e onde comecei a ter contato e a me interessar pelas leituras bakhtinianas.

De um modo geral, deixo aqui registrado a minha profunda gratidão a todas as pessoas que estiveram e estão comigo. De coração, muito obrigado por todo o acolhimento.

Ah, duvidando desfazendo descrendo do meu filho, que eu é sei o quanto me dói sustentar a criatura lá na cidade, ele que sempre me falou num colégio, sonhou as alturas, num orgulho de, um dia, saber. E agora de novo, foi o que tanto conversei com a Doroteia, não tinha onde ficar em Belém, casa dos primos, na Rui Barbosa, nem um alfinete ali cabia mais. Onde agasalhar? (Jurandir, 2023, p. 74-75).

RESUMO

Quando se trata da educação de pessoas surdas, um dos aspectos importantes é a acessibilidade, a qual está relacionada com a pessoa intérprete de Libras. Em virtude da constituição histórica desta profissão, algumas regras foram sendo assimiladas, embora não contemplem a pluralidade. Nesse contexto, destaca-se o que se convencionou chamar por “código de ética”, que estabelece quais são as condições de atuação, especificamente a premissa da neutralidade durante o fazer laboral. Diante disso, há a seguinte questão-problema: haja vista que o discurso oficial, assimilado pelos manuais e associações, preconiza a dissociação corpo e exercício profissional, como ocorre a constituição arquitetônica da pessoa intérprete de Libras LGBTIA+? Esta pesquisa tem como objetivo analisar a constituição arquitetônica do intérprete de Libras LGBTIA+ na educação de pessoas surdas. O aporte teórico-metodológico está alicerçado na filosofia do ato, de Mikhail Bakhtin ([1920-1924] 2017), e na teoria *queer*, de Judith Butler ([1990] 2003; 2022). Com relação à coleta dos enunciados, realizou-se uma consulta nos documentos do Ministério da Educação e da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, especificamente o código de ética. Além disso, foi utilizada a entrevista semiestruturada e realizada com um participante. Os resultados indicam a posição do ofício de interpretação de Libras constituído por um discurso de manutenção da heterossexualidade compulsória, materializado pelo discurso de uma suposta impessoalidade no exercício profissional. Assim, conclui-se a constituição intersubjetiva da pessoa intérprete de Libras, com ênfase em uma noção de neutralidade/impessoalidade, à qual é oriunda de um discurso cristão-evangélico, caracterizado no plano do gênero/sexualidade, por limitar as performatividades. Do mesmo modo, aponta-se para a ação responsável do participante, pautada no exercício transgressivo e consciente, de um agir profissional concreto, em que ele atua mobilizando todos os valores que o constituem, de modo a constituir uma arquitetônica do ato e em tensão com o discurso oficial, incorporado nos documentos oficiais.

Palavras-chave: intérpretes de libras LGBTIA+; documentos oficiais; performatividades de gênero; tensões; arquitetônica.

ABSTRACT

When it comes to the education of deaf people, one of the important aspects is accessibility, which is related to the Brazilian Sign Language (Libras) interpreter. Due to the historical constitution of this profession, some rules were being assimilated, although they do not contemplate plurality. In this context, what stands out is what has become known as the “code of ethics”, which establishes the conditions of action, specifically the premise of neutrality during work. In view of this, there is the following question-problem: given that the official discourse, assimilated by manuals and associations advocates the dissociation of body and professional practice, how does the architectonic constitution of the LGBTIA+ Brazilian Sign Language interpreter occur? This research aims to analyze the architectonic constitution of the LGBTIA+ Brazilian Sign Language interpreter in the education of deaf people. The theoretical-methodological contribution is based on the Philosophy of the Act, by Mikhail Bakhtin ([1920-1924] 2017), and on the *Queer* theory, by Judith Butler ([1990] 2003, 2022). Regarding the collection of utterances, a consultation was carried out in the documents of the Ministry of Education and the Brazilian Federation of Associations of Professional Translators and Interpreters and s Brazilian Sign Language Guide-Interpreters, specifically the code of ethics. In addition, a semi-structured interview was used and conducted with one participant. The research results indicate the position of the Brazilian Sign Language interpretation profession constituted by a discourse of maintenance of compulsory heterosexuality, materialized by the discourse of a supposed impersonality in the professional exercise. Thus, the intersubjective constitution of the Brazilian Sign Language interpreter is concluded with an emphasis on a notion of neutrality/impersonality, which comes from a Christian-evangelical discourse, characterized, in terms of gender/sexuality, by limiting performativities. It also points to the responsible act of the participant, based on the transgressive and conscious exercise of a concrete professional action, in which he acts by mobilizing all the values that constitute him, in order to constitute an architectonic of the act and in tension with the official discourse, incorporated in the official documents.

Keywords: LGBTIA+ brazilian sign language interpreters; official documents; gender performativities; tensions; architectonic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Fac-símile</i> da capa do documento.....	71
Figura 2 – <i>Fac-símile</i> do sumário do documento.....	72
Figura 3 – <i>Fac-símile</i> da primeira página do Código de Conduta e Ética.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações do PPGED/UEPA.....	26
Quadro 2 – Produções externas nos sites CAPES E BDTD.....	29

LISTA DE SIGLAS

AIDS	<i>Acquired immunodeficiency syndrome</i> (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).....
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.....
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez.....
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.....
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais....
LGBTIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, assexuais, e demais identidades de gênero e orientações sexuais.....
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais.....
MEC	Ministério da Educação.....
PFAR	Para Uma Filosofia do Ato Responsável.....
PROUNI	Programa Universidade para Todos.....
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação.....
SEDUC	Secretaria de Educação.....
UFPA	Universidade Federal do Pará.....
UEPA	Universidade do Estado do Pará.....

SUMÁRIO

1 PONTO DE PARTIDA: DA TRAVESSIA AO ENCONTRO COM A COMUNIDADE SURDA DE BELÉM	16
2 O FAZER PESQUISA COMO ATO RESPONSÁVEL	25
2.1 O Estado do conhecimento.....	25
2.2 Mikhail Bakhtin, um breve caminhar: andanças, escritos e diálogos	30
2.3 A filosofia do ato	35
2.4 Abordagem ético-responsiva da pesquisa	42
2.5 Pesquisa de campo.....	44
2.6 Cuidados de normatização da pesquisa	44
2.7 O sujeito da pesquisa	45
2.8 O processo de realização da entrevista como evento único	45
2.9 A perspectiva do ato responsável como fundamento de análise.....	47
3 DA TEORIA QUEER ÀS PRÁTICAS CONTRASSEXUAIS: A SUBVERSÃO TEÓRICA	48
3.1 O emergir <i>queer</i> : da resistência ao fazer ético-político.....	48
3.2 Problemas de gênero: algumas considerações	51
3.3 O sujeito e as performatividades de gênero.....	56
3.4 Os estudos <i>queer/cu</i> no Brasil	58
3.5 Os estudos <i>queer</i> na educação	61
3.6 A teoria contrassexual: práticas sexuais subversivas	65
4 O CÓDIGO DE ÉTICA DOS (AS) INTÉRPRETES DE LIBRAS	70
4.1 O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (Brasil, 2004)	70
4.2 Código de Conduta e Ética (Febrapils, 2014)	81
5 PRESCRIÇÕES E TRANSGRESSÕES: ENUNCIADOS DE UM SUJEITO INTÉRPRETE DE LIBRAS	89

6 PONTO DE CHEGADA: PALAVRAS INACABADAS.....	111
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123

1 PONTO DE PARTIDA: DA TRAVESSIA AO ENCONTRO COM A COMUNIDADE SURDA DE BELÉM

Olhe, seu Alberto, é preciso mandar Alfredo para Belém... (Jurandir, 2019).

“B’lém, B’lém, já vestido, pronto para desembarcar” (Jurandir, 2004).

Esta dissertação diz respeito a uma temática que se faz bastante presente na minha vida, daí o uso da primeira pessoa do singular, pois farei uma exposição da minha trajetória acadêmica, especificamente do meu encontro com a temática discutida. Diante disso, pessoalizarei minha fala, de modo a demarcar a singularidade das minhas experiências, embora no decorrer da dissertação, após esta seção, faça uso da primeira pessoa do plural, por entender que o processo de realização da pesquisa ocorre de maneira intersubjetiva, ou seja, necessário exceder o eu.

Isso pode, de certa forma, trazer algum incomodo para as convenções acadêmicas, uma vez que se trata de oscilação de pessoa, do discurso, mas quero fazer um apelo: a escrita acadêmica, sobretudo quando trata diretamente de experiências vividas, como é o caso desse texto, não segue necessariamente um padrão estabelecido, visto que o ato de narrar, como argumenta Walter Benjamin, no texto **O narrador** ([1985] 2012), possui um componente fundamental: a vivência. Portanto, gostaria de ressaltar a necessidade de acontecer essa oscilação, pois acredito que neste momento seja importante assumir a primeira pessoa, no sentido de demarcar minha autoria, ponto essencial para apresentar as singularidades do meu existir-único na vida.

Entre os anos de 2008 e 2010, fiz o meu ensino médio em Muaná, cidade do Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, lugar onde nasci. E faço questão de ressaltar a minha origem muanense-marajoara, pois ainda que lá eu não tenha tido aproximação com a educação de pessoas surdas de fato, sempre enxerguei algumas pessoas que eram chamadas de “surdas-mudas”; “mudinho”, como era o caso de um rapaz que era conhecido por essa designação. Também destaco a escola Paula Frassinetti, instituição municipal de Ensino Fundamental, que durante uns anos, tinha nos fundos da escola, uma turma voltada para pessoas “deficientes

auditivas”, conforme a designação da época, onde as pessoas surdas, há muitos anos, estudaram. Apesar de ter essa noção bastante superficial, nunca tive contato efetivo com pessoas surdas lá onde nasci, bem como nunca tinha visto a Língua Brasileira de Sinais (Libras), exceto na televisão, sem entender o porquê de estar ali esse modo de comunicação social.

Ao concluir o meu ensino médio, em 2010, venho de barco, como o personagem Alfredo, de Dalcídio Jurandir, veio para a capital Belém, estudar, porém no meu caso, com o objetivo de fazer o vestibular. Assim, junto com a minha mãe, no dia primeiro de fevereiro, tem início uma jornada, o que para mim, um garoto de 18 anos, era um verdadeiro desafio: estudar para ser aprovado em uma universidade pública. Em razão das limitações da minha mãe, ser aprovado na Universidade Federal do Pará ou na Universidade do Estado do Pará era uma missão. Nesse momento, venho para morar com a minha avó materna, Raimunda, quem me acolhe ao longo de 5 anos, o tempo que prestei o vestibular.

Em 2014, na quarta tentativa do vestibular, consegui, por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma bolsa integral no Programa Universidade Para Todos (PROUNI), no curso de pedagogia em uma faculdade à distância. Apesar de não ser exatamente o que eu queria, fiz a minha matrícula, apesar de continuar tentando o vestibular para ingressar em uma universidade pública. Fiz dois semestres no curso de pedagogia, sendo que no primeiro, tive uma professora que indicou que fossemos a procura de cursos, pois tínhamos uma carga horária a cumprir. Dentre as indicações, uma foi o Centro de Assistência aos Surdos (CAS), órgão vinculado à Secretaria de Educação do estado (SEDUC), destinado a fomentar ações de inclusão específicas para discentes surdos e surdas.

Um dos cursos ofertado pelo CAS é o curso de Libras, com turmas direcionadas para a comunidade. Quando a professora da faculdade de pedagogia indicou o órgão, foi justamente para que fôssemos atrás das vagas do curso de Libras, uma vez que seria importante, já que erámos eu e minhas colegas, pedagogo e pedagogas em formação. Portanto, deveríamos estar instrumentalizados para lidarmos com as diferentes realidades. Em um primeiro momento, minha procura foi apenas pela carga horária, uma vez que não tinha contato com pessoas surdas anteriormente.

Então, em agosto de 2015, começa o primeiro módulo do curso, o nível básico, ministrado pela professora Fernanda Sena. Quando eu ainda estava no curso, a UEPA publica o edital do vestibular para ingresso no curso de Letras-Libras, um processo de seleção específico, composto por duas etapas: a primeira, prova de Libras, em vídeo; a segunda, prova de múltipla escolha com as várias áreas do conhecimento, além de uma redação. Nesse ano, eu estava vivendo com intensidade o vestibular, até porque já estava desesperado para entrar na universidade pública, e seria a quinta tentativa. Ao buscar pelo edital, confesso que fiquei bastante feliz ao encontrar, no eixo de conteúdos da prova de Libras, temáticas já estudadas no curso do CAS, tais como os seguintes campos semânticos: “frutas”, “animais”, “famílias”.

Foi quando resolvi fazer o vestibular, apesar de nesse momento, o meu pensamento era: mais uma chance de garantir minha aprovação, meu contato com pessoas surdas ainda era esporádico, basicamente com os docentes do CAS, ou seja, apenas quando tinha aula, uma vez na semana. Na minha turma tinha uma moça, hoje minha amiga e uma das responsáveis pela minha aprovação, a Paula: ela é formada em Letras-Libras pela UEPA. Nessa época, ela estava no terceiro ano do curso, o equivalente ao quinto e sexto semestres, e foi quem me indicou o projeto de ensino voltado para a prova de Libras, primeira etapa do vestibular, com aulas aos sábados de manhã, na Unidade de Educação Especial Professor Astério de Campos, especializada para o ensino de pessoas surdas. Isso, em virtude de ser a primeira vez de ocorrer o processo seletivo específico, em que aconteceria a formação de uma turma mista: com pessoas surdas e ouvintes.

Então, fui participar do projeto e lembro perfeitamente que cheguei atrasado na aula, fui recebido pela professora Isabel Abraão, que me orientou qual era a sala. As aulas eram ministradas por discentes do curso de Letras-Libras, do último semestre, e pelo professor Arlindo Gomes, um professor surdo que atuava, na época, na escola. A turma era composta, em sua maioria, por pessoas surdas, com pessoas ouvintes, dentre os quais, eu era um. No final da aula, a professora Maria José, então diretora do Astério, convidou a gente, eu e os demais, para que viéssemos participar do cursinho, voltado para todas as disciplinas, que tinha durante a semana. A turma era na parte da tarde, uma iniciativa da escola para proporcionar uma preparação acessível para os discentes surdos e surdas, uma vez

que os cursinhos preparatórios para o vestibular não têm acessibilidade – ou seja, não tem intérpretes e nem aulas em Libras para propiciar que as pessoas surdas tenham acesso.

Na semana seguinte, começo a frequentar as aulas do cursinho. Quero destacar que essa foi a minha primeira experiência de estar em um espaço com uma maioria de pessoas surdas, as aulas eram em Libras, embora tivessem algumas exceções, o caso de professores e professoras que não sabiam a língua e usavam da oralidade. Mesmo que eu já tivesse algum repertório lexical para me comunicar em Libras, ainda me sentia bastante inseguro, além do que, eu não oralizava, ficava o tempo todo calado, já que ali era um espaço com prioridade para a sinalização, o que fez com que algumas pessoas surdas da sala achassem, inclusive professores, que eu era surdo.

Acho que já no terceiro dia, bastante desanimado, pois não tinha estabelecido nenhuma relação interpessoal na turma, conversei com a professora Simone Viana, de geografia, sobre meu desânimo, pois o meu objetivo de estar naquele lugar era o contato com as pessoas surdas, a língua: já que os conteúdos, das disciplinas, eu estudava em casa. Como até aquele momento não havia conseguido dialogar com ninguém, compartilhei com a professora a minha vontade de desistir de ir, até que ela me aconselhou a não desistir, ter paciência, porque “aquilo era normal, os alunos e alunas eram jovens”, no dizer dela.

Foi quando ela me orientou a chegar com alguém da sala e me apresentar, dizer que sou ouvinte e estou aprendendo a língua, e pedir para ficar próximo dele. E foi exatamente o que fiz, um dia, na sala, me apresentei para uma moça, Taciele. Disse que eu era ouvinte e que me sentia sozinho na turma, além do que, não sabia muito Libras, se ela poderia ser minha amiga. Ela foi muito gentil, me acolheu, e daí, sempre sentávamos um do lado do outro nas aulas. A partir disso, minha experiência na turma foi outra, pois a Taciele me apresentava para os demais colegas, com isso, fui expandindo as relações.

Outro fato que faço questão de mencionar foi o acolhimento do professor Arlindo para comigo, pois as aulas dele eram sinalizadas, uma vez que a turma era de pessoas surdas, e ainda que eu já tivesse algum conhecimento de Libras, por já estar no curso e diariamente no cursinho, tinha dificuldades de compreensão, o que foi observado pelo professor citado e que, de forma acolhedora, usava da

“comunicação total” – ou seja, o uso simultâneo do sinal e da oralidade, além de outros recursos teatrais –, para que eu pudesse compreender o que estava sendo discutido.

Essa foi uma experiência muito marcante para mim, pois naquele espaço era eu que precisava me “adequar” para ser inserido nas relações sociais, era que, obrigatoriamente, precisava usar a Libras para me incluir nas dinâmicas comunicativas do cotidiano de uma sala de aula sinalizada. Seja na sala de aula, seja nos corredores ou nas demais dependências da escola: eu tinha que usar a Libras para me comunicar, do contrário, não tinha comunicação. Esse foi um episódio muito especial, pois eu já estava aprendendo, na prática, o que compreendemos por alteridade, ainda que não tivesse esclarecimento disso.

Estar a todo momento em diálogo com os/as colegas, usar a datilologia quando não sabia o sinal, lidar com pessoas surdas que não tinham paciência comigo, algo normal, porque pedia toda hora para repetir o sinal, perguntar qual era o sinal utilizado. Isso tudo me constituiu bastante, pois foi algo que ultrapassou o simples aprendizado da língua, me fez mergulhar em um universo totalmente novo, me fez viver a cultura surda na sua forma espontânea, de fazer parte de um cotidiano diário. Quando me recordo desses momentos, posso observar, com bastante clareza, como ocorre a relação entre língua e cultura, pois não há língua sem sujeitos, pessoas encarnadas que estabelecem, por meio de enunciados concretos, o vínculo da língua com a vida, com a cultura.

Diante dessas experiências, tão significativas, evoco o renomado educador Carlos Brandão, que argumentou, “[...] a educação é uma invenção humana e, se em algum lugar foi feita um dia de um modo, pode ser mais adiante refeita de outro, diferente, diverso, até oposto” (Brandão, 1989, p. 99). Com base nessa premissa, posso considerar as vivências narradas na Escola Astério de Campos como uma forma de educação dialógica, a qual foi refeita, como argumentou o autor, não pautada no rígido ensino de conteúdos, mas em um aprendizado construído por relações dialógicas, em que a Libras sempre esteve em relação estrita com seus atores principais, imbricada com a vida.

Posteriormente, vem a aprovação no vestibular, quando fui aprovado, em um primeiro momento, na UFPA, no curso de Letras-Português, e, em um segundo momento, a minha aprovação, na terceira chamada, no curso de Letras-Libras e a

minha escolha foi pelo curso da UEPA. É válido mencionar que meus colegas, pessoas surdas, eram basicamente as pessoas que estavam no cursinho, com algumas exceções, pois tinham pessoas surdas que eu não conhecia, o que favoreceu ainda mais a minha aproximação com a libras.

Durante a graduação, ocorreram diversas relações com pessoas surdas, pois eram 13 na minha turma, além das pessoas ouvintes, já que a turma era a primeira turma inclusiva da universidade: com pessoas surdas e pessoas ouvintes. Nesse período, cheguei a atuar como intérprete em algumas situações, na verdade, muitas situações, o que me levou a fazer, entre 2018 e 2019, o curso de formação de intérprete de Libras, no CAS.

No período da faculdade e do curso de intérprete, passei por situações com alguma carga de constrangimento, seja pela minha forma de sinalizar, muito expressiva, segundo alguns, ou pelo meu jeito “efeminado”, algo pelo que já sou interpelado desde sempre. Durante a minha trajetória de formação como intérprete de Libras, sempre questioneei o uso de regras, tão rígidas, nesse campo de atuação, sobretudo por, de alguma forma, reduzir o corpo do intérprete “as mãos”, além de ter que assumir uma suposta neutralidade durante o seu fazer profissional. Além disso, sempre achei bastante estranho as poucas discussões, no âmbito de Belém, da relação da comunidade surda com a comunidade LGBTIA+, principalmente porque eu sempre vi muitas pessoas surdas e intérpretes de Libras LGBTIA+.

Em razão disso, em 2019, fiz o meu trabalho de conclusão de curso sobre como as relações de alteridade constituíram o sujeito surdo homossexual, o que respondeu algumas das minhas inquietações, como pesquisador, e ressaltou o quanto a homofobia está presente como um dos elementos que constitui a intersubjetividade de sujeitos surdos. Após isso, ainda mantive as minhas indagações, mas agora sob outro ponto de vista, a categoria dos (as) intérpretes de Libras, da qual faço parte, pois tenho observado que nenhuma das associações pautaram assuntos dessa ordem, como o racismo e a própria homofobia. Foi justamente por conta desse silêncio das associações e mesmo dos (as) próprios (as) colegas, que essa temática emerge com bastante força nesta dissertação.

Embora não tenha sido a minha temática de pesquisa desde o início, já que a proposta de pesquisa do ingresso no mestrado era sobre o ensino de português para pessoas surdas, alterada, adiante, para o livro didático, de linguagens, do novo

ensino médio. No entanto, esses temas, relevantes e que estão no meu espectro de discussão, dispersam daquilo que de fato me inquieta nesse momento, a relação da comunidade surda com a comunidade LGBTIA+.

Assim, a escolha por tematizar a categoria dos (as) intérpretes de Libras se justifica por uma razão pessoal, dado que sou um intérprete gay, efeminado, que já passei por situações homofóbicas e por não me enxergar em regras tão rígidas com relação a expressão do corpo, não só sobre minha pessoa, mas sobre os colegas LGBTIA+ que já promovem uma transgressão a essas convenções, pelo exercício profissional, de formas diversas e singulares.

No tocante a uma razão de ordem político-educacional, é importante ressaltar para a questão da atuação dos (as) intérpretes de Libras como uma obrigatoriedade que faz parte das demandas das comunidades surdas do país, como já está posto nas legislações que tratam desse assunto.

Em um primeiro momento, é necessário pontuarmos a Libras, enquanto língua de comunicação oficial das pessoas surdas, como afirma a Lei da Libras:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002).

Essa premissa – de que é a forma de comunicação oficial – é uma necessária de ser pontuada, visto que a atuação dos (as) intérpretes de Libras está em relação direta com as pautas das comunidades surdas, sendo, assim, via de regra, deve-se pensar na atuação da interpretação e tradução da Libras-português como uma prática de acessibilidade linguística direcionada a este público.

Desse modo, entendemos a Libras como uma língua de difusão da cultura surda, na qual o segmento profissional discutido está inserido. Assim, compreendemos as práticas desses (as) profissionais situadas em um contexto de luta político-linguístico-educacional das pessoas surdas. A partir desse contexto sociopolítico é que compreendemos a atuação da categoria profissional dos (as) intérpretes de Língua de Sinais, já mencionada.

No ano de 2005, a Lei da Libras é regulamentada pelo decreto 5.626, falando especificamente da formação e definição dos (as) intérpretes, como segmento

profissional. A seguir, um excerto sobre a relevância desse (a) profissional concernente à acessibilidade:

A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. (Brasil, 2005).

Esse foi um decreto publicado em um momento de escassez de profissionais de intérpretes de Libras no país, por isso, ainda era permitida a atuação de profissionais com a certificação do Prolibras, uma medida criada com a finalidade de certificar pessoas que tivessem fluência na língua, submetidas à avaliação de uma banca especializada, tanto na tradução e interpretação como na docência.

Apesar desse contexto de lacunas, o decreto, conforme o trecho citado, já indicava a obrigatoriedade, por parte das instituições, da presença dos (as) intérpretes de Libras para a garantia da acessibilidade linguística. Já em 2010, há uma legislação especificamente orientada para discorrer sobre as particularidades desses profissionais e sua atuação, a lei 12.319, de primeiro de setembro de 2010.

Nessa lei, há a definição do que se compreende por tradutor (a) e intérprete de Libras, conforme o artigo 2º da lei, “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (Brasil, 2010). Diante disso, observamos como esse ofício constitui-se como uma profissão que trata de questões linguísticos-discursivas, portanto, de domínio da linguagem na sua acepção mais ampla, pois considera os diversos trânsitos de pessoas surdas.

Além disso, a atuação do tradutor (a) e intérprete de Libras também está assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei 13.146, de 2015, que, no capítulo I, preconiza a “comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras) [...]” (Brasil, 2015). Com isso, podemos observar como as interações sociais estão inclusas no campo da acessibilidade, assim como a garantia de se comunicar na própria língua de pertencimento, que, no caso das pessoas surdas sinalizantes, é a Libras.

A partir da legislação mencionada, fica explícito como a Libras é necessária no processo de acessibilidade das pessoas surdas, um ponto imprescindível,

portanto, é do (a) profissional intérprete de Libras que se insere nesse contexto, de promoção linguístico-cultural de um determinado grupo historicamente excluído. Também constatamos como essas leis sustentam, legalmente, a atuação desse (a) profissional que se faz indispensável para pensarmos em uma sociedade equânime, justa e igualitária em termos de acesso as informações e a comunicação.

Diante dessa contextualização, constata-se o seguinte problema de pesquisa: haja vista que o discurso oficial, assimilado pelos manuais e associações, preconiza a dissociação corpo e exercício profissional, como ocorre a constituição arquitetônica do sujeito intérprete de Libras LGBTIA+?

O objetivo geral é de analisar a constituição arquitetônica de intérpretes de Libras LGBTIA+ diante de um discurso oficial, pautado na dissociação do exercício profissional com a esfera da vida.

Os objetivos específicos, são:

- I. Identificar os discursos que compõe a orientação ideológica estabelecida nos documentos de orientação profissional da categoria.
- II. Analisar os posicionamentos de um intérprete de Libras LGBTIA+ diante das prescrições expressas no código de ética da profissão.

Sobre a forma como essa dissertação de mestrado está ordenada, há a seguinte sistematização: 1) **Ponto de partida:** da travessia ao encontro com a comunidade surda de Belém; 2) **O fazer pesquisa como ato responsável;** 3) **Da Teoria Queer às práticas contrassexuais:** a subversão teórica; 4) **O Código de Ética dos (as) intérpretes de libras;** 5) **Prescrições e Transgressões:** enunciados de um sujeito intérprete de libras; 6) **Ponto de chegada:** palavras inacabadas.

2 O FAZER PESQUISA COMO ATO RESPONSÁVEL

Por princípio, compreendemos a interpretação bakhtiniana do ato ético na dimensão da pesquisa, em sua dupla dimensão: de conteúdo-sentido e de seu teor emotivo-volitivo. Sendo, assim, concebemos a pesquisa como uma ação, estabelecido no campo acadêmico, sempre singular no seu fazer, já que o sujeito pesquisador está inserido na realidade concreta da vida, em um lugar-tempo que emergem as temáticas, como é o caso desta dissertação, com as valorações de nossas vivências acadêmico-profissionais na educação de pessoas surdas.

Em relação ao aspecto emotivo-volitivo, destacamos a produção de um texto em estreita relação com a vida, dada sua preocupação em visibilizar narrativas de intérpretes de Libras LGBTIA+. Em razão disso, compreendemos a pesquisa como ato responsável, no sentido de o pesquisador construir o seu trilhar metodológico na relação com a vida concreta, sendo, então, necessário a mobilização de um repertório teórico-metodológico comprometido com a densidade das temáticas contidas no trabalho.

Ordenamos esta seção da seguinte forma: iniciamos com a) o estado do conhecimento; b) a biografia, breve, de Mikhail Bakhtin; c) a filosofia do ato; d) abordagem ético-responsiva; e) os encaminhamentos da pesquisa de campo; f) os cuidados éticos; g) a descrição do sujeito da pesquisa; h) os encaminhamentos para a realização da entrevista como evento único; e i) a perspectiva do ato responsável como fundamento analítico.

2.1 O Estado do conhecimento

Foi realizado um levantamento das produções sobre a temática discutida nesta dissertação: a constituição arquitetônica de intérpretes de Libras LGBTIA+, com o objetivo de apresentar uma síntese da produção científica no campo da educação de pessoas surdas. Optamos por partir de um ponto de vista amplo, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da UEPA, do espectro das pesquisas sobre pessoas surdas de maneira geral, para chegar na discussão das pessoas intérpretes de Libras LGBTIA+.

Ressaltamos que foram mapeadas apenas as produções do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEPA), por compreendermos a necessidade

de visibilizarmos as dissertações e teses que tratam da interseção da temática da educação de pessoas surdas com os aspectos socioculturais, a qual estamos inseridos e que demarcam uma singularidade frente a outros contextos relacionados com a temática em questão.

Em publicação recente, “Libras e educação de surdos: análises de pesquisas de um programa de pós-graduação em educação” de Lobato; Rodrigues; Bentes e Oliveira (2023), fizemos esse mapeamento das produções, organizadas em um quadro. Além disso, destacamos que acrescentamos três trabalhos que não estão no mapeamento da publicação citada, são teses de doutorado que versam sobre a temática da educação de pessoas surdas. A seguir, o quadro 1 com os trabalhos:

Quadro 1 - Teses e dissertações do PPGED/UEPA

Nº	Autor	Título	Ano
1	Lima, Kátia do Socorro Carvalho	Educação de surdos no contexto amazônico: um estudo da variação linguística na Libras	2009
2	Silveira, Andréia Pereira	Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre o aluno surdo: a [in]visibilidade na inclusão escolar	2011
3	Santos, Ozivan Perdigão	Sinalização de um professor surdo: a interpretação de Libras como processo de retextualização	2012
4	Santos, Herminio Tavares Sousa dos	Identidade como metamorfose na educação de surdos em Belém	2012
5	Silva, Cyntia França Cavalcante de Andrade da	Representações sociais de discentes do curso de Letras-Libras da UEPA acerca da pessoa surda	2014
6	Lobato, Huber Kline Guedes	Representações sociais de professoras a respeito do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos	2015
7	Maia, Tatiana Cristina Vasconcelos	Cenas de letramento e multiletramento na educação de crianças surdas em uma escola de Belém	2015
8	Oliveira, Waldma Maíra Menezes de	Representações sociais de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior	2015
9	Matos, Pâmela do Socorro da Silva	Gestos de surdos e ouvintes: o contar história sem o uso da voz	2016
10	Mota, Carina da Silva	Glossário visual bilíngue na educação de surdos: um estudo sociolinguístico na língua brasileira de sinais: volume I	2017
11	Lobato, Vera Lúcia de Cristo	As representações sociais de um adolescente surdo quilombola: afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas	2019

12	Mota, Carla da Silva	Surdos bilíngues bimodais – um estudo de caso sobre as interações comunicacionais entre surdos falantes nativos e falantes tardios	2019
13	Damasceno, Hadassa Queiroz de Souza	O silêncio e o ouvir das crianças surdas: mediante as práticas metodológicas em sala de aula	2020
14	Gomes, Uisis Paula da Silva	A criação de sinais-termos do ballet vaganova em Libras	2020
15	Oliveira, Waldma Maíra Menezes de	Narrativas e pensamento decolonial: construção da integralidade do ser surdo na Amazônia tocantina	2023
16	Santos, Herminio Tavares Sousa	A difusão da língua de sinais e a construção de identidades na comunidade surda de Belém	2023
17	Lobato, Huber Kline Guedes	Enunciados concretos em concursos públicos para Tradutores e Intérpretes de Libras na Amazônia paraense	2023

Fonte: Elaboração pessoal (2024) a partir do levantamento no site do PPGED <https://propesp.uepa.br/ppged/index.php/dissertacoes-2/>. Acesso em 07 jul. 2024.

Conforme esse levantamento, realizado no dia 20/05/2024, das 17 produções do PPGED/UEPA, apenas três trataram da temática da pessoa intérprete de Libras, entretanto, elas não fizeram um debate em diálogo com a questão LGBTIA+, pois tinham propósitos diferentes, como mostramos a seguir:

A pesquisa de Santos (2012), intitulada **Sinalização de um professor surdo**: a interpretação de Libras como processo de retextualização, está orientada nas peculiaridades presentes no processo de transposição dos aspectos textuais e discursivos da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa, designada como intertextualidade, implicados no exercício da interpretação do discurso, de um professor surdo, por seis intérpretes de Libras.

Oliveira (2015), na sua dissertação **Representações sociais de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior**, está orientada para a busca e compreensão das representações sociais e seus impactos na inclusão de pessoas surdas nos processos de aprendizagens, bem como na relevância da pessoa do intérprete de Libras nessa dinâmica educacional.

Já Lobato (2023), em **Enunciados concretos em concursos públicos para Tradutores e Intérpretes de Libras na Amazônia paraense**, fez uma discussão em relação à pauta dos intérpretes de Libras, analisando os enunciados das provas de concurso das Universidades Federais do Pará. A partir da análise dos itens, das

provas, foi constatado que há uma relação com aspectos culturais em diálogo com a realidade concreta da Amazônia Paraense.

Apesar de abordarem aspectos diversos, salientamos a importância das três pesquisas para o campo da educação de pessoas surdas, já que contribuem, por perspectivas singulares, junto aos demais trabalhos realizados nessa esfera educacional, comprometida com a inclusão da pessoa surda. Em vista disso, destacamos a necessidade e o caráter de ineditismo deste presente trabalho, uma vez que se notabiliza por tratar das performatividades de pessoas LGBTIA+ que exercem a profissão de intérpretes de Libras.

Assim, justificamos a realização desta pesquisa, mediante o levantamento apresentado e a escassez de pesquisas orientadas para o diálogo das pessoas LGBTIA+ com o exercício da interpretação de Libras, seja pela ausência dessa discussão no próprio programa, seja por um viés de ordem política, já que existem muitas pessoas com gênero e com sexualidades dissonantes, em desacordo com a norma heterossexual, em atuação nesse ofício.

Com relação à busca por trabalhos externos, em outros programas de pós-graduação, fizemos pesquisas em duas plataformas: o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesses dois repositórios, foram realizadas consultas por trabalhos similares a este. Além disso, ressaltamos que a escolha, por estas duas plataformas, foi em razão de serem dois importantes acervos de pesquisas científicas no país, pois em ambas há um grande número de trabalhos, entre teses e dissertações, de áreas diversas.

Sobre o levantamento realizado nas referidas plataformas, foram utilizados, em pares, de forma sequencial, os seguintes descritores: 1) intérprete de Libras; 2) heteronormatividade; 3) intérprete de Libras LGBT; 4) intérprete de Libras; 5) gay; 6) intérprete de Libras; 7) homossexual; 8) intérprete de Libras; 9) homossexualidade. Em razão dessa pesquisa, foram encontrados dois trabalhos pertinentes, relacionados com a temática LGBTIA+. Na plataforma da CAPES, ao mobilizar 1-2, apareceu apenas um trabalho, que consta na tabela seguinte.

Nesse mesmo repositório, ao mobilizar os demais descritores, não apareceram trabalhos, apenas o seguinte enunciado, “nenhum registro encontrado”. Já na biblioteca digital de teses e dissertações, a busca, a partir dos termos 4-5,

apareceram 6 trabalhos. Desses, todos com discussões a respeito da homossexualidade, porém apenas um com a temática em diálogo com a questão do intérprete de Libras, esta pesquisa está na tabela, apresentada posteriormente. Com relação ao uso das demais palavras-chave, apenas apareceram trabalhos sobre a discussão da homossexualidade, sem nenhuma relação com o intérprete de Libras, tampouco com a educação de pessoas surdas.

A seguir, os trabalhos no quadro.

Quadro 2 - Produções externas nos sites CAPES e BDTD

Nº	Autor	Título	Ano
1	Santos, Saionara Figueiredo	A construção discursiva de identidades de gênero de tradutores e intérpretes de Libras não heteronormativos.	2019
2	Costa, Sheila Batista Mais Santos Reis da	Estratégias linguísticas identitárias da sexualidade de surdos LGBTQIA+ no processo de tradução LSB-LPO: Como traduzir uma identidade que não é minha?	2022

Fonte: Elaboração pessoal (2024) a partir dos sites <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>> Acesso em: 10 de julho de 2024.

Com relação aos primeiros descritores usados, foi encontrado apenas um trabalho na plataforma da CAPES, **A construção discursiva de identidades de gênero de tradutores e intérpretes de Libras não heteronormativos**, de autoria de Santos (2019) e desenvolvido no contexto do programa de pós-graduação em estudos da tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de uma tese de doutorado, defendida no ano de 2019, interessada em analisar como as manifestações, relacionadas às identidades de gênero, interferem no diálogo de intérpretes e tradutores de Libras, não heteronormativos, com pessoas heterossexuais da comunidade surda, tanto no contexto de atuação profissional, como nas relações do cotidiano.

Já na segunda plataforma, com o uso dos seguintes descritores, “Intérprete de Libras gay”, obtivemos um resultado, **Estratégias linguísticas identitárias da sexualidade de surdos LGBTQIA+ no processo de tradução LSB-LPO: como traduzir uma identidade que não é minha?** Trata-se de uma dissertação de mestrado, desenvolvida no contexto do programa de pós-graduação de língua e cultura, da Universidade Federal da Bahia. Nesse trabalho, a autora, Costa (2022),

analisou, mediante práticas tradutórias, as variações de estilo, vozes e imagens presentes nas performances da arte *drag* surda, em especial da artista Kitana Dreams.

Sobre a primeira pesquisa, de Santos (2019), há uma preocupação em estabelecer um diálogo das questões de gênero com a atuação profissional do intérprete de Libras, contudo, o trabalho focaliza bastante na percepção que estes profissionais têm dos outros em relação a eles mesmos, com destaque para as percepções dos surdos e dos colegas de profissão. Dessa forma, esse estudo se distingue do nosso, tendo em vista que o foco está na performatividade de gênero do próprio sujeito e não na percepção que ele tem sobre a forma como as pessoas, comunidade surda e comunidade de intérpretes de Libras, tem a seu respeito.

Enquanto que o segundo trabalho (qual) está mais voltado para uma análise de ordem técnica, com interesse das nuances expressas por meio de técnicas tradutórias sobre a arte *drag* surda. Apesar de abordar a discussão de gênero, com destaque para as questões das *drag queen*, o foco está nas variações estilísticas mobilizadas a partir do fazer tradutório. Portanto, em contraste com a especificidade desta pesquisa.

Em razão disso, corroboramos o ineditismo desta dissertação, pois, embora tenham bastante trabalhos a respeito do intérprete de Libras, poucos, nesse caso, apenas dois, dialogaram com esta temática com os estudos de gênero e sexualidade. Desse modo, reiteramos a necessidade de pautarmos a discussão do profissional intérprete de Libras LGBTQIA+, especialmente a questão da performatividade de gênero como um debate importante, dada a pluralidade de pessoas que exercem a profissão neste momento e o compromisso em visibilizar como a estrutura política: o regime heterossexual, constitui a intersubjetividade desse ofício e quais suas repercussões em pessoas LGBTQIA+.

2.2 Mikhail Bakhtin, um breve caminhar: andanças, escritos e diálogos

Mikhail Mikhailovitch Bakhtin nasceu na cidade russa de Orel, no ano de 1895, mas vai residir por alguns anos em Vilnius, cidade lituana governada por russos. Embora não fosse de fato em território russo, a religião e a língua russas eram as oficiais. Nessa cidade, tinha a maciça presença de polonesas e lituanos, o

que demonstra um rico espaço, onde circulava uma pluralidade de manifestações culturais e linguísticas.

É importante ressaltarmos para esse fator, da pluralidade cultural, pois é um aspecto assimilado, pelo autor russo, no sentido de compreender as singularidades presentes nos processos de expressão da linguagem, como argumentou Campos (2021), discussões proíficas, as quais vão desencadear a elaboração de alguns conceitos: polifonia e plurilinguísimo, por exemplo.

Já seguindo, em acordo como curso da vida de Bakhtin, marcado por passagens, temos mais uma: a chegada do filósofo na cidade de Odessa, uma cidade ucraniana, onde ficou até o ano de 1913. Nessa cidade, segundo Campos (2021), o russo leu Martin Buber e se inscreveu na universidade. Enquanto que em 1914, ele parte para São Petesburgo, capital czarista, onde dá prosseguimento aos seus estudos na universidade que leva o nome da cidade, especificamente no departamento de estudos clássicos da faculdade filológico-histórica.

Conforme Campos (2021), em 1918, Bakhtin chega em Nevel, uma cidade russa a 765 km de Moscou, hoje capital russa. Aqui, há uma importante informação sobre a vida de Bakhtin, pois ele exerceu o ofício de professor, ministrou história, sociologia e russo. Esse é um aspecto imprescindível, pois o autor atuou na escola, o que hoje podemos chamar de educação básica, isto é, suas reflexões não foram oriundas de completas abstrações, o que, também, nos mostra o porquê de seus estudos terem uma estreita relação com a concretude da vida.

Ainda sobre essa passagem por Nevel, Campos (2021) mencionou,

É o momento da formação do primeiro círculo, denominado seminário kantiano ou círculo de Nevel. Os participantes desse círculo são: Matvei Kagan, Lev Pumpianski, Maria Yudina, Valentin Voloshinov, Bóris Mikhailovitch Zubákin, Mikhail Tubianski, Ana Sergueievna. (Campos, 2021, p. 20).

Nesse momento, conforme Campos (2021), o partido bolchevique altera seu nome para partido comunista da Rússia, quando é aprovada a primeira constituição do país. A partir do domínio do partido citado, instaura-se um clima de revolução, o qual os membros do grupo, o primeiro círculo mencionado, se envolvem, além de participarem, ativamente, da vida cultural da cidade.

Ainda sobre o grupo, havia uma frutífera discussão sobre alguns filósofos importantes, como eram Kant, Hegel e os gregos. De acordo com Grillo (2019), é em

Nevel que ocorre o encontro, bastante importante para os rumos epistemológicos dos estudos no grupo, com Matvei Kagan, que tinha recém-chegado da Alemanha, onde foi colega de classe de Natórp, Cassirer e Choen. Também tinham preleções proferidas pelo próprio Bakhtin e os demais, em que abordavam discussões clássicas da literatura da época, com destaque para os formalistas, predominantes naquele momento histórico.

Sobre isso, seguem as palavras de Clark e Holquist (2008),

Este grupo dominava a vida intelectual e cultural da cidade. Por exemplo, um concerto sinfônico local foi aberto com uma palestra de Kagan, e uma noite de leituras literárias iniciou-se com uma preleção de Bakhtin. Este também proferiu a principal elocução na solenidade comemorativa da morte de Tchékhev, e ele e Pumpiânski falaram, ao passo que Ludina tocou, numa reunião dedicada a Leonardo da Vinci. Bakhtin e Pumpiânski realizaram juntos uma montagem, ao ar livre, do Édipo, em Colona, de Sófocles, usando um elenco de mais de quinhentos alunos de escolas locais [...]. (Clark; Holquist, 2008, p. 69).

Como podemos observar, as reuniões tinham bastante complexidade, pois estavam orientadas para a construção do conhecimento a partir do que se postulava na época, além de um efetivo diálogo com a concretude da vida, o que notabilizou o grupo, essa relação fundamental da arte e da vida como uma unidade, e não como dois elementos distintos, premissa amplamente posta.

Com isso, destacamos a publicação, no ano de 1919, no periódico russo “o dia da arte”, o texto intitulado “arte e responsabilidade”, com nova publicação, posteriormente, na década de 1970. Esse texto aborda justamente a unidade da concretude a qual compõe o sujeito, ou seja, a arte como uma dimensão que compõe, juntamente com as demais, uma unidade arquitetônica de um sujeito.

Já em Vitebsk, outra cidade russa, Bakhtin atuou como professor de literatura no instituto pedagógico, além de outras disciplinas no conservatório da cidade (Campos, 2021). Essa migração de cidade está relacionada com o contexto político da época, como argumentaram Clark e Holquist (2008),

Nos primeiros anos após a revolução, a cidade foi subitamente propulsa para fora de sua relativa obscuridade, tornando-se um fenômeno cultural. A assim chamada renascença de Vitebsk constituiu um dos mais duradouros daqueles pequenos bolsões de brilho cultural que brotaram nas províncias em função dos intelectuais que fugiram das calamitosas condições reinantes em Moscou e Petrogrado [...]. (Clark; Holquist, 2008, p. 72).

Nessa nova fase espacial do círculo, já em um novo local, passam a integrar o grupo dois nomes: Ivan Solertínski, com atuação no campo educacional. E Pável Miedviédiev, formado em direito na universidade de Petrogrado, com atuação, voluntária, no exército russo durante a primeira guerra mundial. Ele, também, era professor.

Durante o tempo em que estive em Vitbesk, o grupo teve bastante atuante, pois, embora muitos não residissem na cidade, com alguma frequência, transitavam pelo local, seja para atuar em eventos de arte, como concertos, seja para proferirem palestras. Falando especificamente de Bakhtin, estive ativo como argumentaram Clark e Holquist (2008), sobre uma correspondência, do autor russo, para Kagan, em que dizia estar redigindo um texto designado como ‘o sujeito na vida moral e o sujeito na lei’, orientado para o campo da filosofia moral.

Ainda, segundo os autores citados, na época, um periódico de Petrogrado afirmava ter finalizado uma obra em que abordou Dostoiévski e outra obra chamada de estética da criatividade verbal. Nessa obra citada, a última, era composto por vários textos, sendo um deles “o problema do conteúdo, material e forma na criação verbal artística” (1924), um dos textos que abordaram o que o próprio autor chamou de “filosofia moral”. Com exceção do trabalho sobre Dostoiévski, os diferentes textos mencionados, como pontuaram Clark e Holquist (2008), sobre estética e sobre uma filosofia moral, constituem um projeto macro denominado de “arquitetônica da responsabilidade”.

Outro aspecto a ser pontuado, são as interlocuções que Bakhtin fez durante o seu processo de escrita dos textos, pois o diálogo destaca-se como um importante artifício usado pelo autor, que estabeleceu uma relação dialógica, tensa, com os autores e os conhecimentos da época. De acordo com Clark e Holquist (2008), nos textos redigidos pelo filósofo russo, tinham tópicos a respeito da escola da Marburgo, interlocuções com autores como Herman Cohen e Ernest Cassirer, por exemplo, nomes que figuravam como expoentes desse grupo alemão. Nesse momento, o autor russo estabelece um diálogo com o chamado “neokantismo”, além do que, essa perspectiva, adotada pelo autor, poderá ser bastante observada, posteriormente, no texto “autor e protagonista na atividade estética”, tornado público em 1979.

A principal contribuição que Bakhtin elaborou, a partir do diálogo com os dois filósofos, dentre outros estudiosos alemães, está na junção dos campos da arte e da vida, a partir da instauração de um sujeito no seu existir único. Assim, “a vinculação entre arte e vida só é efetuada lá onde um ser humano percipiente a efetua. Só é estabelecida quando eu tomo a meu próprio cargo uma responsabilidade distintiva” (Clark; Holquist, 2008, p. 82).

Entre 1924 e 1929, o círculo segue mais uma etapa, já situado na cidade de Leningrado e com discussões que relacionam a filosofia da linguagem em interface com a poética e a psicologia. Sobre a atuação profissional de Bakhtin, ele segue exercendo o seu ofício, de uma vida inteira, como professor. Nesse período, emergem importantes obras: o freudismo: um esboço crítico (1927, assinado por Volóchinov; o método formal nos estudos literários: uma introdução a poética sociológica (1928), assinado por Medvedev; Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (1929), assinado por Volóchinov; e a obra de Bakhtin, problemas da obra de Dostoiévski (1929).

Ademais, convém mencionar mais alguns acontecimentos importantes da vida de Bakhtin, como a data de 24 de dezembro de 1928, quando ele foi preso por questões de ordem religiosa, sua vinculação desalinhada com a tradição ortodoxa oficial. Além disso, vale ressaltar que Bakhtin sofria de osteomielite, em razão dessa patologia, foi internado, no hospital, algumas vezes, como foi o caso no ano de 1929. Outro importante evento foi o exílio, na cidade de Kustanai, em 1930, ano que o círculo começa a se enfraquecer.

Nas palavras de Grillo (2019),

Valentin Volóchinov falece em 1936 de tuberculose, Matvéi Kagan em 1937 de angina, Pavél Medviédev é fuzilado em 1938 e Liev Pumpianski morre em 1940. Em 26 de outubro de 1937, Bakhtin muda-se para a cidade de Kimri na região de Tverskói. O agravamento da osteomielite de Bakhtin leva à amputação de uma de suas pernas em 13 de fevereiro de 1938. (Grillo, 2019, p. 31).

Com todos esses tristes acontecimentos, o círculo foi se dissolvendo, até chegar ao seu fim, visto que as reuniões, como sempre ocorriam nas fases anteriores, foram extintas pelos ocorridos mencionados. No entanto, Bakhtin segue sua produção intelectual, ainda que já esteja em condições delicadas de saúde.

Conforme Campos (2021),

Ao voltar ao instituto pedagógico em Saransk, em 1945, atua como professor e é promovido, logo em seguida, a chefe de departamento de literatura geral. Nesse momento, profere palestras como “A linguagem e o estilo das obras literárias à luz dos estudos linguísticos de Joseph Stalin” e “problemas de ensino de literatura”. Volta seu trabalho sobre Rabelais e defende a tese no instituto Gorki de literatura, em Moscou, no final de 1946, recebendo o título de “candidato a doutor” em 1952.

Na década de 1950, a situação de Bakhtin melhora: dirige a cátedra de literatura russa e estrangeira na universidade de Saransk e escreve o ensaio “os gêneros do discurso”. Em 1957, é redescoberto pelo então estudantes V. Kozhinov, S. Bocharov e G. Gachev, e ministra muitas aulas particulares.

Na década de 1960, aposenta-se, trabalha na reedição de problemas da obra de Dostoievski, que sai em 1963 com o título problemas da poética de Dostoievski e publica A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de Rabelais, em 1965. Em 1969, deixa Saransk, no momento do degelo soviético, sob o regime de Kruschchev. (Campos, 2021, p. 24).

Já na reta final de vida, Bakhtin ainda irá fazer uma antologia de textos, como argumentou Campos (2021), denominado “questões de literatura e estética: a teoria do romance”. As publicações desse texto não chegam ser vistas por Bakhtin, que vem a óbito em meados de 1975.

2.3 A filosofia do ato

Mikhail Bakhtin entre os anos de 1920 e 1924, conforme Sobral (2019), escreveu o que ficou conhecido como **Para Uma Filosofia do Ato Responsável**¹ – doravante PFAR, obra de conteúdo denso, em que o ator dialoga com vários filósofos, como Aristóteles, Kant, entre outros. Esse trabalho também ficou notabilizado por se alicerçar em uma crítica a filosofia contemporânea da época, que estava orientada para um viés estritamente teórico-positivista, sem conceber a singularidade do agir concreto.

Essa obra consiste em um empreendimento de crítica à compreensão de um suposto agir fortuito, sem a intencionalidade do sujeito executor. Nas palavras de Adail Sobral (2019, p. 26), a perspectiva filosófica de Bakhtin é concebida como “a proposição da assunção de responsabilidade pelo sujeito como condição de resolução da crise da cultura, definida precisamente como a cisão entre o mundo da cultura e o mundo da vida”.

Com base nessa premissa, compreendemos a filosofia do ato como uma perspectiva comprometida com a compreensão na sua dimensão concreta, o que

¹ Adotaremos o negrito para fazer referência a títulos de livros e a conceitos que desejarmos enfatizar. Já o itálico, será usado para as expressões ou frases em língua estrangeira.

nos permite pensarmos em um sujeito com um agir na vida, dessa forma, as esferas da atividade humana, a concretude, e a cultura se articulam para a composição de um ato responsável, o qual está demarcado em seus traços repetíveis e irrepetíveis, no caso, a ação de dizer e o ato de dizer, respectivamente.

Sobre a concepção de ato, Bakhtin, em PFAR, argumentou:

O ato deve encontrar um único plano unitário para refletir-se em ambas as direções, no seu sentido e em seu existir; deve encontrar a unidade de uma responsabilidade bidirecional seja em relação ao conteúdo (responsabilidade especial), seja em relação ao seu existir (responsabilidade moral), de modo que a responsabilidade especial deve ser um momento incorporado de uma única e unitária responsabilidade moral. Somente assim pode superar a perniciosa separação e a mútua impenetrabilidade entre cultura e vida. (Bakhtin, 2017, p. 43-44).

Dessa maneira, o autor argumenta para a importância de concebermos o ato enquanto um todo, constituído de um caráter geral, que consiste no seu conteúdo, e um caráter singular, o existir como um evento único na vida. Com isso, podemos observar como a conceituação de ato está composta de dois planos, um “conteúdo” e o “existir”, os quais se articulam de modo a resultarem uma unidade: a ética responsiva, marcada pela singularidade de um sujeito concreto.

Essa unidade, defendida por Bakhtin, é uma premissa bastante expressiva para a época, pois pode ser vista como uma ruptura na filosofia contemporânea, uma vez que o autor propõe exceder o teoriticismo, em uma acepção positivista, no sentido de compreender a ciência de forma imanente. Em contraste, o autor russo, argumenta para o reconhecimento do teórico como um dos campos que constituem o ato, porém não é o seu fator determinante, visto que o ato não está ligado a uma noção de irreducibilidade.

Nessa oposição, há um diálogo com Immanuel Kant, filósofo alemão, em especial a obra **Crítica da razão pura**, que discorre para a razão como um fundamento sistemático do conhecimento, sem nenhuma consideração da experiência, do vivido. Assim, podemos compreender como há a noção de uma ciência, do plano teórico, concebido como *a priori*. Desse modo, Kant, na obra crítica da razão pura, comentou:

A unidade completa desse tipo de conhecimento, constituído de conceitos inteiramente puros sem que algo da experiência, ou mesmo da intuição particular que devesse conduzir a uma determinada experiência, tenham

qualquer influência no sentido de entendê-la ou aumentá-la, é não apenas possível, mas necessária. (Kant, 2015, p. 23).

Nessa acepção, podemos visualizar como o filósofo alemão estava pautado por uma perspectiva de razão como autossuficiente, já que a noção de uma pureza estava alicerçada justamente em preceitos, leis do conhecimento que se explicam por si mesmas. Em contraponto, Bakhtin fez suas críticas, já que esse domínio, proposto por Kant, não contempla o existir como evento único na concretude da vida, pois não tem a consideração do agir do sujeito. Em relação a isso:

A descoberta de um elemento a priori em nossa consciência não criou uma saída desde o interior do conhecimento, isto é, desde seu aspecto de conteúdo-sentido, em direção ao efetivo ato cognitivo-histórico-individual; não superou a sua separação e mútua impenetrabilidade, e para essa atividade transcendente foi preciso inventar um sujeito puramente teórico, historicamente inexistente, uma consciência em geral, uma consciência científica, um sujeito gnosiológico. (Bakhtin, 2017, p. 48).

Essa construção de um sujeito apenas constituído de ordem teórica é o ponto central da crítica bakhtiniana, visto que a consideração somente do plano teórico destitui um fator fundamental: o existir como evento único, logo, não abrange as singularidades de um ato historicamente situado, porque há um sujeito que exerce a ação, o domínio do geral, e o faz em um ato único irrepitível, individual.

Dessa forma, a crítica de Bakhtin está direcionada para a necessidade de se pensar em uma construção filosófica comprometida com um sujeito encarnado, com um agir situado historicamente e tem sua unidade composta pelo campo teórico em articulação com as condições concretas do existir: a realidade concreta. É com essa articulação que concebemos o ato, o qual incorpora o conteúdo-sentido e o real para a expressão em um ato único de um sujeito concreto.

Conforme Bakhtin (2017, p. 49): “Qualquer que seja a tentativa de superar a dualidade entre consciência e vida, entre o pensamento e a realidade concreta singular é, do interior do conhecimento teórico, sem esperança”. Por isso, há uma expressiva crítica a filosofia da época, especialmente a esse sujeito kantiano, o qual não o considera em sua dimensão concreta, dado que o dissocia da vida, sendo visto apenas do ponto de vista do plano do pensamento, da razão em sua imanência.

A proposta de Bakhtin é marcada pelo contraste: um sujeito ativo no processo do existir concreto é concebido de forma dinâmica, pois, é na realização do ato, com o estilo de cada sujeito, que se compreende um existir irremediável. Sobre isso, Bakhtin fez a seguinte consideração sobre a não-indiferença do sujeito:

Eu vivo ativamente a empatia com uma individualidade, e, por conseguinte, nem por um instante sequer perco completamente a mim mesmo, nem perco o meu lugar único fora dela. Não é o objeto que se apodera de mim, enquanto passivo: sou eu que ativamente o vivo empaticamente; a empatia é um ato meu, e somente nisso consiste a produtividade e a novidade do ato. (Bakhtin, 2017, p. 62).

Nesse sentido, a perspectiva bakhtiniana compreende o sujeito na sua integralidade, o que nos permite pensarmos no seu reconhecimento de modo geral, o que demanda o eixo teórico, assim como clama pelos demais valores axiológicos que circulam na realidade concreta e singular. Pelo seu caráter responsável, concebemos esse sujeito a partir da existência, como evento único na vida, portanto, como alguém apto a responder, de forma responsável, nas relações que fazem parte da concretude da vida.

Em razão dessa valorização da vida como um evento do existir, temos a compreensão pautada na noção de um dever, em que não há como pensarmos em um sujeito passivo, pois a característica do sujeito bakhtiniano é o agir de forma concreta, composto por uma ação, já inscrita na vida, e um ato, quando há o aparecimento da eventicidade, as peculiaridades do aqui e agora. Essa junção é o que compõe o ato responsável, elaborado pelo autor russo.

Nesses termos, Maria Inês Ribeiro resumiu a contribuição de Bakhtin à filosofia: “a questão estética é tratada não como um conceito mecânico e abstrato, mas a partir de um ser humano que vive durante certo tempo e espaço” (Ribeiro, 2013, p. 44). Essa concepção se destaca por evidenciar um elemento fundamental: o sujeito, “encarnar-se em um ser humano real, efetivo, pensante para incorporar-se, com o mundo todo do existir [...]” (Bakhtin, 2017, p. 49).

Por isso, em defesa de uma filosofia do ato, a qual concebe o sujeito em seu existir-histórico, portanto, singular; Bakhtin, em uma outra passagem de PFR, criticou o kantismo,

[...] o teoriticismo fatal – a abstração do meu eu singular – ocorre também na ética formal; aqui, o mundo da razão prática é em realidade um mundo

teórico, e não o mundo no qual o ato é realmente executado. O ato já realizado no mundo puramente teórico, que requer somente um exame de ordem teórica, poderia ser descrito e compreendido – e mesmo assim apenas *post factum* – do ponto de vista da ética formal de Kant e dos kantianos. Aqui não existe nenhuma aproximação possível com o ato vivido no mundo real. (Bakhtin, 2017, p. 78).

Nesse excerto, o autor é assertivo em sua crítica à filosofia restrita a uma compreensão apenas do ponto de vista epistemológico, como é a posição de Kant. Na perspectiva do autor russo, um ato compreendido apenas pelo seu viés teórico, não tem o seu caráter histórico, o qual demarca as circunstâncias da realidade concreta a qual o sujeito está situado, sem considerar a relação tempo e espaço em que o ato está inserido. Nesse sentido, observamos como há uma nítida separação do campo teórico com os demais, o que corrobora com a distinção, estrita, entre os mundos da cultura e da vida.

De forma diversa, Bakhtin apresenta sua resposta:

O ato – considerado não a partir de seu conteúdo, mas na sua própria realização – de algum modo conhece, de algum modo possui o existir unitário e singular da vida; orienta-se por ele e o considera em sua completude – seja no seu aspecto conteudístico, seja na sua real facticidade singular; do interior, o ato não vê somente um contexto único, mas também um contexto concreto, o contexto último, com o qual relaciona tanto seu sentido assim como o seu fato, em que procura realizar responsabilmente a verdade única, seja do fato seja do sentido, na sua unidade concreta. (Bakhtin, 2017, p. 79-80).

Desse modo, a filosofia do ato está orientada para a dimensão histórica do agir, entendendo, conforme Bakhtin, que não há como pensar em ato compreendido apenas no plano teórico, visto que a noção de ato está relacionada com o sujeito, como uma autoria, sempre a expressar uma unicidade, à qual é constituída por um contexto, sendo, então, realizado na vida. Com essa premissa, o autor chama atenção para a responsabilidade ética, que ocorre quando há esse caráter de evento-único, que traz à tona as peculiaridades de um sujeito vivificado.

A própria menção ao contexto já demarca uma expansão no sentido de compreender a situação de um ponto de vista global, o que inclui pensarmos em situacionalidade, que não é pré-definida por algum conjunto de preceitos, mas diversa e aberta, já que o agir humano é um devir. Dessa maneira, Bakhtin (2017) ressalta para um olhar dinâmico, a compreensão de que não tem como perceber os momentos separados uns dos outros, um olhar mecânico. Pelo contrário, por ser a

vida um fluxo, a se movimentar independentemente de qualquer razão, ele destaca a singularidade, resultado dessa dinâmica, corporificado em uma responsabilidade, assumida a depender do contexto e do sujeito, logo, uma responsabilidade ética.

Um aspecto importante dessa concepção filosófica é a noção de arquitetônica, conceito que Bakhtin escreveu, pela primeira vez no texto “arte e responsabilidade, portanto, anterior ao PFAR; e publicado na cidade de Nevel, na Rússia (Ribeiro, 2015), em 1919. Nesse primeiro momento em que escreve sobre o conceito, o autor argumentou, “os três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – só adquirem unidade no indivíduo que os incorpora a sua própria unidade” (Bakhtin, 2003, p. XXXIII).

Desse modo, observamos como o autor já apontava para o que, posteriormente, seria mais explicitado em PFAR, a noção de que os valores, enquanto campos axiológicos, se relacionam de forma interna para a composição de um plano unitário em encontro com a unidade singular, de um sujeito, portanto, a unidade da responsabilidade. Já nesse primeiro texto, Bakhtin discorre sobre o conceito, na compreensão de uma arquitetônica, a qual se compõe pela relação, interna, entre os diferentes valores da vida com um sujeito real, que resulta em uma unidade responsável.

Dessa forma, em PFAR (1920-1924), a arquitetônica é expandida. Nas palavras de Bakhtin:

É arquitetônica do mundo real do ato que a filosofia moral deve descrever, não como um esquema abstrato, mas como um plano singular, os momentos concretos fundamentais da sua construção e da sua disposição recíproca. Estes momentos fundamentais são: eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos (incluídos também os éticos e sociais) e, finalmente, religiosos. Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a estes momentos emotivo-volitivos centrais: eu, o outro, e eu-para-o-outro. (Bakhtin, 2017, p. 114-115).

Nesse excerto, Bakhtin já estabelece uma oposição à perspectiva instaurada por Kant, de quem o autor russo usa o conceito, porém o reformula, atribuindo a arquitetônica outro sentido, não mais como um elemento de sistematização do conhecimento, conforme Kant conceituou em à **Crítica da razão pura**; mas como uma relação dos momentos, o caráter existir-histórico, com os valores em circulação na vida. Sendo, assim, um todo que se materializa a partir da articulação interna,

dos valores, que se interpenetram, no aqui e agora de um sujeito real, portanto: é a relação dos diversos aspectos axiológicos que se instauram a partir de um sujeito concreto, que os mobiliza de maneira singular.

Essa mobilização, que é única, uma vez que o ato é estilizado por aquele que o faz, constitui a “unidade da minha responsabilidade” (Bakhtin, 2003, p. XXXIV), compreendida como um agir concreto e esteticamente expresso por um sujeito real. Com base nisso, Bakhtin distinguiu sua acepção de **arquitetônica** da noção explicitada pelo filósofo alemão, pois a sua forma de conceber o conceito é em diálogo com a dinamicidade, característica da vida, explicada pela atuação de diferentes sujeitos em condições da realidade concreta diversa, o que nos permite pensarmos em ações, de ordem da generalidade, e dos atos, os quais são concretizados de formas singulares.

Ainda sobre essa diferença de interpretações em torno do conceito em discussão, vamos comparar a perspectiva de Bakhtin, já explicitada pela citação acima, com um excerto de Kant, de sua obra **Crítica da razão pura**, especificamente da segunda seção do livro: Doutrina transcendental do método, no terceiro capítulo, o qual tem o título de a arquitetura da razão pura. Nas palavras do autor alemão,

Por arquitetura eu entendo a arte dos sistemas. Uma vez que a unidade sistemática daquilo que o conhecimento comum transformou primeiramente em ciência, i. e., fazendo de um mero agregado daquele um sistema, a arquitetura é a doutrina do científico em nosso conhecimento em geral, e pertence, necessariamente, portanto, à doutrina do método. (Kant, 2015, p. 600).

Observamos a diferença entre Kant e a noção expressa em PFAR, pois o alemão compreende o conceito como uma ferramenta de sistematização do conhecimento, ou seja, não há uma relação com a concretude da vida, porque para Kant, a finalidade da arquitetura está em elaborar a organização epistêmica. Em virtude desse caráter metodológico, falar de arquitetura, na visão kantiana, é pensarmos em um artefato responsável por organizar o conteúdo epistemológico de modo a caracterizá-lo em conformidade com os preceitos científicos já estabelecidos.

Essa interpretação, no ponto de vista Kantiano, compreende o sujeito caracterizado como a fonte do conhecimento universal, orientado por uma razão *a priori*. Bakhtin atualiza o conceito, já não mais na razão pura, em sua imanência e

abstrata, pois o reelabora como ato, que ocorre por intersubjetividades, como ele exemplifica no eu-para-mim, eu-para-o-outro e o-outro-para-mim. Com isso, o filósofo russo conceitua não uma arquitetônica teórica e abstrata, mas uma **arquitetônica da vida concreta**, a acontecer por dinâmicas intersubjetivas e não mais pré-determinadas, porque a **concretude do sujeito** demanda uma ação, inscrita no plano geral, mas realizada de forma única.

Ainda em PFAR, Bakhtin exemplifica como ocorre a arquitetônica da concretude da vida, a partir de um poema de Pukshin, um consagrado autor da literatura russa, no poema *Razluka*, “a separação”, escrita em 1830. Esse é o corpus utilizado por Bakhtin para analisar, por meio da arquitetônica, a relação da estética com o plano dos valores.

Como conclusão da análise empreendida, o autor ressalta a existência de dois centros de valores, os dois personagens do poema; os quais estão situados por duas perspectivas do existir, logo, duas formas singulares e valorativas, o que também aponta para as relações de tempo e espaço, cronotópicas, pois cada um estava posicionado em um horizonte valorativo.

Com isso, o autor destaca como ocorre dois centros valorativos em diálogo na vida, os quais estão organizados em tempos e espaços, nos cronotopos, por sujeitos singulares, os quais permitem avaliações sociais peculiares. Nesse contexto, relacionamos com o participante desta pesquisa, situado cronotopicamente de forma singular, com experiências distintas.

Embora falem sobre a mesma temática – o ofício da interpretação –, destacamos as posições diferenciadas, estabelecidas por trajetórias de vidas diferente, as quais narram atos éticos personalizados e em condições concretas discrepantes, porém ocorridas no fluxo da vida concreta.

2.4 Abordagem ético-responsiva da pesquisa

Esta pesquisa está orientada por uma abordagem pautada pela filosofia do ato, o que implica pensarmos em ações responsáveis, as quais se constituem no processo de alteridade. Isso é uma formulação subsidiada a partir de um ponto de vista que considera o sujeito como participante, portanto, como alguém “expressivo e falante”, conforme os termos de Bakhtin (2017).

Sobre essa noção de sujeito, na perspectiva da alteridade, este é concebido a partir do seu existir único, ou seja, de sua ação responsável na vida. Sobre isso, Bakhtin ([1920-1924] 2017) comentou,

Este existir não é definível pelas categorias de uma consciência teórica não participante, mas somente pelas categorias de participação real, isto é, do ato, pelas categorias do efetivo experimental operativo e participativo da singularidade concreta do mundo. (Bakhtin, 2017, p. 59).

Tendo por base a premissa do existir único, expressivo, que realiza atos éticos e estéticos, esta pesquisa assume uma abordagem ético-responsiva, pois compreende o sujeito na sua concretude, isso está relacionado com uma postura de conceber a pesquisa na sua eventicidade como existir único, isto é, buscar analisar as singularidades expressas pelos interlocutores. Essas marcas são perceptíveis a partir da produção de enunciados, os quais são inseridos em uma situação discursiva, única e produzidas para um ou mais interlocutores.

Assim, compreendemos o sujeito na sua concretude, que consiste na sua ação responsável na vida, dessa forma, não estamos pautados por encontrar regularidades, mas interpretar os atos responsáveis expressos pelos interlocutores, enunciados que materializam uma ética singular. Então, ressaltamos para esse caráter, participativo, que compõe um responder, orientados por uma ética, que, justamente por compreendermos a dinâmica, que demarca o sujeito, apresenta uma pluralidade.

A respeito da noção de ética, na perspectiva bakhtiniana, Clark e Holquist, importantes pesquisadores dessa teoria, argumentaram, “a ética não se constitui de princípios abstratos, mas é o padrão dos atos reais que executo no acontecimento que é a minha vida” (Clark; Holquist, 2008, p. 90). Desse modo, compreendemos ética como o agir do sujeito, portanto, essa ação implica em uma participação efetiva em relação à vida e com a vida.

Diante disso, a abordagem desta dissertação está orientada para observar a ética na sua inteireza, em um movimento de observar aquele ou aquela que age sem o destituir de suas condições concretas, concebendo enquanto ato, no sentido de compreender o sujeito e suas valorações como aspectos mobilizadores na sua participação responsável na vida, que no caso desta pesquisa, é materializado verbalmente, pela produção de enunciados.

2.5 Pesquisa de campo

Sobre o tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa de campo, que a concebemos como dialógica. O estudo está focalizado em uma comunidade, não necessariamente geográfica, como aponta Gil (2002), com um olhar específico para alguma atividade humana de um determinado grupo. No caso desta pesquisa, o *locus* é a Universidade do Estado do Pará (UEPA), especificamente o grupo de pesquisa em Linguagens e Práticas Educacionais na Amazônia (GELPEA), a partir dos intérpretes de Libras com atuação nesse grupo de pesquisa.

Ressaltamos para a dinâmica da vida, o que implica pensarmos em sujeitos que transitam em diversos espaços-tempos. Por isso, reiteramos o contexto do grupo de pesquisa como tempo-espaço motivador, mas não como tempo-espaço único. Logo, é possível que a pesquisa percorra outros contextos para além do GELPEA, apesar de ter sido um campo mobilizador, pois o participante tem atuação neste grupo.

2.6 Cuidados de normatização da pesquisa

Há o uso do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), documento necessário no momento de se reportar aos interlocutores que, “[...] deverá solicitar a cada informante que assine um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). O anonimato deverá ser garantido a todos os informantes e códigos e nomes fictícios serão utilizados no relatório” (Teixeira; Oliveira, 2010, p. 17).

Sobre o que as autoras apontaram, argumentamos que por assumirmos uma perspectiva dialógica, a qual considera, sobremaneira, o aspecto da autoria do sujeito, não há como pensarmos em um interlocutor com um nome fictício, pois isso retira a concretude daquele ou daquela que fala. Assim, optamos por informar sobre o uso do nome na pesquisa, desde que a pessoa permita, do contrário, deixamos à vontade para que a própria escolha como ser nomeada. No caso desta pesquisa, o sujeito pesquisado autorizou o uso do seu nome, garantindo esta nossa premissa de concretude do ser expressivo.

2.7 O sujeito da pesquisa

Para manter a coerência com o ponto de vista teórico-metodológico assumindo, neste trabalho, a perspectiva de um sujeito concreto responsável, que como já dissemos, optamos por **não** usarmos nome fictício, já que a noção de autoria é fundamental para compreendermos o ato na sua completude. Desse modo, com a aprovação do sujeito, apresentamos o trecho inicial da entrevista, o momento em que é solicitado que ele se apresente. Nas palavras do próprio sujeito, “sou Andrei Dias, um homem gay, negro, de cabelo cacheado, sou formado e licenciado em Letras-Libras, pela UEPA. Atualmente, sou intérprete de Libras na UFPA” (entrevista realizada em 13/07/2023).

2.8 O processo de realização da entrevista como evento único

Sobre a entrevista narrativa do sujeito: esta foi utilizada devido seu caráter de proporcionar um protagonismo ao sujeito. Assim, para Oliveira, Fonseca e Santos (2010),

[...] a entrevista torna-se relevante para a obtenção de dados de caráter subjetivo, principalmente na pesquisa qualitativa, na medida em que essa, ao estabelecer a relação de interdependência entre o sujeito e o objeto, destaca o sujeito, que tem papel fundamental no processo de investigação ao interpretar atribuindo-lhe significados. (Oliveira; Fonseca; Santos, 2010, p. 38).

Na mesma linha de compreensão das autoras, a entrevista caracteriza-se por ser um procedimento metodológico fundamental, pois atribui ao sujeito uma posição de centralidade, o que implica pensar neste mesmo como o protagonista. Diante disso, a investigação científica privilegia o agir do sujeito em seu ponto de vista, uma vez que ao analisar os significados do que foi expressado, o exercício interpretativo estará orientado para contemplar a dinâmica das condições de produção com o que foi dito e por quem foi.

Sobre o uso da entrevista, destaco a semiestruturada, que “[...] parte de um roteiro pré-estabelecido, mas, na sua aplicação, o entrevistador pode acrescentar novas perguntas, conforme o teor da narrativa dos entrevistados” (Oliveira; Fonseca; Santos, 2010, p. 46). Desse modo, esse tipo de entrevista favorece a coleta de dados na sua concretude, porque ao não se restringir ao roteiro de perguntas, favorece que o pesquisador consiga apreender o aqui e agora, visto que pode

redirecionar suas perguntas com o objetivo de abranger as temáticas que emergirem no momento.

Com relação ao roteiro de perguntas, destacamos que foram elencadas algumas perguntas, porém o curso da entrevista não necessariamente seguiu essa sistematização, pois algumas questões emergiram no momento e foram aproveitadas por nós. Concernente as perguntas já pré-selecionadas, foram:

I) você pode se apresentar? Dizer seu nome, identificar o gênero e sexualidade, cor e outra categoria que achar relevante.

II) diga a respeito da sua formação como intérprete de Libras, do encontro com o ofício ao contexto formativo, se possui especialização, curso técnico ou Prolibras? (explicar).

III) qual é a compreensão que você tem do seu próprio corpo quando está em atuação como intérprete de Libras?

IV) o que você acha das regras que existem sobre a questão estética e da ética profissional, que contempla o não uso de relógios, brincos, e outros adereços?

V) você acha que ser LGBTIA+ interfere na sua atuação?

VI) se sim, de que forma?

Sobre o momento de ocorrência da entrevista, foi realizada no dia 13 de janeiro, pela parte da tarde. Foi acordado um café com o participante da pesquisa, que me recebeu em sua casa. Com relação às gravações das falas, foram feitas em um celular da marca Samsung S20 FE.

Apresentei o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, com a explicação dos aspectos éticos da pesquisa. Foi neste momento que ocorreu o consentimento do uso do seu nome na pesquisa, como forma de manter a concretude dos relatos.

Já sobre a dinâmica da entrevista, foi bastante dialógica, apesar de haver o roteiro, o fluxo da entrevista foi como uma conversa, em que houve uma alternância de vozes, no caso, a minha ao fazer as perguntas, e a do participante ao respondê-la. Embora, em vários momentos tenham ocorridos atravessamentos, em que um entrevistado sobre a fala do outro, foi como uma conversa, com várias questões que emergiram no momento e foram inseridas como perguntas.

2.9 A perspectiva do ato responsável como fundamento de análise

No que tange a análise dos dados, foi mobilizada a perspectiva do ato responsável, de Bakhtin, como o principal fundamento analítico, dada sua complexidade em relação à constituição de um sujeito inserido em uma arquitetura da vida concreta, logo, a compreensão de um sujeito ativo. Além disso, há um diálogo com os estudos *queer*, pois fornece um conjunto de subsídios a respeito das questões de gênero e sexualidade, temática que o autor russo não discorreu, o que ratifica a necessidade de uma abordagem teórica para fundamentar as discussões sobre essa questão.

3 DA TEORIA QUEER ÀS PRÁTICAS CONTRASSEXUAIS: A SUBVERSÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os estudos *queer*, desde sua origem, percorrendo por conceitos, autores e obras fundamentais, além de situar as peculiaridades dos estudos *queer* no Brasil e na educação. Por fim, trazer as práticas contrassexuais, desenvolvidas por Paul Preciado. Assim, o capítulo está organizado: 1) o emergir *queer*, da resistência ao fazer ético-político; 2) Problemas de gênero: algumas considerações; 3) O sujeito e as performatividades de gênero; 4) estudos *queer/cu* no Brasil; 5) estudos *queer* na educação; e 6) manifesto contrassexual.

3.1 O emergir *queer*: da resistência ao fazer ético-político

Nos Estados Unidos, surge um movimento designado como da contracultura que atingiu seu ápice na década de 1960, inaugurando a agenda dos movimentos sociais, com destaque para o surgimento de três importantes iniciativas: o movimento pelos direitos civis da população negra, no Sul dos Estados Unidos; o movimento feminista, da segunda onda – a primeira onda se caracterizou como um movimento liberal ocorrido na Inglaterra, na França, nos EUA e na Espanha, de luta pelo direito de voto, por isso chamado de sufragista e a segunda onda, ocorrida nos EUA designada de “feminismo da igualdade” e na França, designada de “o feminismo da diferença”, com denúncia da opressão e a emergência do conceito de gênero – e o movimento, então conhecido como homossexual. Esses movimentos se notabilizavam por não estarem estritamente vinculados às questões de ordem econômica da luta de classes, como era o caso do movimento operário.

Segundo Miskolci (2012), a novidade dos movimentos sociais daquele momento, na década de 1960, era a massiva participação das classes médias, além das mais populares já estarem em atuação, ou seja, havia uma diversidade na composição dos grupos que reivindicavam por suas pautas. Nas palavras deste pesquisador:

De forma geral, esses movimentos afirmavam que o privado era político e que a desigualdade ia além do econômico. Alguns, mais ousados e de forma vanguardista, também começaram a apontar que o corpo, o desejo e a sexualidade, tópicos antes ignorados, eram alvo e veículo pelos quais se expressavam relações de poder. A luta feminista pela contracepção sob o

controle das próprias mulheres, dos negros contra os saberes e práticas racializadores e dos homossexuais contra o aparato médico-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico tinham em comum demandas que colocavam em xeque padrões morais. (Miskolci, 2012, p. 22).

Como podemos observar, os três movimentos citados – de negros, de mulheres e de homossexuais – compartilhavam reivindicações de ordem sociocultural, com a finalidade de romper com algumas formas estabelecidas na sociedade que os impedia de expressar sua integridade, seja pelo simples fato de existir, como eram os casos de negros e homossexuais, seja pelo controle das formas de existir, como era a situação das mulheres. Diante dessa questão, constatamos que havia uma urgência em romper com imposições, postas de forma estrutural, na sociedade e que impediam a plena existência desses grupos. De forma que,

[...] em termos políticos, o queer começa a surgir nesse espírito iconoclasta de alguns membros dos movimentos sociais expresso na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais. (Miskolci, 2012, p. 22).

A partir disso, há alguns empreendimentos teóricos realizados por alguns autores e autoras, pessoas que já estavam produzindo conhecimento sobre, como é o caso de Guy Hocquenghem, autor de **O desejo sexual** (“Le désir homosexuel”, de 1972), além das contribuições da antropóloga Gayle Rubin, autora do **Pensando sobre o sexo**, (“Thinking Sex”, de 1984); e do pesquisador argentino-brasileiro Néstor Perlongher, autor de **o Negócio do michê**, de 2008, e **O que é a AIDS?**, de 1987.

Embora tenha ocorrido esse movimento, Miskolci (2012) argumenta que a teoria *queer*, como a conhecemos hoje, só iria se constituir de fato com a epidemia da AIDS, nos Estados Unidos, já na década de 1980. Essa epidemia, no contexto norte-americano, foi singular, pois houve uma recusa das autoridades estatais em agirem, o que fortaleceu o número de óbitos, já que Ronald Reagan não adotou nenhuma medida.

Falando especificamente da epidemia de AIDS e do temor que foi causado, Miskolci (2012) comentou:

A epidemia é tanto um fator biológico como uma construção social. A AIDS foi construída culturalmente e houve uma decisão de delimitá-la como DST. Uma epidemia que surge a partir de um vírus, que poderia ter sido pensada como a hepatite B, ou seja, uma doença viral, acabou sendo compreendida

como uma doença sexualmente transmissível, quase como um castigo para aqueles que não seguiam a ordem tradicional. (Miskolci, 2012, p. 23).

Como argumentou o autor, a epidemia de AIDS foi uma questão política, pois a sua inserção como uma doença sexualmente transmissível foi uma ação dotada de um cunho altamente político, o que implica pensarmos em uma estratégia de dizimação de todas aquelas pessoas que não estavam em conformidade com a sexualidade padrão, a heterossexualidade.

Tendo o regime heterossexual como a norma, a AIDS veio como uma forma biológica e política para assentar, na sociedade, o **ideal heteronormativo** das pessoas, tendo o vírus como uma forma de causar o medo, de penalizar todas as pessoas que ousassem transgredir as regras ou o contrato social da heterossexualidade – estabelecendo rótulos do tipo “doentes” e “promíscuos” aos homossexuais. Com isso, constatamos como a própria pauta da saúde também teve sua finalidade revertida, de forma desonesta, para produzir um discurso de repulsa a homossexualidade, de subjugação, e, sobretudo, de morte de corpos considerados abjetos.

Como consequência disso, aparecem alguns grupos de resistência, como é o caso do *queer nation*, originando a palavra *queer*, com a designação de nação anormal, a nação bicha (Miskolci, 2012). Como aponta o autor, no inglês americano, o termo significa um xingamento, algo equivalente a um palavrão, algo de baixo calão. Dessa forma, o grupo *queer nation* passa a mensagem de um grupo marginalizado, um grupo considerado abjeto e que foi deliberadamente alojado sob uma ótica de nojo, perigo de contaminação ao vírus, bem como exposto à morte. Assim, segundo Miskolci (2012), surge a questão *queer* como um viés político, de resistir frente a um contexto mortífero e de higienização social provocado pela AIDS.

No que tange à diferença do movimento queer e do movimento homossexual, já existente, há o fato de que o grupo *queer* não está atuando apenas em prol de gays, da homossexualidade, mas está travando uma luta contra a valoração imposta, a abjeção, o nojo; instaurada em todas aquelas pessoas consideradas ameaças, algo relacionado com a AIDS. Enquanto que o movimento homossexual, formado, em sua maioria, segundo Miskolci (2012), por pessoas brancas e de classe média, estava pautado por sua incorporação na norma, no regime heterossexual. Ou

seja, não havia uma radicalidade da luta, mas o desejo de uma assimilação por parte do regime vigente, falando em relação ao movimento homossexual.

O que chama bastante atenção é a discrepância das pautas de luta, pois, se para o movimento homossexual a questão era a aceitação, aos moldes do regime normatizador, da homossexualidade; para o movimento *queer*, a luta estava em torno da crítica, severa, ao regime heterossexual, que produzia subjetividades e estigmatizava todas as pessoas que deslocavam seu gênero para além dos limites do binarismo, do heteroreprodutivismo.

Assim, o *queer* não é sobre a homossexualidade, mas sobre todas as formas “abjetas” de expressão de gênero, sexualidades, todas as pessoas alocadas no campo dos humilhados e excluídos, o que contempla a homossexualidade e não só, tendo um viés mais democrático.

3.2 Problemas de gênero: algumas considerações

Judith Butler, que nasceu 1956, em Cleveland, Ohio, EUA, é considerada uma das principais teóricas do feminismo e da teoria *queer*. Tem origem judia. Ingressa em uma universidade americana no final da década de 1970 e começo da década de 1980, momento em que há um crescente aumento de autores da filosofia francesa adentrando os espaços universitários nos Estados Unidos, e isso ocorreu em virtude dos desdobramentos ocorridos no pós 1968, momento de bastante efervescência na França, quando muitos movimentos implodem, como o movimento estudantil, que culminou em uma série de reformas nesse país europeu, inclusive, no campo educacional.

A partir de 1970, muitos filósofos franceses, como Jaques Derrida, começam a circular por universidades americanas, e é nesse contexto que Butler terá contato com as obras de Michel Foucault, que irá se disseminar, sobretudo, na universidade de Berkeley, com interesse por temas como movimentos feministas e a própria liberação sexual, no período do pós-guerra. Michel Foucault é uma das leituras motivadoras para os escritos, posteriores, da autora, que irá fazer uma proposição teórica *queer*, a partir de um novo olhar.

Em sua obra **Problemas de gênero** – *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, publicada originalmente em 1990 –, publicada no Brasil só em 2003, com tradução de Renato Aguiar, Butler faz uma crítica à representação

essencialista realizada pelo movimento feminista, que restringe a concepção de e o ideal de mulher. Essa identidade que deve ser alcançada pelas mulheres é bastante criticada pela autora, que argumenta para a necessidade de uma expansão da categoria.

Com base nessa premissa, compreende a linguagem como uma ferramenta de construção de representações, assim, a **representação** que se tem de mulheres, do feminismo, que é uma perspectiva dentre outras, o que chama de “efeito de uma dada versão da política representacional” (Butler, 2003, p. 19). Diante disso, entendemos como a noção de **mulher**, a partir da argumentação de um ponto de vista discursivo, foi elaborado pelo próprio sistema que as oprimem, portanto, em diálogo com as estruturas que promovem as opressões.

Em relação à insistência do feminismo em uma categoria estrita de mulheres, Butler (2003) argumentou:

A sugestão é [que] o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói [o que] gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. (Butler, 2003, p. 22).

A partir disso, aquelas experiências que não se conformam na categoria prescrita são excluídas, tendo em vista que não seguem os parâmetros que constituem a identidade estabelecida. De acordo com Butler (2003), quando se fala de uma política feminista, resumir em identidade feminista não pode ser considerada o fundamento, pois já é um critério de exclusão, visto que já apresenta um pressuposto, logo, uma representação pré-estabelecida, o que fortalece o discurso de uma suposta representação natural da mulher.

Em contraste, a teoria *queer* propõe o avesso, a recusa das identidades que imobilizam, resultantes dos mecanismos sistêmicos de poder, nesse caso, a heterossexualidade. Por isso, as categorizações são vistas como uma forma de criar um controle, de engendrar subjetividades em uma representação específica, aquela que atende as demandas do regime político vinculado.

Enquanto regime político, a heterossexualidade segue determinados princípios, os quais contemplam os vários valores em circulação na sociedade, sendo uma delas a dimensão da sexualidade. Sobre isso, Butler já traz a visão de

que a divisão entre sexo e gênero é construída, porque essa distinção obedece a uma demanda do sistema.

Nas palavras da autora: “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (Butler, 2003, p. 24). Desse modo, há uma descontinuidade, o que implica pensarmos em um deslocamento, ainda que o sistema seja binário, a noção de homem não se aplica apenas ao masculino, bem como mulheres apenas ao feminino.

Assim, a partir de uma concepção de sexo como pré-discursivo é usar as lentes do sistema heterossexual, que utiliza tais pressupostos como estratégia para estabilizar uma determinada perspectiva, para a elaboração de uma forma de prescrever as sexualidades. Nessa compreensão, podemos observar como a noção de gênero, criada por uma estrutura, também intervém na noção de sexo.

Em diálogo com Simone de Beauvoir (1908-1986), especificamente na obra **O segundo sexo**, (*Le Deuxième Sexe*, em francês, lançado em 1949), em que a autora vai posicionar o feminino como um outro, sendo o sexo masculino na posição universal, logo, o centro. Nessa mesma posição, Butler (2003) critica a acepção cartesiana, uma vez que está embasada por um viés de ordem filosófica, na qual a mente está relacionada com o masculino, o *cogito* na filosofia clássica, a condição de subsistência. Já para as mulheres, a noção de corpo, logo, hierarquicamente abaixo dos homens, está na dicotomia mente *versus* corpo, quando há um predomínio do pensar como elemento instaurador da pessoa.

Essa distinção constitui um embasamento para a condição de subordinação da mulher, pois o corpo está em uma posição inferior à mente, o que implica pensarmos na constituição da mulher a partir do homem, já que a mente está para corpo como um elemento indispensável, que marcará seu existir. Nesse raciocínio, podemos constatar, a partir da análise empreendida da obra de Beauvoir (2003), como há uma hierarquia de gênero que tem suas bases em uma reprodução, proposital, da relação mente *versus* corpo.

Com isso, podemos visualizar como há uma perspectiva relacional, no sentido de um existir apenas em função do outro. Já em relação com a questão discutida, um sexo só existe na relação com o sexo oposto, no caso, o feminino é resultante do imposto como universal, o masculino. A partir dessa lógica, observamos como há

uma relação de dependência, tendo o feminino como a oposição, o contraste do masculino, este último colocado na posição de gênero fundante.

Essa insistência em determinar uma certa continuidade do que se concebe por mulher foi um dos elementos que contribuíram para o apagamento da complexidade dessa categoria, tendo em vista que não contemplou as demais interseções culturais e políticas, as quais as mulheres estão envolvidas (Butler, 2003). Com base nessa noção de diferença, no interior da categoria, é necessário que se pense em processos dialógicos no sentido de promover coalizões, uma espécie de ponto de encontro em que as mulheres, na sua multiplicidade, possam interagir em torno de uma questão em comum.

Sendo essas coalizões compreendidas como dialógicas, a identidade não será o aspecto definidor, pelo contrário, as aproximações e divergências poderão ocorrer sem necessariamente estar em acordo com uma norma, isto é, em concordâncias e discordâncias como resultantes dos processos de interação de forma espontânea, sem que haja um elemento de caráter normativo de interferência nessas relações. Com base nisso, está o caráter dialógico, sendo urgente pensar na dialogia como uma forma de agregar as diferenças e produzir acordos e desacordos na pluralidade de mulheres.

Outro aspecto da identidade, diz respeito ao gênero de maneira direta, uma vez que há uma matriz de produção de inteligibilidades, **o regime político da heterossexualidade**, responsável por enquadrar a pessoa em determinadas identidades já pré-estabelecidas. Esse sistema pode ser exemplificado no sistema binário de gênero, em que há a construção de modelos padronizados de ser em que as pessoas precisam se adequar para serem vistas como inteligíveis. Diante disso, compreendemos como o gênero está relacionado com as lentes socioculturais da visão estruturalmente criada e organizada na política heterossexual.

A partir disso, constitui-se uma continuidade, uma lógica na elaboração da categoria de gênero, tendo uma matriz de produção de sentidos, que diz o que pode ser lido como aceitável socialmente, o que implica pensarmos em uma estabilização. Sendo a instabilidade justamente aquilo que excede a norma binária, todas as possibilidades de gênero para além das identidades ordenadas, homem ou mulher, são vistas como instabilidades, desse modo, desvios ou anormalidades.

Isso porque,

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero e prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros da descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a expressão ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (Butler, 2003, p. 38).

Mediante essa matriz de produção de subjetividades, temos o gênero da pessoa como um aspecto central na constituição, observando, a partir da argumentação, como essas formas “inteligíveis” produzem certas leituras sociais, pautadas na plausibilidade, o que não ocorre quando essa lógica é desvirtuada, ou seja, quando há uma possibilidade extra ao que foi determinado como forma de ser sociodiscursivamente.

Como podemos constatar, a produção de uma pessoa generificada é um mecanismo do sistema heterossexual, já ordenado para posicioná-la em uma ótica de leitura, portanto, o gênero como uma forma de instaurar identidades, já pré-discursivas, serão vistas como falhas, desvios, anormalidades a tudo aquilo que não estiver nos modelos padronizados das identidades já predispostas.

Com isso, visualizamos como a categoria do gênero das pessoas em si já se constitui como uma prática reguladora do ser, embora a subversão dessas identidades, fechadas, inaugurem uma outra perspectiva de compreensão do existir, amparadas em oposições, matrizes desviantes, resultantes da própria matriz heterossexual, destinadas à produção da assim chamada “desordem do gênero”. Nesse sentido, há a urgência de provocar uma cisão, o rompimento com a matriz estrutural de poder, aquela em que uma pessoa já está determinada a uma dada possibilidade de ser, que consiste no regime heterossexual.

No que concerne ao sistema binário, “A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (Butler, 2003, p. 41). Assim, estruturalmente o sistema heterossexual possui alguns pilares, sendo um deles a questão reprodutiva, embasada pela heterossexualidade compulsória, em que reside o gênero já pré-estabelecido.

Dessa forma, há um elo entre a matriz heterossexual, de produção de pessoas já generificadas, com um papel social a desempenhar, logo, o regime

heterossexual está intimamente ligado com as questões socioeconômicas, com o capitalismo. E mais:

A coerência ou as unidades internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. (Butler, 2003, p. 45).

Com isso, podemos observar como esse sistema está ancorado em modelos padronizados de homem ou de mulher, sendo necessário rebelar tudo o que não estiver em conformidade com essas categorizações, sendo um sistema político amparado em relações de poder, e seguindo a interpretação da pesquisadora Letícia Nascimento (2021), o gênero é um produto das relações de poder.

De acordo com a Nascimento (2021, p. 155), “gênero é discurso, é um discurso estilisticamente materializado em performances variadas”, apesar de observarmos como o sistema heterossexual vai operar para conter essas variadas possibilidades, tendo uma simetria, homem ou mulher, como categorias de compreensão da pessoa na sociedade, as identidades que implodem essa dualidade serão excluídas, serão inviabilizadas como formas de existir, sendo, portanto, consideradas anormais, abjetas.

3.3 O sujeito e as performatividades de gênero

O livro **A vida psíquica do poder** (em inglês: *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*), de Judith Butler foi publicado originalmente nos Estados Unidos no ano de 1997. Já no Brasil, a tradução chegou só vinte anos depois, em 2017. Essa obra está estabelecida a partir de um diálogo que a autora faz com Michel Foucault, em especial a obra “vigiar e punir”.

A partir da obra citada, Butler interpretou o assujeitamento na concepção do filósofo francês. No que tange ao argumento da filósofa, há um paradoxo para com a obra de Foucault, o que ela irá compreender como assujeitamento difere em parte tanto a constituição do sujeito como a sua sujeição. Nas palavras da autora:

O termo subjetivação traz em si o paradoxo: assujettissemento denota tanto o dever do sujeito quanto o processo de sujeição – só se habita a figura da

autonomia sujeitando-se a um poder, uma sujeição que implica uma dependência radical. (Butler, 2017, p. 91).

A autora vai argumentar que no sentido foucaultiano, o sujeito é constituído a partir de práticas discursivas, sendo que o corpo vai se formar nessas dinâmicas. Na perspectiva de Foucault, o discurso é uma prática, no caso das leis, estão ligados a intervenções, instituições que vão arbitrar sobre o que é verdadeiro ou não, sobre o que é dito e sobre quem pode dizer. Assim, tendo em vista que o sujeito é formado pelo discurso, esse está orientado por alguma égide, sendo possível um discurso jurídico, por exemplo, que está constituído por outros discursos, como é o caso do discurso médico, nas situações que há necessidade algum parecer para embasar uma sentença.

Na interpretação de Butler:

Em vigiar e punir, o corpo do prisioneiro não aparece apenas como signo de culpa e transgressão, como a corporificação do proibir e a sanção para rituais de normalização; esse corpo é enquadrado e é formado pela matriz discursiva de um sujeito jurídico. (Butler, 2017, p. 90).

Na aceção da autora, Foucault argumenta para um sujeito que se constitui, enquanto identidade, discursivamente, portanto, a sujeição é um processo em que o sujeito formado tem por base uma norma reguladora, no sentido de regular como será a identidade que será assumida pela pessoa. Portanto,

a sujeição não é simplesmente a dominação de um sujeito nem sua produção – ela também designa um certo tipo de restrição na produção, uma restrição sem a qual é impossível acontecer a produção do sujeito, uma restrição pela qual essa produção acontece. (Butler, 2017, p. 90).

Desse modo, na interpretação butleriana de Foucault, há um princípio normativo, uma regulação que produz como as pessoas devem agir socialmente, como é o caso, por exemplo, da sexualidade, em que um corpo tido como masculino deverá corresponder em sua performatividade com o sexo biológico. Com base no ponto de vista normativo, deve haver, usando o exemplo mencionado, uma unidade entre corpo e identidade de gênero.

Esses princípios reguladores são importantes ferramentas de produção de subjetividades, visto que promovem um enquadramento das pessoas em uma série de aspectos que são validados, em um viés altamente normatizador, como um processo de instauração dos sujeitos. Esse processo Michel Foucault denominou,

em sua obra, de **poder disciplinar**, ou seja, são os aspectos que irão disciplinar os corpos. Diante disso, os corpos são regidos por leis, há um discurso jurídico pré-estabelecido de produção de inteligibilidades.

Então, a formulação do francês consiste na noção de alma, compreendida como um processo que constitui a identidade do sujeito e o encarcera, no caso, o prisioneiro, situando o contexto da obra **Vigiar e punir** (Em francês, *Surveiller et Punir: Naissance de la prison*, publicada originalmente em 1975). Concernente ao processo de interiorização da disciplina, consiste em um procedimento formativo do sujeito, pois, é a partir das diferentes subjetivações que são instauradas as possibilidades de ser, segundo a interpretação que Butler faz de Foucault.

Já a própria Butler propõe a noção de **psique**, da psicanálise, para argumentar de uma resistência expressada pelos sujeitos diante das normatizações. Essa noção de psique, no sentido psicanalítico, diz sobre aquilo que excede os processos reguladores: é justamente porque excede que existe na construção de um binarismo sexual uma ideia de fracasso. Apesar de haver uma matriz binária, há corpos que desvirtuam a identidade de gênero.

Portanto, com base na noção de psique é que se produzem as regulações que dizem como o sujeito deve ser. No caso, há uma cisão, proposta pela autora, para confrontar a noção de alma, de Foucault, entendida como o encarceramento do corpo, o que colocará em dúvida qualquer possibilidade de resistência.

Diante disso, Butler discorre, amparada na noção de psique, nessas dispersões que são produzidas por corpos que escapam ao processo de encarceramento, visto que produzem resistências às instâncias reguladoras de construção das subjetividades. Por isso, há a intensificação das regulações em prol do binarismo, com a finalidade de, cada vez mais, debelar as expressões de gênero e sexualidade que não estejam em consonância com as estruturas, as instituições que normatizam as pessoas a uma determinada forma, que mantem o *status quo* do sistema binário heterossexual.

3.4 Os estudos *queer/cu* no Brasil

Conforme Pelúcio e Duque (2014), a chegada dos estudos queer no Brasil não ocorre por meio dos movimentos sociais, pelo contrário, parte das discussões acadêmicas, pois, é a partir de intelectuais da Universidade que vão sendo

disseminadas as contribuições, importantes deste campo teórico. Apesar de emergir dos movimentos sociais, no contexto estadunidense, o que acontece no Brasil é um movimento de busca por respostas, tendo em vista que se fazia necessário a adoção de uma lente epistemológica robusta para conseguir subsídios para as diferentes formas de expressão do gênero, da sexualidade e do desejo.

A respeito disso, um primeiro aspecto a ser mencionado são os pesquisadores e pesquisadoras que fizeram parte desse ousado empreendimento: de buscar uma alternativa epistemológica, desassociada da lógica heteronormalizante e comprometida com um ponto de vista libertário, no sentido do comprometimento com os considerados “corpos abjetos”. Com destaque,

Somo às propostas de Louro, as leituras argutas de Miskolci sobre nossa formação como nação; a proposta de Pedro Paulo Pereira acerca de um queer tropical, as provocações de Berenice Bento, Flávia Teixeira e Tatiana Lionço sobre vivências marginais marcadas pelo olhar obtuso sobre as plasticidades dos gêneros e dos corpos; de Anna Paula Vencato sobre os corpos de homens *crossdressers*, que teimam em buscar brechas; as robustas discussões de Paula Sandrine Machado com os poderes médicos e suas “verdades” sobre a intersexualidade”, como faz também Jorge Leite Júnior; as provocações de Tiago Duque interrogando-nos sobre a inviabilidade de vidas travestis; os esforços de Leandro Colling e Djalma Rodrigues Neto ao organizarem toda uma equipe de pesquisadorxs para investigar a produção das homossexualidades em telenovelas globais; o trabalho de Fernando Seffner de pensar em educação e sexualidades a partir de intensas proposições teóricas, assim como Luiz Paulo da Moita Lopes, refletindo sobre nossos tabus sexuais em espaço escolar; as pesquisas de Patrícia Porchat e Márcia Arán com suas torções à psicanálise lacaniana, assim como a produção profícua e provocativa dos também psicólogos William Peres e Fernando Teixeira, entre muitas e muitos outras teóricas e teóricos cucarachas que têm por mérito não só uma produção original, mas ainda o fato de terem perturbado o argumento de que os estudos de sexualidade estariam no âmbito meramente “cultural”, e supostamente despolitizado. (Pelúcio; Duque, 2014, p. 19-20).

Dessa forma, podemos observar como foi árduo o trabalho de pesquisa, com a finalidade de, em um primeiro momento, como argumentaram Pelúcio e Duque (2014), fazer uma transposição dos conceitos, advindos de uma realidade norte-americana, para a nossa realidade brasileira. Assim, a referida autora argumenta que foi quase que uma aplicação dos conceitos aos fenômenos em ocorrência no contexto daqui, sem a consideração das singularidades.

A partir disso, um segundo aspecto a ser discutido foi a terminologia “queer”, porque

[...] se deve ter muito cuidado com a palavra *queer*, pois se trata de uma categoria local estadunidense que tem viajado justamente porque aquele país mantém ainda certa hegemonia na produção de conhecimento, que permite a publicação e circulação de textos norte-americanos por todo o mundo. (Pelúcio; Duque, 2014, p. 4).

A autora e o autor já chamam atenção para um fator fundamental: as questões de ordem do contexto, o que já se relaciona com as singularidades de cada espaço ou local, pois não há como compreendermos que os corpos performam o gênero, produzem sexualidades de maneira homogêneas, além do que, compreender possibilidades que excedem o contexto dos Estados Unidos, algo que é urgente no campo da produção do conhecimento de uma maneira geral, exemplificado neste espectro, da teoria *queer*. Dessa maneira, é urgente pensarmos na mobilização da teoria *queer* sem que haja o apagamento dos aspectos locais, os quais demarcam as singularidades de distintos sujeitos situados em lugares diversos.

Nas palavras de Pereira (2012), “a teoria se torna, nesse caso, dissociada das realidades locais e, sem esse confronto, acabamos por entrar num círculo que introduz à eterna repetição (periférica) de teorias (centrais)” (Pereira, 2012, p. 374). Conforme argumentou o autor, é fundamental compreender a dimensão local, visto que o mero movimento de deslocar a teoria *queer* para um aplicacionismo, mediante suas categorias, desconsiderando os fatores contextuais apontam para uma lógica problemática: aprisionar os sujeitos em categorias analíticas, que são resultantes de uma subordinação colonial entre periferia ao centro ou metrópole. Isso só reforça a relação Norte-Sul global, em que o primeiro produz o conhecimento, enquanto que o segundo apenas recebe, de forma passiva.

Essa questão é bastante necessária de ser evidenciada, pois é importante que nos perguntemos: até que ponto a teoria *queer* conseguiu dar conta de realidades não anglo-saxônicas? Pereira (2012), em seu texto “queer nos trópicos”, traz essa discussão, questionando quais os limites de uma teoria formulada nos Estados Unidos e constituída, fortemente, por autores eurocêntricos para abarcar as experiências de corpos abjetos em um contexto de Brasil.

Em um de seus argumentos, o autor menciona algumas das singularidades de corpos abjetos na realidade brasileira, especificamente no Rio Grande do Sul, quando narra a experiência de algumas travestis que têm uma relação, estreita com as religiões de matrizes africana. Isso é bem interessante, porque, segundo o autor,

é necessário se considerar esse aspecto, singular, na narração das travestis, algo que destoa das narrativas oriundas do Norte Global: Estados Unidos e Europa, tão disseminadas e que, a depender da situação e leitura, podem se tornar formas rígidas de conformação de experiências.

Desse modo, Pereira (2012) comentou sobre a necessidade da teoria *queer* estabelecer um diálogo, efetivo, com outras epistemologias. Sobre isso, apontou a importância de

[...] se abrir para essas outras experiências e saberes – como as narradas neste texto, nas quais se assinala a diferença de corpos, formas de agência, mediadores, subjetividades –, deixando-se afetar, nesse caso, há possibilidade de, em vez de o termo em inglês assinalar um processo de assimetria consubstanciado num eurocentrismo avassalador, a expressão designar a resistência a traduções fáceis. (Pereira, 2012, p. 389).

A partir disso, não há como pensarmos em uma teoria que imobiliza, pelo contrário, é, inclusive, de um ponto de vista ético-responsável, a instauração do diálogo com as especificidades do contexto em que o acontecimento ocorre. Nesse sentido, há uma relação com o argumento de Walter D. Mignolo: “a opção decolonial é epistêmica” (Mignolo, 2008, p. 290), pois os postulados de autores do Norte global não são desconsiderados, porém, não devem ser assimilados inteiramente, sem nenhuma elaboração conjunta com fundamentações que emergem das ações dos interlocutores.

Com isso, é imprescindível a relevância do que Pereira (2012) chamou de “enunciação da diferença”, que consiste justamente na singularidade que emerge da relação interlocutor-contexto. Esse saber é fundamental para que a assinatura, o singular, seja demarcado, o que contribui para a visibilidade de corpos silenciados, historicamente, e alocados no lugar da abjeção. Nesse lugar, de abjetos, com suas marcas peculiares, produzem saberes de resistência, “gestos *queer* transgressores” distintos a depender do ambiente.

3.5 Os estudos *queer* na educação

No campo da educação, os estudos *queer* são bastante profícuos e uma das principais autoras responsáveis por isso é a pesquisadora e professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Guacira

Lopes Loro. Ela é uma das mais notáveis pesquisadoras do campo de gênero e sexualidade na esfera educacional.

A pesquisadora Vilma Brício, em texto publicado na revista *artifícios*, “conversações sobre gênero, sexualidade, teoria *queer* e educação: Entrevista com Guacira Lopes Louro”, fez uma entrevista com a mesma pesquisadora. Nessa entrevista, ela, Vilma, perguntou como surgiu o interesse pelas discussões de gênero e sexualidade. A seguir, a resposta da própria Guacira Lopes Loro:

[...] provavelmente estão vinculados à minha própria experiência como mulher atenta às coisas de seu tempo, às significativas mudanças culturais e sociais que, muito jovem, vivi e observei, principalmente a partir do final dos anos 1960. Além desse contexto social mais amplo, costumo identificar como especialmente significativo para meu interesse na área de gênero e sexualidade a minha atividade como professora de História da Educação, no curso de Pedagogia. Nessas aulas, as estudantes (o curso era e ainda é majoritariamente feminino) me questionavam sobre a ausência das mulheres nos textos oficiais, nos relatos e documentos. (Brício, 2012, p. 2).

De acordo com a resposta da autora, seus questionamentos em relação as opressões, vivenciadas enquanto mulher, já a inquietavam, o que ajuda a compreendermos a aproximação da autora com os estudos feministas, logo, as normas sobre sexualidade já estavam no horizonte da pesquisadora, o que é exemplificado quando ela fala do silenciamento das questões de gênero nos documentos, o que, posteriormente, pode ter contribuído no movimento de empreender um currículo outro.

No que diz respeito aos seus estudos, estão em diálogo com os estudos feministas, sendo ela a tradutora, no ano 1990, de um texto seminal neste campo temático, o artigo “gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott. Além disso, a autora, situada no paradigma teórico da pós-modernidade, dialoga bastante com os estudos de Michel Foucault, em especial, a noção de disciplina e corpos dóceis.

Já no tocante os estudos *queer*, especificamente, destacamos uma importante publicação da autora, “teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação”, publicado no periódico “estudos feministas”, da Universidade de Campinas-UNICAMP, no ano de 2001. Nesse texto, a autora discorre, de forma histórica, sobre o desenvolvimento dos estudos de gênero, passando pela construção da normalidade, as reivindicações do movimento homossexual, a

necessidade da afirmação das identidades sexuais como forma organizada de militância, até chegar no que a própria classificou como uma “teoria e uma política pós-identitária”, os estudos *queer*.

Sobre isso, a autora argumentou,

As condições que possibilitam a emergência do movimento queer ultrapassam, pois, questões pontuais da política e da teorização gay e lésbica e precisam ser compreendidas dentro do quadro mais amplo do pós-estruturalismo. Efetivamente, a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação. (Loro, 2001, p. 547).

Conforme ela discorreu, por estar no campo pós-moderno, podemos encontrar, de forma considerável, algumas contribuições, como a de Foucault, sobre a noção de uma rede: mídia, Estado, religião, família, que se constituem, no que o próprio autor francês designou, de “dispositivo”, nesse caso, o da sexualidade. Essa foi uma importante discussão, pontuada por Loro (2001), que agregou bastante no percurso dos estudos.

Em razão disso, também podemos observar outro aspecto teórico, considerado um subsídio válido para o desenvolvimento dos estudos *queer*,

[...] a operação de desconstrução, proposta por Jacques Derrida, parecerá, para muitos teóricos e teóricas, o procedimento metodológico mais produtivo. Conforme Derrida, a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: este é um pensamento que elege e fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado. (Loro, 2001, p. 548).

A partir dessa discussão, a autora argumenta na produtividade do conceito, formulado por Jacques Derrida, no sentido de compreender como a lógica do binarismo produz o “outro” para legitimar o seu oposto. Essa noção é bastante presente no processo de eleger uma expressão de gênero como a norma, tendo, por consequência, as outras formas de expressão como dissonantes, portanto, a estranheza, na perspectiva dominante.

Para a autora,

Na medida em que *queer* sinaliza para o estranho, para a contestação, para o que está fora-do-centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma ‘aplicação’ ou a uma extensão de ideias fundadoras. Os teóricos e teóricas *queer* fazem um uso próprio e transgressivo das proposições das

quais se utilizam, geralmente para desarranjar e subverter noções e expectativas. (Loro, 2001, p. 548).

Dessa forma, compreendemos a teoria *queer* como uma postura transgressiva, no sentido de desestabilizar as identidades já pré-estabelecidas. Por isso, há a necessidade de rompermos a dicotomia heterossexual-homossexual, pois essa gramática de operar a sexualidade está pautada por uma construção de gênero orientada para a promoção de uns em detrimento de outro/as.

Ou seja, superar essa noção de identidade rígida e comprometida com a manutenção dos regimes de poder. Diante disso, é explícito a aproximação da teoria *queer* com um conjunto de autores nobilitados por estarem situados em perspectiva de pós-modernidade, como é o caso de Jacques Derrida (1930-2004), que trouxe contribuições relevantes.

Já falando sobre a “pedagogia e um currículo queer”, compreendidos por,

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. (Loro, 2001, p. 550).

A partir dessa argumentação, o movimento *queer* na educação, se constitui como uma forma de deseducar, de modo a desestabilizar as formulações já estabelecidas como “naturais”. Isto é, trazer outras perspectivas, em especial, contemplar as cosmologias de corpos outros, aqueles considerados “abjetos” pelo sistema de poder vigente. Para além de mostrar as exclusões, um currículo *queer* precisar incluir saberes outros, pontos de vistas outros a respeito dos eventos históricos, o que permite uma postura de desconstrução das lógicas consideradas oficiais.

Essa desconstrução ou decolonialização do conhecimento perpassa com a inclusão de autores e autoras sobre as mais diversas discussões teóricas, seja na educação básica, seja no ensino superior, com a contribuição de autores negros e negras, de mulheres e de pessoas LGBTQ+ nos processos de lutas por democracia, por visibilização dos conhecimentos produzidos dessas atuações. De forma resumida, uma educação *queer* requer uma cisão com a lógica vigente, de poder,

para problematizar as convenções que se tem de normalidade e a disseminação de saberes que, historicamente, foram locados no armário, conforme Sedgwick (2007).

3.6 A teoria contrassexual: práticas sexuais subversivas

Vamos tratar de Paul B. Preciado, que nasceu em Burgos, Espanha, em 1970 e seu “manifesto contrassexual” – escrito quando ainda tinha 28 anos de idade (Preciado, 2022), em 1998 e publicado na França em 2000 como “Manifiesto contrasexual”. Preciado se identifica como uma pessoa trans e com deficiência, não negra e de origem espanhola. Ele tem suas primeiras inquietações quando estava no curso de pós-graduação em arquitetura, pois foi neste campo que emergiram algumas ideias do que se convencionou chamar de perspectiva contrassexual.

Nas palavras do autor,

Então comecei a dar atenção à materialidade das tecnologias de gênero. Arquitetos e historiadores do *design* me ajudaram a ver os corpos e as sexualidades como efeitos específicos de técnicas construtivas e visuais, como enquadramento, colagem, reprodução, imitação, montagem, padronização, segmentação, distribuição espacial, recorte, reconstrução, transparência, opacidade e assim por diante. Se a arquitetura é uma tecnologia política para fabricar o espaço social, então, os corpos também podem ser entendidos em termos arquitetônicos. (Preciado, 2022, p. 11).

Foi com base nessa comparação, a partir de uma questão do contexto em que o autor estava inserido, surgiram algumas noções, na verdade, a leitura de como ocorre as dinâmicas de gênero e sexualidades inseridas em uma engrenagem, no sentido de observar como os corpos são situados em um aparato técnico, o qual, bem como na arquitetura, os reelabora de formas variadas e com interesses diversos.

Diante disso, há a compreensão do sistema não por um prisma da naturalidade, mas constituído de um repertório tecnológico que mobiliza diversos mecanismos que produzem uma representação de naturalidade, que nada mais é que resultante da ação tecnológica do próprio sistema, que promove um engendramento dos corpos a partir de uma determinada ótica: o binarismo homem ou mulher.

Nessa lógica de interpretação, os corpos são vistos como máquinas, os quais são fabricadas e remodelados conforme arbitrariedades, o que já tensiona a

pretensa naturalidade do gênero, ideia bastante difundida na sociedade. Para Preciado,

Foi assim que comecei a ver os dildos e as técnicas médicas de reconstrução trans e intersexual como tecnologias de projetos, próteses e bioarquiteturas que poderiam se inscrever numa história mais abrangente da modificação tecnológica em nossos corpos materiais e em nossa percepção do tempo, do espaço e da realidade. (Preciado, 2022, p. 12).

Assim, há a proposição de um ponto de vista teórico, já após os estudos *queer*, comprometido com a dinâmica em que os corpos são situados. Por isso, há uma lógica, como argumenta o autor, de visualizar a sociedade como um maquinário, um sistema tecnológico, o qual faz o manejo dos corpos pelas suas técnicas, as quais estão endereçadas em produzir dicotomias: homem ou mulher, heterossexual ou homossexual e assim por diante, no sentido de produzir as dissonâncias a partir da matriz de produção dos corpos, que se caracteriza pela diferença sexual.

Sendo essa diferença sexual pautada em um ideal biologizante, a genitália – em especial, o pênis – é um elemento de construção de sentidos, os quais resultam em uma díade: a construção de subjetividades com o órgão, homens e as subjetividades sem a genitália citada, sem as mulheres. Com isso, há o estabelecimento de uma “cartografia corporal”, de ordem política e interessada, ou seja, a instauração de um regime discursivo de autorização e desautorização de corpos, os quais são lidos a partir da genitália.

A partir disso, há a instauração do binarismo, “fora desse binarismo, há apenas patologia e deficiência” (Preciado, 2022, p. 13). Tendo em vista que há a compreensão de um sistema tecnológico, podemos visualizar como a lógica do binarismo foi usada, de forma política, para produzir uma espécie de arquitetura do corpo, que diz respeito a um ordenamento político das partes, com o pênis sendo escolhido, arbitrariamente, para ser revestido de um viés diferenciador e produtor de subjetividades.

Dessa forma, a teoria contrassexual se constitui como um importante instrumental teórico para a viabilização de corpos considerados não inteligíveis, do ponto de vista “heterocolonial”, o qual instaura quais são as formas de produção do desejo e do prazer, ambos ancorados em um ideal binário, o qual legitima, via instituições: igrejas cristãs, instituições de ensino, órgãos judiciais; a dicotomia homem ou mulher com a finalidade da reprodução.

O autor faz uma comparação interessante da produção de lógicas inteligíveis a respeito de uma determinada maneira de compreender a noção de gênero e de sexualidade com a língua, especificamente o monolinguismo, a forma como esse regime de língua única se estabelece na sociedade. Sobre essa relação, Preciado (2022) argumenta sobre como nós aprendemos a lidar apenas como uma língua, sendo ela legitimada a partir do uso na esfera familiar, nas esferas religiosas e nas esferas de ensino. Ou seja, há a imposição de uma língua, de forma implícita, no social que constitui o trânsito do sujeito, sendo, portanto, necessário sua aquisição e proficiência para interagir, de forma inteligível, nesses campos.

Bem como acontece com as dinâmicas de gênero e sexualidade, pois, quando uma pessoa nasce, ela é inserida em uma determinada forma já pré-concebida, seja de homem ou de mulher. Essa forma é estabelecida a partir de sua afirmação nas instituições sociais: como é o caso da família, das igrejas cristãs, das escolas e assim por diante. Dessa maneira, há a instauração de uma forma única de se compreender, pelo binarismo sexual, sendo que as expressões que não estão contempladas nesse eixo, “heterocolonial”, não são legitimadas, portanto, vistas como formas de expressar o gênero e a sexualidade como problemático é fora da norma.

Como resultantes desses processos, há o que compreendemos por monolinguismo, a prevalência de uma língua, escolhida por interesses, como a norma a ser seguida no uso social. Assim como ocorre o gênero e a sexualidade, são escolhidas determinadas formas de homem ou de mulher, ambas pautadas na lógica da heterossexualidade, para manter o regime sociopolítico vigente, que está em acordo com ideais cristãos, os quais permeiam as instituições e, via tecnologias legais, promovem uma manutenção do regime centralizado, o qual Preciado (2022) chama de “heterocolonial”.

Outro aspecto necessário de ser ressaltado, diz respeito a diferença, elaborada por Preciado, que consiste na oposição “realistas x contrassexualistas”, entendida por,

[...] dois tipos de agentes sexuais: aqueles para os quais o objeto da atividade sexual é a repetição da partitura de sua identidade sexual (masculina ou feminina, heterossexual ou homossexual), segundo determinada definição das funções apropriadas dos órgãos e dos corpos (ereção, ejaculação, reprodução, orgasmos, etc.), e aqueles para os quais o órgão (biológico ou sintético, vivo ou incorporado tecnossemiticamente) é apenas a interface por meio da qual acessam certas formas de prazer, ou

afetos que não podem ser representados por diferença sexual, gênero ou identidade sexual. (Preciado, 2022, p. 19).

Como podemos observar, a perspectiva contrassexual se notabiliza por uma radicalidade contra o sistema, no sentido de descentralizar o eixo de produção das sexualidades, logo, relacionado com a produção do desejo e do prazer. Assim, Preciado usa o dildo como um elemento simbólico para expressar o que se compreende por uma **prática contrassexualista**: a subversão das práticas de identidades sexuais instauradas pela lógica heterocolonial, que tem no pênis como um ponto central na elaboração do desejo e do prazer, os quais desencadeiam em formas de subjetividades, que, nesse sistema, cerceiam a concretude do sujeito.

Do ponto de vista contrassexual, “a dildônica é a sexualidade do sujeito pós-gênero e pós-sexualmente identificado” (Preciado, 2022, p. 19). Desse ponto de vista, não é o prazer físico como conhecemos, muito relacionado com a efetivação da sexualidade pela lógica da heterossexualidade, a qual está compromissada com um ideal de reprodutivismo que interessa o capitalismo. Pelo contrário, há a prevalência, pelos contrassexualistas, pelo gosto extravagante, pela estranheza, uma sensação de bem-estar em desacordo com o que o sistema heterocolonial propõe.

No que concerne à relação do regime binário com o capitalismo, Preciado argumentou,

A lógica do binarismo sexual, bem como a diferença entre homossexualidade e heterossexualidade, são efeitos da subjugação da potência caosmótica de cada corpo singular a um processo de industrialização da reprodução sexual. Os corpos são reconhecidos como humanos apenas na medida em que são potenciais produtores de óvulos ou espermatozoides a serem colocados dentro de uma cadeia de produção e reprodução da família fordista. (Preciado, 2022, p. 23).

O autor chama atenção para um viés contracolonial, no sentido de romper com as lógicas instauradas pelo capital, que compromissados com a reprodução, pelos ideais cristãos de legitimação da suposta família tradicional, impõe uma forma única e aceita, socialmente, de prazer e experiências com o corpo. Em contrapartida, os contrassexualistas, para desvirtuarem as ideias de identidades sexuais impostas como naturais, recorrem a uma espécie de fuga dessa lógica, sendo o dildo como um instrumento técnico de promoção de prazer estranho, o qual expressa, junto a pessoa, uma singularidade na sua relação sexual com o corpo.

Com isso, podemos compreender o manifesto contrassexual como uma teoria bastante robusta, pois está em prol de uma cisão radical com as tecnologias dispostas para a manutenção do binarismo masculino ou feminino, porque rompe com a produção de um prazer aprisionado por técnicas a serviço do sistema capitalista e dos ideais cristãos, está para corroborar a pessoa na singularidade, na sua experiência única com o corpo e que não prescinde de um corpo oposto, pois já há tecnologias para isso.

Nesse caso, há uma reorientação do sistema, no sentido que há um deslocamento de técnicas, sempre comprometidas com a manutenção de um regime político, de privilégio de determinados corpos, agora, os contrassexualistas inauguram uma nova temporalidade, marcada por se libertar das do binarismo, em que o dildo constitui-se como um instrumento de singularização do sujeito mediante a produção do desejo e experimento do prazer.

4 O CÓDIGO DE ÉTICA DOS (AS) INTÉRPRETES DE LIBRAS

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar o conteúdo dos documentos que prescrevem a atuação do (a) intérprete de Libras, que podemos designar como código de ética profissional dos (as) intérpretes de Libras. Esta seção está organizada no entorno de dos dois documentos: (1) **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa** (Brasil, 2004), produzido pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) e pelo Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos; e (2) o **Código de Conduta e Ética** da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS, 2022), que foi aprovada em assembleia geral ordinária da categoria no dia 13 de abril de 2014. Centraremos no que percebemos ser as tensões – de controle e repressão estabelecidas nesses dois documentos.

4.1 O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (Brasil, 2004)

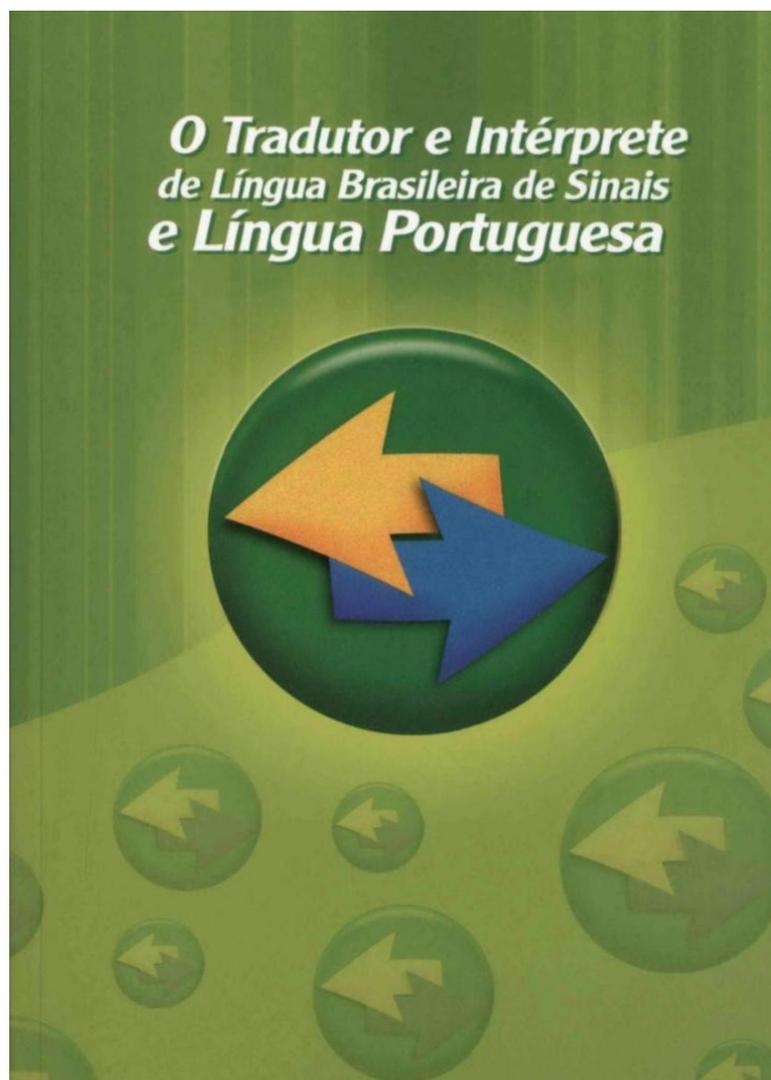
Nesta subseção apresentaremos algumas considerações a respeito da profissão de tradutor e intérprete de Libras, especificamente quanto aos aspectos relacionados ao código de ética, estabelecidos no documento. Entretanto, antes disso, é importante mencionar algo do contexto de produção.

O documento foi elaborado no ano de 2004, na gestão do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nessa época, o ministro da educação era o Tarso Genro e a Secretaria de Educação Especial era dirigida por Cláudia Pereira Dutra. Este governo é caracterizado por implementar um projeto inspirado no estado de bem-estar social, embora também ocorra concessões ao neoliberalismo. No caso, uma das políticas de bem-estar social foi financiar o Atendimento Especializado nas Escolas por meio de Salas de Recursos que passaram a ser chamadas de multifuncionais e a possibilidade, de ter intérpretes nas escolas. Por isso, talvez, os movimentos de surdos se apressem em estabelecer códigos de éticas para orientar a ação desses intérpretes nas escolas ou pelos menos na sala de recursos.

Essas informações são necessárias, pois recuperam o contexto de produção dos códigos de ética, que foram um produto de uma política maior, consequência da institucionalização, naquele momento, do programa nacional de apoio à educação de surdos. É preciso lembrar, que naquele momento, o código de 2004, embora tenha a assinatura institucional, do MEC, há também a assinatura da maior referência na área da educação de surdos, a doutora Ronice Muller de Quadros, que é filha de pais surdos.

Com relação ao documento, este é direcionado, conforme consta no texto inicial, para profissionais da educação, com a finalidade de orientar a atuação dos chamados professores-intérpretes atuantes no contexto educacional.

Figura 1 – *Fac-símile* da capa do documento



Fonte: Brasil (2004)

Figura 2 – Fac-símile do sumário do documento

Sumário

Mini-dicionário dos intérpretes de língua de sinais.....	7
1. História do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais	13
2. Língua de sinais brasileira	19
3. O intérprete de língua de sinais	27
4. O código de ética	31
5. Regulamento para atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais	41
6. Resoluções do encontro de Montevideu	47
7. A formação de intérpretes no mundo e no Brasil	51
8. O intérprete educacional	59
9. Modelos de tradução de interpretação	73
10. O intérprete e os discursos a interpretar	79
11. Contrastes entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa	83
12. O futuro profissional tradutor e intérprete de língua de sinais	87
Referencial bibliográfico	89

Fonte: Brasil (2004)

Com base no sumário apresentado, podemos observar como trata-se de um documento de caráter introdutório, uma vez que tem como foco o professor da educação básica. Com isso, há noções básicas sobre a Libras e sobre o papel do/a intérprete de Libras na esfera educacional, sobretudo.

No que tange os limites deste trabalho, será tratado apenas algumas formulações do código de ética, pois é um ponto que dialoga com os objetivos desta dissertação, sendo, assim, explorado, para fins analíticos, os capítulos 4 e 5 do referido documento.

Sobre o capítulo de número 4, “código de ética”, há a apresentação de uma justificativa:

O código de ética é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. **A sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação.** O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e **discursivas**. Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, **ética deve estar na essência** desse profissional. (Brasil, 2004, p. 31, ênfase adicionada).

A partir do enunciado do documento, chama atenção o aspecto da interação, pois justifica a existência do chamado código de ética. Nesse sentido, o(a) profissional intérprete de Libras é considerado como a/o agente que promove o elo discursivo da palavra, que neste caso, trata-se de reelaborar enunciados, constituídos linguístico-culturalmente de formas diferentes, por línguas diferentes.

Sobre a importância da interação, uma fala de Bakhtin nos diz que “Em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as orientações, o discurso depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele” (Bakhtin, [1972] 2017, p. 51). Neste trecho, que faz parte do texto “o discurso na poesia e o discurso no romance”, o filósofo russo já argumenta em prol da palavra como um espaço dialógico, dado que não é possível estabelecer linguagem, produção de sentidos, sem um interlocutor.

Ainda na argumentação do autor, não há como concebermos o que ele chamou de “Adão mítico”, como que uma palavra adâmica, a qual instaura o diálogo vivo na terra, pois a palavra é um lugar habitado pelo aspecto dialógico, visto que sua expressão, diversa, requer uma palavra que a suceda.

Já com relação ao enunciado do documento, é bastante interessante que o ofício do (a) intérprete de Libras tenha uma razão interacional, porque ratifica a questão da intersubjetividade, uma vez que a pessoa intérprete de Libras está sujeita a atuar em dinâmicas diversas, com uma pluralidade de sujeitos, com uma gama variada de discursos e sentidos. Além disso, há a assunção de uma perspectiva linguística, visto que fica pressuposto a premissa da língua como interação, a qual o (a) agente, intérprete de Libras, está situado em um trânsito de sentidos em tensão.

No entanto, há uma discrepância no enunciado em análise, pois, apesar de pontuar, de forma acertada, a questão de ordem interacional, consta, no final do texto, uma afirmação sobre a ética. Nesse trecho, o documento traz a relação da

ética como um aspecto interno do sujeito, relacionando ética com a essência do (a) indivíduo profissional e como uma norma ou regra pré-estabelecida.

Isso traz uma contradição, pois a ética se justifica, como o próprio documento trouxe, pelo viés da interação. Diante disso, não como pensarmos em uma ética interior, pois o sujeito se constitui a partir das relações. Neste caso, em diálogo com os (as) colegas profissionais intérpretes de Libras que, pelas relações no contexto do ofício, convencionam determinados modos que serão adotados pelo segmento profissional como as condutas corretas a serem seguidas durante a atuação.

Por isso, problematizamos o uso do termo “essência”, um substantivo, por estar relacionado com um conjunto de preceitos, ou seja, modos a serem internalizados. Em razão disso, retomamos o que o Bakhtin ([1972] 2015) chamou de palavra adâmica, quando contestou um caráter excessivamente subjetivista da linguagem. Essa crítica foi para destacar a orientação dialógica da palavra, do sujeito que precisa da palavra do outro para se constituir.

Também salientamos a própria noção de ato responsável, elaborada pelo autor russo, compreendido como um “jano bifronte” e, com base nessa discussão bakhtiniana, fundamentada em uma ética responsiva, a qual está caracterizada pelo aspecto dialógico. Esboçamos uma crítica à noção de ética como algo que deve fazer parte da essência do (a) profissional intérprete de Libras, pois é no diálogo com o(a) colega de profissão que se estabelece sua forma de agir. Portanto, um aspecto que emergiu da interação, no diálogo com os outros. Em movimento contrário, o documento estabelece um código, um conjunto de regras e convenções, como “código de ética”, oriundos de uma suposta ação pré-estabelecida de ocorrências profissionais de um determinado grupo.

O capítulo segue com o regimento interno da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), continua estabelecendo em forma de artigos o seguinte:

CAPÍTULO 1 Princípios fundamentais

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. **O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral**, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

2º. **O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação**, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, **sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do**

palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

4°. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

5°. **O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo,** durante o exercício da função. (Brasil, 2004, p. 31-32).

Neste capítulo quatro do documento **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa** são apresentados os princípios fundamentais que parecem ser regras a serem cumpridas. Destacamos alguns pontos importantes: no artigo segundo, o destaque é o trecho “O intérprete deve manter uma atitude imparcial”; já no artigo terceiro, “o intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante”; e no artigo quinto, “o intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função”. Além deste, ressaltamos o artigo de número onze, “o intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas”.

Com relação às normas prescritas, há uma relação dialógica com um documento, Registro dos intérpretes para Surdos, de 1965, em Washington, Estados Unidos. Esse documento foi adaptado, no Brasil pelos representantes dos Estados brasileiros no II Encontro Nacional de Intérpretes, no Rio de Janeiro, em 1992.

Sobre essa influência estadunidense, conforme Albres e Jung (2023), por meio de um depoimento de Antônio Campos de Abreu, uma importante liderança surda na década de 1980, Ely Prieto e Ricardo Sander foram os dois primeiros intérpretes vistos atuando de maneira coordenada em um evento. Ainda segundo esta fala, ambos tinham feito curso nos Estados Unidos, visto que no Brasil, deste momento, ainda não tinha nem o sinal de “intérprete”. Sobre o evento narrado por Antônio Abreu, segundo Albres e Jung (2023), foi seminário internacional de educação religiosa, realizado em Porto Alegre, no ano de 1984.

Com relação a isso, podemos visualizar a forma como essas normas são reproduzidas no documento, de modo a expressar, de forma implícita, como esses eventos, extensão do discurso cristão, esteve em estreita relação com a atuação

do/a intérprete de Libras. Por emergir em um contexto religioso cristão, há um conjunto de regras a serem seguidas com uma finalidade ética-prescritiva.

De acordo com Albres e Jung (2023), um aspecto que aproximou bastante essa relação do contexto brasileiro com o contexto Norte-Americano foi o contato, por parte da comunidade surda brasileira, principalmente Sul e Sudeste, com o padre americano Eugênio Oates. Ele é o autor de um importante trabalho, o dicionário de sinais “linguagens das mãos”, de 1960. Também é válido destacar a atuação de Gladis Perlin, uma pesquisadora e ativista surda, que na época, década de 1980, era freira.

Nesse momento, predominava, na educação de pessoas surdas, o oralismo, sendo a língua de sinais bastante marginal. No entanto, há um aumento de sua disseminação justamente nos espaços religiosos cristão, por conta da influência do trabalho de Oates que foi acatado por Perlin, que já defendia, conforme Albres e Jung (2023) uma educação sinalizada. Diante disso, surgem os cursos de língua de sinais, algo inédito naquele tempo, sendo a Igreja, cristã, o espaço de realização desta formação.

Assim, constatamos como há um protagonismo do contexto cristão na promoção da língua de sinais e no desenvolvimento da função intérprete de Libras no nosso país. Em razão disso, os documentos assumem uma orientação ideológica, ainda que de forma não explícita, de modo a atualizar essas normativas em formas de prescrições técnicas e éticas a serem adotadas.

Destacamos o uso do verbo “dever” nos dois primeiros artigos, pois este aponta uma obrigatoriedade, pois dialoga com o enunciado, do campo jurídico, o qual se caracteriza pela imposição, bem como a doutrina cristã. Dessa forma, podemos visualizar como os dois campos, jurídico e religioso cristão, operam de modos semelhantes: pela imposição de um determinado comportamento em detrimento de outros. Com isso, o uso do verbo citado materializa o tom moralizante e impositivo que ambos os campos pregam.

Além do que, é interessante observarmos como o discurso de uma doutrina cristã vai se atualizar em forma de lei, o que mantém o seu tom de autoridade, já que além de ser um modo de atuar em consonância com a chamada lei divina, torna-se obrigatória também na lei dos homens. Desse modo, o discurso migra de

campo, porém, de modo estratégico, pois em forma de lei, mantém sua palavra de autoridade e o caráter de imposição, embora a forma linguística seja alterada.

Em razão desse discurso cristão, que emerge nas igrejas e se atualiza nos enunciados do documento, há um tom moralizante, no sentido de determinar que o ou a profissional intérprete de libras deve ser uma pessoa com moral, o que dialoga com a virtuosidade que os fies devem ter durante a sua vida. Ademais, a suposta imparcialidade que este ou esta mesma profissional devem ter durante o exercício da profissão, que anula as valorações que compõe o sujeito e que são expressas, por refração, no momento da atuação.

Assim como a neutralidade de espírito, um aspecto que dialoga bastante com o pensamento cristão, de modo a manter a pureza na religião, também na ideia de uma suposta pureza linguística durante o exercício da interpretação de Libras. A partir dessa premissa de pureza e prescrição moral, emergem as prescrições de ordem visual, como próprio documento traz no artigo quinto, que fala da necessidade de manter uma postura “digna”, portanto, não deve chamar atenção.

Por isso, “não chamando atenção”, assim, “deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão” (Brasil, 2004). Nesse enunciado, podemos observar como o discurso cristão age de forma a privilegiar uma determinada performatividade, a heterossexualidade, pois a prescrição impõe a noção de pureza, no sentido de que o ou a intérprete de Libras deve se despir de seus valores, que incluem vestimentas e indumentárias diversas, para se tornar apenas um veículo de transmissão e organização linguística, como se a língua e o próprio sujeito não carregassem a concretude da vida, ou seja, ideologias.

Segundo Lacerda (2009), a interpretação de Libras se revela no trânsito de sentidos, isto é, na relação entre enunciados existentes. Dessa forma, seguindo a argumentação da autora, não há como pensarmos na noção de pureza ou imparcialidade, pois o próprio exercício de tentar aparentar algum desses aspectos já é um valor que o ou a profissional assume.

Sobre esse embate discursivo que ocorre entre os sentidos, mobilizados por enunciados variados, é como se fossem duas forças em colisão. A respeito disso, Butler (2022) argumentou, mas falando da noção de norma,

A questão do que esteja fora da norma constitui um paradoxo para o pensamento, pois se a norma torna o campo social inteligível e normaliza esse campo para nós, então estar fora da norma é, em certo sentido, ser definido ainda em relação a ela. (Butler, 2022, p. 76).

A partir disso, podemos compreender como o documento age de modo a instituir, a partir de um discurso de matriz cristã e cis-heterossexual, a norma e que será reformulada no campo da interpretação de Libras, do ponto de vista linguístico. Mas do ponto de vista discursivo, a mesma orientação ideológica é mantida, ou seja, seguindo os moldes de masculinidade e feminilidade da doutrina religiosa cristã.

Nas palavras de Butler (2022), “Não ser bastante masculino ou não ser bastante feminina é ser entendido ainda exclusivamente nos termos da relação com o “bastante masculino” e o “bastante feminina”” (Butler, 2022, p. 76). Com isso, podemos fazer uma analogia com a análise desta pesquisa, pois ser um ou uma intérprete de Libras que chama atenção, que se utiliza de seus acessórios ou que usa um tipo de cabelo que difere do habitual, pode ser compreendido a partir da lógica da imparcialidade, do não chamar atenção e do manter uma postura digna.

Dessa forma, o documento prescreve determinadas condutas, as quais impõe a performatividade de gênero, dado que obrigam a pessoa intérprete de Libras a se anular, renunciar aos seus valores, que também se materializam no corpo, em nome de uma ideologia cristã que privilegia uma pureza da palavra e uma pureza do sujeito. Isso é uma forma de exclusão velada para promover a manutenção das performatividades de gênero aceitas pela igreja cristã. Sendo, então, o ofício do ou da intérprete de Libras e, por consequência, o documento orientador da profissão, um elo, discursivo, de extensão de uma palavra centralizadora e excludente.

Com relação ao capítulo seguinte, do documento, “regulamento para atuação para tradutor e intérprete de língua de sinais”, há um texto introdutório que trata do protagonismo do estado do Rio Grande do Sul, por já ter um histórico de capacitação e organização da profissão do (a) intérprete de Libras no país. A seguir, o regulamento dos intérpretes da FENEIS – RS.

REGULAMENTO DOS INTERPRETES DA FENEIS-RS

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficializada no Estado do Rio Grande do Sul em 02 de janeiro de 2000, necessita ser urgentemente regulamentada, devendo ser também reconhecida a profissão de intérprete. Por isto, o presente documento tem por objetivo subsidiar a discussão sobre

a oficialização da profissão de intérprete e regulamentar as atividades deste profissional. (Brasil, 2004, p. 42).

Conceituação

1) Este regulamento diz respeito aos intérpretes da LIBRAS da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, FENEIS-RS e está fundamentado no Código de Ética da mesma.

2) Intérprete é o profissional capaz de possibilitar comunicação entre Surdos e Ouvintes através da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para o português e vice-versa; ou entre outras línguas de sinais e línguas orais.

3) Haverá três tipos de intérpretes: o profissional, o com atestado e o temporário.

a) O intérprete profissional deverá ter realizado o curso de intérprete pela FENEIS-RS e ter recebido o certificado emitido pela mesma, que o reconhece como profissional intérprete.

b) O intérprete com atestado ainda não tem o certificado, mas é fluente em LIBRAS e reconhecido pela FENEIS-RS como profissional intérprete. Este atestado terá validade até o próximo curso de intérprete promovido pela FENEIS-RS e/ou até 1 (um) ano, podendo ser renovado.

c) Os intérpretes temporários são aqueles que atuarão em determinadas situações, com o respaldo de um certificado emitido pela FENEIS-RS para esta determinada situação. Após, seu certificado não será mais válido.

4) Todo o intérprete deverá ser fluente em LIBRAS e Português (expressão e recepção). Isto é, deverá ser capaz de traduzir ou interpretar e de fazer versão de e para LIBRAS, de e para Português. Sugere-se que o intérprete aprenda outras línguas (sinais e/ou orais). (Brasil, 2004, 42-43).

Da Ética do Profissional Intérprete

5) Todo o intérprete deverá sempre usar o bom senso, de um alto caráter moral e de ética em sua atuação profissional.

6) Uma postura Ética e profissionalmente aceita sempre quando atuando, essa deve ser a atitude do intérprete. Isto quer dizer:

a) Ser imparcial: o quanto mais imparcial melhor. Não poderá emitir opiniões ou comentários no que ele próprio está interpretando, a não ser que perguntem sua opinião. O intérprete deverá ter tão somente o cuidado de passar a informação para LIBRAS e/ou Português. Não é ele que está falando. Ele é apenas a ponte de ligação entre os dois lados.

b) Ser discreto em sua forma de atuar. Não mastigar chicletes nem usar roupas e adereços que distraem os que dependem dele não chamando a atenção para si mesmo dificultando a interpretação.

c) Ter postura quanto ao local da atuação. Não sentar em cima de uma mesa, ou escorar-se em parede para traduzir ou ficar em uma posição desvantajosa para o surdo ou para o ouvinte. Se não souber, pergunte ao surdo. Ele é nosso cliente e sua opinião deverá sempre ser consultada.

d) Ser fiel tanto em LIBRAS quanto no Português, quanto ao uso. Isto é, conhecer bem a ambas e usar a estrutura gramatical própria de cada uma. Não criar ou inventar sinais. Usar os sinais da comunidade surda local e perguntar se o nível de interpretação está bom e claro para todos.

e) Espaço: o intérprete deve providenciar as adaptações necessárias no espaço para que a percepção visual seja adequada. (Brasil, 2004, p. 43-44).

Da Comissão de Ética

7) O departamento dos intérpretes da FENEIS-RS cria uma comissão de ética, a partir desta data, para uma constante avaliação e organização ética do seu grupo de intérpretes.

8) Da composição: farão parte da comissão três intérpretes e um surdo a serem sugeridos pelo grupo de intérpretes e aprovados pela diretoria da FENEIS-RS.

9) Das atribuições: serão atribuições da comissão:

a) Todos os aspectos que venham a envolver questões de ética e postura do profissional intérprete, bem como dos clientes surdos e ouvintes. A mesma também será responsável em aconselhar intérpretes a melhorarem sua postura ética e profissional ou em coibir sua atuação, invalidando seu certificado.

b) Avaliar regularmente a atuação do intérprete, através dos próprios surdos e ouvintes beneficiados com o seu serviço de interpretação.

c) Promover no mínimo dois encontros por ano, entre intérpretes e instrutores para intercâmbio e reciclagem.

d) Assessorar os intérpretes em aspectos legais e jurídicos quando necessário.

10) Casos omissos ou exceções serão homologadas e decididas em reuniões da FENEIS-RS e cumpridas a partir das mesmas. (Brasil, 2004, p. 44).

Da Postura Ética na Hora do Contrato

11) O contrato tem dois lados: o contratante (pessoa ou entidade que solicita o serviço de intérprete), e o contratado (a pessoa do intérprete). O contrato poderá estar registrado (escrito) e ser assinado por ambas as partes, ou simplesmente ser oral (contrato oral).

12) Para qualquer tipo de contrato, o pagamento será de uma hora interpretada, no mínimo, seguindo a tabela da FENEIS-RS. Se o trabalho durar 10 minutos, o intérprete receberá UMA hora cheia.

13) Todo o intérprete, quando contratado, receberá pagamento por seu trabalho, mas também deverá se dispor quando lhe é solicitado trabalho voluntário. Este último diz respeito às exceções e não à regra.

14) Quando a FENEIS-RS intermediar a contratação de um profissional intérprete, do total do pagamento será descontado 10%, obedecendo o critério do número 11. Destes 10%, 5% será destinado para o caixa dos intérpretes e 5% para o caixa da FENEIS-RS.

15) Todo o intérprete deverá saber o seu limite de interpretar. Se o assunto a ser interpretado não é do conhecimento, nem da área do intérprete, ou mesmo se o nível a ser interpretado, não corresponde ao nível do próprio intérprete, ele deverá ter a humildade e a ética de comunicar ao surdo/ouvinte ou de recusar o trabalho.

Este regulamento tem servido para garantir o processo de tradução e interpretação observando-se qualidade e ética na prestação do serviço.

Os intérpretes de língua de sinais têm o dever de estabelecer um contrato com as partes interessadas. No estado do RS, este contrato normalmente é realizado pela própria FENEIS. Em algumas circunstâncias, o próprio intérprete deve acordar com o cliente os termos da prestação do serviço. Informações quanto ao tempo de tradução e interpretação, o tipo de público, o conteúdo, a área envolvida, datas, horários e pagamento devem ser devidamente acordadas antes da execução do serviço. (Brasil, 2004, p. 45-46).

Ressaltamos alguns artigos que dialogam com o debate desta dissertação: no tópico “da ética do profissional intérprete”, o item de número 6: “uma postura ética e profissional aceita sempre quando atuando, essa deve ser a atitude do intérprete

[...]; o item A: “ser imparcial: o quanto mais imparcial melhor; o item B: “ser discreto em sua forma de atuar”; no item C: “ter postura”.

Como podemos constatar, há uma ética – entendida como norma ou regra – que norteia o documento, de ordem prescritiva quanto à atuação do (a) intérprete de Libras, que consiste em submeter o (a) profissional em um determinado padrão de comportamento, que afeta a singularidade do (a) sujeito (a). Embora as noções dessa ética sejam elaboradas a partir das interações, conforme o documento apontou, há um discurso de dupla direção: controle e repressão. Com relação ao primeiro, no sentido de controlar a forma como o (a) intérprete se constitui profissionalmente, e não só, pois as observações ultrapassam o campo de atuação, dado que interferem na performatividade de gênero de cada pessoa.

No que concerne ao segundo aspecto, há uma pressão, do próprio campo profissional e do (as) colegas, quando há um desvio dessas normas. Isso está relacionado com os corpos que, quando em atuação, não seguem as prescrições observadas, sofrem sanções de ordem profissional. Essa vigilância está diretamente relacionada com as noções de **performatividade de gênero**, dado que as orientações estão sempre orientadas por “uma postura ética e aceitável”, do (a) profissional, o que está relacionado com a apresentação visual e conduta do (a) intérprete de Libras, que precisa se despir de seus valores para atuar profissionalmente, sendo apenas um elo de transmissão linguística, sem sua intersubjetividade reconhecida.

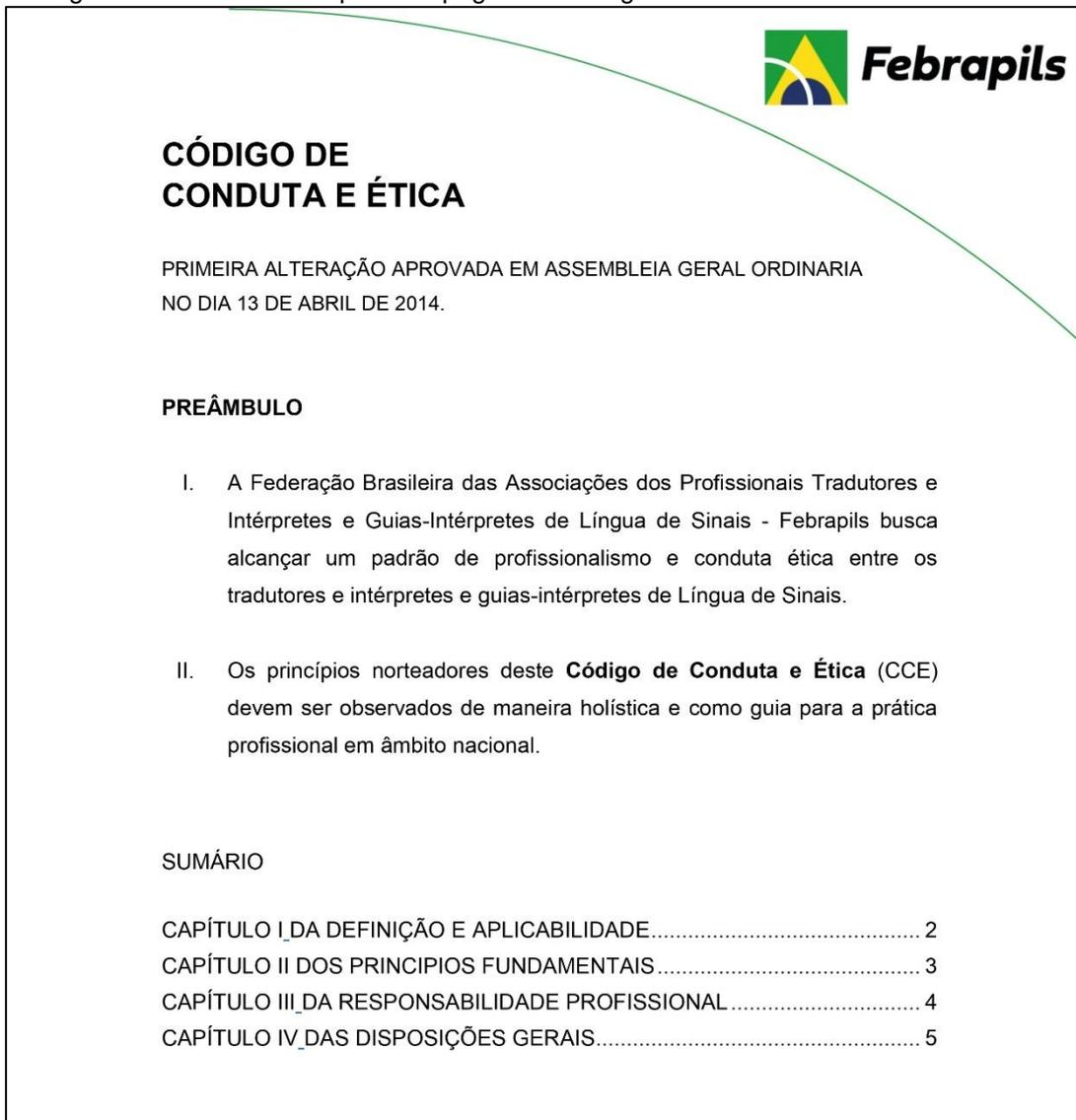
4.2 Código de Conduta e Ética (Febrapils, 2014)

A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais é uma entidade criada no ano de 2008 e, conforme seu histórico de fundação, tem como um de seus objetivos contribuir com a criação de associações, por todo o país, de intérpretes e tradutores de língua de sinais, bem como guia-intérpretes de língua de sinais. Além de somar nas lutas que dizem respeito a categoria: melhores condições de trabalho, justa remuneração e formação profissional.

Um dos pontos de atuação, sobretudo, da entidade, diz respeito ao chamado código de ética da categoria. Isso, porque essa federação de profissionais discute a

observância, por parte dos (as) profissionais, dos parâmetros estabelecidos quanto à atuação, que compreende aspectos de vestimenta, estética e condutas.

Figura 3 – *Fac-símile* da primeira página do Código de Conduta e Ética



Fonte: Febrapils (2014)

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º - O TILS e o GI devem exercer sua atividade de forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional.

Art. 4º - O TILS e o GI devem prover os serviços sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra condição.

Art. 5º - O CCE da Febrapils tem como princípios definidores para a conduta profissional do TILS e GI:

- I. Confidencialidade.
- II. Competência Tradutória.
- III. Respeito aos envolvidos na profissão.
- IV. Compromisso pelo desenvolvimento profissional.

Art. 6º - O TILS e o GI devem manter e valorizar a confidencialidade como condição essencial para proteger todos os envolvidos no trabalho de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, salvo quando interpelado judicialmente à quebra de confidencialidade, informando esta obrigação ao Solicitante e ao Beneficiário.

Art. 7º - Cabe ao TILS e ao GI manter o respeito com todos os envolvidos no serviço de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, devendo:

- I. Solicitar, sempre que necessário, colaboração aos colegas de profissão.
- II. Manter cooperação mútua com os colegas de profissão.
- III. Prestar apoio moral e solidariedade aos colegas de profissão.

Parágrafo Único: Não é permitido assediar ou coagir Solicitantes e Beneficiários.

Art. 8º - O TILS e o GI devem aceitar serviços de acordo com o seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos Solicitantes e Beneficiários, bem como:

- I. Conhecer as necessidades específicas da situação de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
- II. Prestar informações ao Solicitante e/ou Beneficiário sobre sua atuação profissional.
- III. Firmar contrato com o Solicitante, cumprindo as obrigações concernentes ao trabalho em questão.

Parágrafo Único – O TILS e o GI não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação.

Art. 9º - O TILS e o GI devem buscar a equivalência de sentido no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.

Parágrafo Único: O TILS e o GI devem, também, corrigir, prontamente, eventuais equívocos cometidos no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação. (Febrapils, 2014, p. 3 - 4).

CAPÍTULO III

DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Art. 10 - É de responsabilidade do TILS e do GI:

- I. Manterem-se informados e atualizados sobre quaisquer assuntos concernentes à profissão.
- II. Buscar formação continuada e aperfeiçoamento profissional.
- III. Apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência.
- IV. Utilizar todos os conhecimentos linguísticos, técnicos, científicos, ou outros a seu alcance, para o melhor desempenho de sua função;
- V. Solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria, ainda que não lhe tragam benefício direto. (Febrapils, 2014, p. 4).

Especificamente no capítulo segundo, “dos princípios fundamentais”, no artigo terceiro, destacamos: “O TILS e o GI devem exercer sua atividade de forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional”. Já no capítulo terceiro, no artigo décimo, “É de responsabilidade do TILS e do GI:”, o terceiro item: “apresentar-se adequadamente com relação à postura e à aparência”.

Vamos abordar agora algumas tensões.

De um modo geral, ambos os códigos de ética seguem os mesmos parâmetros quanto ao que se concebe por ética, no sentido de prescrever a atuação profissional e interferir na intersubjetividade de cada pessoa. Com isso, há uma orientação bastante preocupada com a apresentação visual do (a) profissional intérprete de Libras, que reduz a pessoa apenas ao exercício da profissão, sem considerar os valores, diversos, que compõe cada sujeito.

Diante disso, ressaltamos para a necessidade dos documentos, pois ambos são oriundos de lutas das comunidades surdas no país. Conforme as pessoas surdas foram se inserindo nos espaços sociais, a necessidade desse profissional foi emergindo e, em razão disso, as discussões sobre a organização técnica da profissão foram correndo até culminar na elaboração dos chamados códigos de ética – talvez fossem melhor designados de códigos profissionais –, como é o caso dos dois documentos aqui mostrados.

Assim, destacamos a importância de ambos em seus momentos históricos, principalmente porque sabemos das lutas que a categoria vem travando, historicamente, pela valorização da profissão. No entanto, precisamos atualizar os debates. Apesar de ainda enfrentarmos um contexto de luta pela valorização, algo que está diretamente ligado com a urgência de um combate ao sistema, pois na sociedade capitalista que vivemos, as pautas de pessoas com deficiências, surdos

(as) incluídos, não são priorizadas ou são apenas colocadas para interesses de mobilização política – para atacar um dirigente – ou para comoção social para gerar assistencialismo.

Em alguns poucos casos, nas redes sociais, mais críticas, por exemplo, ocorrem alguns avanços importantes quanto ao conhecimento, de parte da população e das autoridades, sobre a obrigatoriedade da presença dos intérpretes na promoção da acessibilidade e cidadania de pessoas surdas.

Diante disso, destacamos a necessidade, por parte da comunidade de profissionais, de debaterem alguns pontos do código de ética, como são os casos mencionados nos documentos, pois afetam determinados corpos e trazem uma memória, problemática, de um discurso pautado em um ponto de vista ético-cristão. Esse discurso, como sabemos, se notabiliza por fazer uma distinção no campo do gênero e sexualidade, o que reverbera, com bastante força, no contexto formativo e de atuação do (a) intérprete de Libras. Aspectos ancorados em violências legitimadas, historicamente, pelas igrejas cristãs.

Com relação às influências do discurso cristão e as discriminações aos homossexuais e demais formas de subjetividades, consideradas desviantes,

Sob a influência do cristianismo, o império Romano empenha-se na repressão das relações entre pessoas do mesmo sexo. A crença na qualidade natural e a moralidade das relações heterossexuais monogâmicas – e, correlatamente, a percepção da homossexualidade como prática nociva para o indivíduo e para a sociedade – levam o imperador Teodósio 1º, em 390, a ordenar a condenação à fogueira de todos os homossexuais passivos. De acordo com o código teodosiano (Teodósio II, 438), a atitude passiva, associada necessariamente a feminilidade, implicava uma ameaça para o vigor e a sobrevivência de Roma. A fim de justificar tal severidade, foi necessário apoiar-se nos fundamentos bíblicos da condenação: o Antigo Testamento fornecerá as narrativas de Sodoma e Gomorra; o Novo Testamento, pelo viés das epístolas paulinas, vai permitir a renovação da inveterada hostilidade contra os homossexuais. (Borrillo, 2016, p. 48).

A partir da argumentação de Borrillo (2016), constatamos como a relação da homofobia e machismo são estreitas, dado que os papéis sexuais produziram uma distinção, sendo que a posição da feminilidade foi alocada na marginalidade. Com isso, as consequências serão uma vigilância voraz com relação à conduta dos homens, o que na atualidade é o chamado “não dar pinta”, sendo os homossexuais “pintosos”, com uma singularidade, forma de expressar que já causa repulsa e são, de modo imediato, penalizados por suas formas de ser.

Por ser uma forma de exclusão histórica, a questão comportamental foi legitimada pelo discurso bíblico, que atua, na Igreja cristã, como um elemento de manutenção das intersubjetividades, neste caso, os padrões de gênero e sexualidade escolhidos pelas religiões cristãs. Assim, se instaura, de modo concreto, um discurso que condena a homossexualidade e produz outro aspecto, a prisão, que hoje é considerada como o “armário”, em que gays devem “esconder” as suas condutas consideradas não corretas pelo discurso cristão.

Já em diálogo com a realidade da educação de pessoas surdas, segmento que sempre teve uma íntima relação com o contexto cristão,

Por séculos, os surdos usufruíram especialmente da interpretação em Igrejas, muito tempo antes da criação de entidades representativas desta comunidade. No caso do Brasil, a atuação de intérpretes no contexto religioso se deu muito tempo antes que a Federação Nacional de Educação de Surdos (Feneis) fosse criada ou que surdos tivessem direitos garantidos nas escolas, na saúde ou na educação. (Albres; Jung, 2023, p. 117).

Pela argumentação das pesquisadoras, constatamos como a língua de sinais sempre esteve em diálogo com o contexto das igrejas cristãs, especialmente as evangélicas. Por isso, é inegável que essas instituições tenham desempenhado um importante papel nas lutas surdas, bem como na sistematização e aparecimento de intérpretes de Libras.

Nesse contexto, da década de 1980, segundo Albres e Jung (2023), ocorriam conferências, eventos alusivos aos direitos de pessoas com deficiências com a intenção de elaborar textos para se somarem na composição do texto final da constituição de 1988. Com isso, podemos destacar o aspecto político do movimento, da década de 1980, que se organizou para a realização dos debates com a finalidade de mobilizar os setores em Brasília, um movimento em prol da democracia, dado que defendeu a dignidade das pessoas com deficiência. Também é importante citar que nesse momento, as lutas de pessoas surdas estavam incluídas no movimento de pessoas com deficiência, embora hoje já tenha um grupo que defenda que as pessoas surdas não deficientes, mas um grupo dotado de uma particularidade cultural-linguística.

Então, nesse momento, em que ainda não tinham garantias de acessibilidade resguardadas por lei, emergem alguns elementos, como as igrejas,

Os surdos não tinham garantido nesses espaços políticos a presença de intérpretes de língua de sinais. Ao invés disso, os surdos costumavam ser acompanhados por intérpretes familiares, por professores de surdos e por religiosos que apoiavam o movimento surdo. (Albres; Jung, 2023, p. 127).

Diante disso, o contexto religioso teve um destaque na promoção da inclusão das pessoas surdas, o que também contribuiu para, posteriormente, o desenvolvimento das lutas surdas em prol da categoria **surdo** como particularidade linguístico-cultura. Dessa forma, reconhecemos e aplaudimos o apoio que as igrejas cristãs tiveram nesse contexto histórico em que não havia uma exigência legal pela acessibilidade.

Contudo, não tem como negarmos o contexto das igrejas evangélicas enquanto discursos ideológicos, no sentido de assumirem uma doutrina religiosa e de ordem política. Em especial, o que diz respeito à Bíblia, um documento das igrejas que promovem uma prescrição comportamental dos fiéis. Sobre a importância das chamadas sagradas escrituras e a formação das intersubjetividades,

Durante os séculos XIII a XV, é que a perseguição dos homossexuais vai acentuar-se; até o final do século XVIII, todas as disposições penais, sem exceção, fazem referência ao mito de Sodoma para justificar a punição de gays e lésbicas. A morte pelo fogo aparece como uma forma específica e necessária de purificação, não só do indivíduo – queimando-lhe a carne para salvar a alma -, mas igualmente da comunidade, extirpando assim o mal que a corrói e, seu âmago. (Borrillo, 2016, p. 54).

Essa memória, do enunciado do **mito de Sodoma** irá se atualizar, além de permear outras partes da Bíblia, com o objetivo de condenar na homossexualidade tudo que tem relação com ela. Ademais, haverá uma transformação, já que a fogueira, em seu sentido literal, não irá mais estar presente. Porém, será atualizada em discurso agressivo, constituído de um rigor repressivo e vigilante entre os fiéis, sendo mantido a **ideologia da “impureza”** entre aqueles e aquelas que apresentarem comportamentos desviantes e em desacordo com o que prescreve a bíblia.

Com base nessa argumentação, pontuamos como emerge essa chamada “postura ética”, “postura digna”, “postura imparcial” dos intérpretes de Libras, já que o ofício surge nesse contexto de igrejas evangélicas, com suas doutrinas e ideologias, as quais afetam a posição assumida pelos intérpretes de Libras que

precisam assumir os modos prescritos pelas ideologias religiosas para aturem, ainda de modo voluntário.

Assim, o discurso, pautado em uma ética comportamental cristã, irá se manter ao ponto de penetrar nas associações e demais entidades, tendo como consequência a presença dessas premissas, de modo atualizadas, nos documentos legais e manuais de formação e orientação profissional da categoria. Com destaque para as marcas da língua, apesar de reelaboradas, conforme os condicionantes sociodiscursivos dos documentos e do campo jurídico, mantém uma memória que os mantém, linguístico-discursivamente, ao discurso cristão, preponderante na educação de pessoas surdas.

5 PRESCRIÇÕES E TRANSGRESSÕES: ENUNCIADOS DE UM SUJEITO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Esta seção tem por objetivo apresentar análises realizadas a partir das respostas de dois participantes, apesar de nesse momento de defesa, optarmos por trazer apenas um, de pesquisa às entrevistas realizadas no ano de 2023. Com relação à sistematização, as respostas seguem o ordenamento estabelecido durante o momento da entrevista, porém não estão agrupadas por categorias, por compreender, em acordo com a perspectiva dialógica bakhtiniana, ser inconcebível pensar em um sujeito *a priori*, pelo contrário, é só no ato como existir-evento-único que emerge a concretude da vida. Com isso, as noções teóricas foram emergindo à medida que as análises foram ocorrendo.

Dessa forma, o modo como ocorreram os diálogos é o modo como está sistematizada o curso analítico desta seção. A seguir, a primeira pergunta endereçada ao sujeito-participante e as primeiras considerações de análise:

Primeira pergunta, Pesquisador (PE): Qual é a compreensão que tu tens do teu corpo quando está em atuação?

Andrei: Da minha interpretação, a leitura que eu faço é **profissionalismo, mesmo tendo os meus floreios**, [que são] **as minhas expressões muito marcantes**, eu acho que a palavra que resume a minha tradução, aqui nesse momento e em outros momentos, **é profissionalismo, neutralidade**. (Entrevista realizada em 13/07/2023, ênfase adicionada).

Observamos como há uma tensão mobilizada na resposta do participante-sujeito, visto que ele argumenta para a existência de um “profissionalismo”, ainda que haja “floreios” na sinalização. No que tange o primeiro termo, destacamos como este está constituído por um discurso de retomada dos ideais expressos nos documentos oficiais, nesse caso, mencionamos o seguinte documento, “O tradutor e intérprete de Língua de sinais Brasileira de sinais e Língua Portuguesa” (Brasil, 2004), de autoria atribuída a Ronice Muller de Quadros, sendo uma publicação institucional do Ministério da Educação (MEC).

Trata-se de um documento com instruções para a atuação de intérpretes e tradutores de Libras, com explicações sobre os aspectos que compõe o ofício da interpretação e tradução da Libras para a língua portuguesa e da Língua Portuguesa para a Libras, com as questões de ordem técnica e as diretrizes de ordem ética. Para o diálogo com a materialidade de análise, buscamos o capítulo quatro, “código

de ética”, que traz no capítulo um, no seu segundo artigo, “o intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo fazê-lo” (Brasil, 2004, p. 32).

Diante disso, relacionamos a noção de “imparcialidade” do documento com o “profissionalismo” verbalizado pelo participante-sujeito, pois há uma relação dialógica estabelecida com o documento, dado o seu caráter de autoridade no campo em destaque, por isso, compreendemos como essa voz institucional reverbera nos cursos de formação de intérpretes e tradutores de Libras, como um aspecto relevante quando se pensa na constituição desses profissionais.

Assim, podemos visualizar como há uma constituição dialógica na fala do participante, embora ele reorganize o discurso, fale de outra maneira, mas está orientado discursivamente no mesmo sentido expresso pelo documento. No que se refere ao plano linguístico, o sufixo “ismo”, de acordo com Azeredo,

Sufixo de alta produtividade, deriva substantivos que designam: sistemas ou correntes de pensamento (religioso, político, filosófico): budismo, marxismo [...]
Formas de expressão culturalmente características: modismo, provincianismo [...]. (Azeredo, 2008, p. 460).

A partir disso, visualizamos como há um movimento de adesão, por parte do participante, a premissa da comunidade de profissionais intérpretes e tradutores de Libras: a defesa de uma “imparcialidade” do intérprete no agir profissional. Nesse caso, o uso do termo profissionalismo, substantivo, advém do adjetivo profissional, em uma perspectiva designada de moral profissional ou ética profissional, tomando essa última como regra para ser seguida por uma categoria, que é assumida pelo uso do adjetivo profissional e do sufixo “-ismo” em “profissionalismo”.

Com isso, observamos como o participante tem um discurso em estreito diálogo com o postulado pelo documento orientador da atuação profissional da categoria, uma vez que atuar de maneira profissional é estar em acordo com os parâmetros estabelecidos pelo código de ética, sobretudo, o expresso no documento norteador de 2004. Com base nessa lógica de compreensão, constatamos o léxico usado pelo participante como um elo enunciativo instaurado em um discurso macro, a premissa assumida no campo de atuação, regulada pelo discurso jurídico.

Sobre essa relação dialógica estabelecida, Bakhtin, no texto do discurso na poesia e no discurso no romance, argumentou:

Ora todo discurso concreto (enunciado) encontra objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, já difamado, contestado, avaliado, envolvido por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. Ele está envolvido e penetrado por opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos. (Bakhtin [1930] 2017, p. 48).

Nesse sentido, não há como pensarmos em discursos autossuficientes, tendo em vista que todo enunciado recupera o discurso de outrem, de forma diversa, com um novo acento de valor, relacionado com a autoria. No caso do trecho analisado, constatamos isso no dizer de Andrei, pois há a recuperação de um discurso, o oficial, pela forma da língua, no entanto, com um novo acento de valor, conformado com o projeto discursivo do autor.

Esse fenômeno nos mostra como os elementos linguísticos não são imanentes, mas se constituem de maneira viva quando proferidas na concretude da vida, com um autor que a reelabora ideologicamente a partir de seus objetivos enunciativos. Desse modo, podemos compreender como a esfera de atuação profissional, concebida como um valor axiológico, está em diálogo com um sujeito “expressivo e falante”, conforme Bakhtin ([1975-1979] 2017), materializada esteticamente no enunciado, o qual está dotado de um conteúdo ético, de uma valoração exercida, responsabilmente, por um sujeito na vida.

Sendo, assim, a compreensão que ocorre pelo uso do termo “profissionalismo”, porém, consiste na mobilização, responsável, de como essa valoração é ordenada na unidade da responsabilidade de um sujeito que teve sua composição mediante o discurso do profissional “imparcial” como um aspecto preponderante, já que se trata de uma posição compartilhada por um grupo. Dessa forma, essa resposta pode ser compreendida como um ato responsável, porque concretiza uma valoração constituinte da concretude responsável do participante.

Com relação ao termo “imparcialidade”, contido no documento do MEC, problematizamos por se tratar de um elemento discursivo-enunciativo de retomada do discurso cristão-evangélico, do qual o ofício da interpretação e tradução de Libras é oriundo. Sobre essa base religiosa, Quadros fez a seguinte consideração,

As igrejas tiveram um papel fundamental na constituição da Libras como língua nacional. A Pastoral dos Surdos da igreja católica tem sua marca na história dos surdos brasileiros, assim como a igreja Luterana e a igreja Batista, além de outras instituições evangélicas. (Quadros, 2019, p. 45).

Para além da questão dos intérpretes de Libras, observamos, conforme a autora, como o discurso cristão está presente na educação de pessoas surdas de modo geral. Isso já aponta a marcante presença de uma memória cristã nas práticas discursivas, nesse caso, nos dizeres do participante analisado, bem como nos documentos oficiais, como é o caso do documento citado.

Em virtude da herança discursiva, a pessoa surda, supostamente, era alguém sem alma, vigente no período da Idade Média. As representações sociais da surdez vão se reelaborando com o decorrer do tempo, porém com a manutenção de uma lógica de controle, principalmente com esse discurso cristão, de catequização ou evangelização de pessoas surdas, também revestida de um olhar paternalista. Portanto, as instituições religiosas exerceram uma forte influência no que tange as sociabilidades de pessoas surdas.

Já falando especificamente sobre o surgimento do intérprete e tradutor de Libras, novamente, evocamos Quadros para situar o contexto em que emerge esse ofício:

Diferentemente da Igreja Católica, os precursores luteranos da educação de surdos não apresentam apenas formação religiosa. Eles tinham também formação acadêmica no âmbito da linguística, da educação e da psicologia, o que cunhou uma perspectiva linguística aplicada à língua de sinais ampliada pela Igreja Batista em uma perspectiva transcultural, estabelecendo a relação entre língua e cultura com intuito missionário. Nesse panorama, emerge o profissional intérprete de língua de sinais, que passa a estar presente nas celebrações religiosas. (Quadros, 2019, p. 47).

De acordo com o exposto, é no contexto cristão-evangélico que emerge o ofício de intérprete e tradutor de Libras, ainda que nesse momento, não possa ser visto, de fato, como uma categoria profissional, mas como uma atuação voluntariada, em prol da disseminação da palavra divina.

Tendo esse enunciado por base, retomamos a questão problematizada, o uso do termo “imparcialidade”, revestido de um teor apenas de ordem técnica, a princípio, mas com uma tensão implícita, a recuperação discursiva do ideal cristão-evangélico. Isso, porque a esfera religiosa, em uma perspectiva bakhtiniana, compreendida como campo axiológico, tem seus aspectos socioideológicos, com

destaque para uma compreensão de gênero/sexualidade – aqui usado em distinção aos sexos biológicos masculino e feminino.

Essa lógica de entendimento do gênero está amparada, conforme a Bíblia, na noção binária: homem e mulher, sendo cada uma dessas categorias reguladas conforme determinados preceitos, assumidos pela Igreja e legitimados nas Sagradas Escrituras. Com isso, as formas de performar o feminino e o masculino são as formas clássicas postas na sociedade, em especial ao homem, sendo visto pela égide da virilidade e como um procriador, aquele que dá provimento para a família.

Por isso, qualquer aspecto dissonante disso será rejeitado com veemência pela Igreja. O intérprete e tradutor de Libras, por emergir nesse contexto socioideológico, foi pensado a partir dessa posição homogeneizadora. Não há como pensar em pessoas gays nessa posição, pois a igreja projeta, sobre os fiéis, logo, a heterossexualidade, enquanto regime político, estará, também, como um aspecto – único e padrão aceitável – de composição desse profissional.

Dessa forma, visualizamos como esse aspecto da heterossexualidade está como um elemento constituinte no documento, sendo a “imparcialidade”, uma forma velada de validação do que deve ser o (a) profissional, nesse caso, como um argumento de autoridade, uma vez que está posto no documento da categoria, amplamente usado. Em uma perspectiva bakhtiniana, não há como conceber a língua destituída da vida, por isso, observamos como o termo está precedido por uma orientação ideológica, um discurso de manutenção da heterossexualidade, fator que retoma a memória discursiva dos ideais do cristianismo.

Nesse sentido, o termo analisado é compreendido como enunciado concreto, pois sua constituição linguística materializa um projeto enunciativo: a manutenção da heterossexualidade como um elemento norteador no agir profissional dos intérpretes e tradutores de Libras, além de promover um diálogo com a vida real, visto que representa mais um espaço de exclusão para pessoas com performatividades de gênero às avessas, vistas como contrárias ao estabelecido como padrão.

Sobre o uso do termo “neutralidade”, questionamos o sujeito-participante,

Segunda pergunta, PE: Então, a tua ação como intérprete e tradutor de Libras é neutra?

Andrei: **Quando eu falo de neutralidade/profissionalismo eu falo da tradução mesmo**, da fala do palestrante, por exemplo, pra minha tradução. **Quando eu falo em neutralidade e profissionalismo eu falo no sentido de não perder informações daqui e passar de forma íntegra pra cá,**

entende? Não de que eu me neutralize ou neutralize os meus trejeitos ou neutralize alguma coisa da minha identidade. (Entrevista realizada em 13/07/2023, ênfase adicionada).

Observamos uma tensão presente na fala do participante, pois em um primeiro momento, há um discurso de distanciamento de si do próprio exercício da interpretação, como ele mesmo disse, como se no momento da atuação, há uma separação do sujeito em sua dimensão concreta, o que constitui a unidade da responsabilidade bakhtiniana, em que os valores se articulam em torno de um sujeito vivo.

Dessa maneira, em um primeiro momento, observamos como a fala do sujeito-participante expressa a atuação profissional dissociada dos demais valores que o constituem, como se a intersubjetividade fosse fracionada no momento da interpretação, sem diálogo com os outros planos axiológicos. Ou seja, uma atuação meramente mecânica, coisificada. Isso está relacionado com uma postura despersonalizada, como se o corpo não estivesse inscrito em uma série de aspectos ideológicos.

Já em um segundo momento, há a instauração do contraste, porque o participante argumenta para a sua dimensão concreta, em que ele é composto por um conjunto de valores que são articulados para resultarem em um sujeito expressivo, que responde na vida, por meio do exercício profissional, de forma responsável por seus atos.

Nesse caso, compreendemos a dualidade no termo usado, dado que a neutralidade que ele utiliza, mais uma vez, não deixa de ser uma marca dialógica estabelecida mediante a sua constituição profissional, a qual compreende a assimilação dos discursos majoritários, como é caso do documento citado (Brasil 2004), que preconiza uma suposta “imparcialidade”, problemática de ordem linguístico-discursiva, e, sobretudo, delicada, porque consiste em um acento de valor pautado na manutenção da heterossexualidade, marca deixada pelo discurso cristão.

Ainda nessa discussão sobre neutralidade, perguntamos, novamente, de modo mais incisivo ao sujeito-participante,

Terceira pergunta, PE: Tu achas que é impossível neutralizar teu corpo, quando está em atuação?

Andrei: **Eu acho impossível me neutralizar, neutralizar a minha identidade, porque eu sou um ser em movimento, amigo;** porque eu sou assim. [...] Por exemplo, **se eu for olhar o Andrey intérprete religioso de 2015 pra trás, [ele é] é totalmente diferente do Andrey de 2015 pra frente, porque aí [ele] se descobre gay, se assume como gay, se vê agora como pessoa negra, e aí tudo isso vai constituindo a minha identidade,** então é meio que impossível de eu neutralizar isso, **neutralizar os meus trejeitos é algo impossível, porque, por exemplo, é o que constitui a minha fala; é o que constitui, a partir do momento em que eu tô traduzindo o discurso pra língua de sinais, só que do meu jeito, com a minha identidade, mas de forma íntegra, da fala dele pra cá,** utilizando todos os parâmetros gramaticais da língua de sinais. (Entrevista realizada em 13/07/2023, ênfase adicionada).

Com isso, mais uma vez visualizamos a ocorrência de uma tensão no discurso do participante, porque há, em um primeiro momento, o reconhecimento de sua existência enquanto um sujeito integral, com sua inteireza, concreto, relacional, o que retoma a concepção bakhtiniana de sujeito:

O sujeito bakhtiniano é concreto e relacional; sua redução fenomenológica nunca é pura, porque ele vê o mundo sempre em termos de uma valoração que vem de sua situacionalidade e sua racionalidade, sua interconstituição com o outro. (Sobral, 2019, p. 75).

Com base na premissa apresentada, encontramos essa concretude na fala do participante, pois ele argumenta “Eu acho impossível me neutralizar, neutralizar a minha identidade, porque eu sou um ser em movimento [...]” (Entrevista realizada em 13/07/2023), já com um posicionamento responsável diante da vida, por ressaltar a completude resultante de uma existência constituída pelas relações com o outro, o aspecto dialógico que instaura a existência em sua vivacidade.

Com relação à situacionalidade, constatamos no momento em questão, o exercício como intérprete de Libras, em que a constituição discursiva, expressa pelo participante, será construída em um diálogo com todas as axiologias que o constituem e estão, de forma dinâmica, produzindo sentidos. Assim, os sentidos são elaborados no que já foi expresso, em um repertório sociocultural do sujeito, mas em situações concretas da vida, portanto, únicas e irrepetíveis, em acordo com a concepção dialógica.

Também destacamos o ato responsivo do sujeito, que afirma, em primeira pessoa, “eu sou um ser movimento”. Com relação à constituição desse enunciado, podemos compreender a concretude da palavra, uma vez que o uso da primeira pessoa do singular foi um recurso linguístico efetuado para concretizar uma

valoração. Nessa lógica de entendimento, podemos ressaltar essa expressão como um enunciado concreto, dada a sua relação, sígnica e ideológica para a produção de sentido, em conformidade com a valoração do autor, nesse caso, o sujeito-participante, com um posicionamento frente a um outro, no contexto da entrevista desta pesquisa.

Em outro momento, o sujeito-participante exemplifica essa concretude que o constitui:

Andrei: Por exemplo, se eu for olhar o Andrey intérprete religioso de 2015 pra trás, [ele é] é totalmente diferente do Andrey de 2015 pra frente, porque aí [ele] se descobre gay, se assume como gay, se vê agora como pessoa negra, e aí tudo isso vai constituindo a minha identidade [...]. (Entrevista realizada em 13/07/2023).

Com essa resposta, podemos visualizar com bastante clareza a articulação de diferentes valorações em diálogo em torno de um sujeito, pois o autor, sujeito-participante, posiciona, externamente, suas experiências passadas, observada enquanto um centro de valor diferente das experiências a partir do ano de 2015, outro centro de valor.

Nesse sentido, observamos dois centros valorativos em diálogo, com tempos e espaços distintos, na construção de sentidos. Como valores axiológicos, temos a homossexualidade, a negritude, a constituição de um intérprete de esfera religiosa. Esses valores estão em movimento, pois ao estabelecerem uma simbiose, instauram um sujeito concreto, que de maneira ativa, logo, responsiva e responsável, se posiciona na realidade concreta.

Salientamos como é interessante o aspecto dialógico, visto que o participante mobiliza essas diferentes valorações no seu agir profissional, o que nos faz compreendermos como a sua atuação como intérprete de Libras não está destituída da vida, pois ao fazer a interpretação de um discurso de língua portuguesa, na modalidade verbal, para a Libras, esses aspectos mencionados são reverberados, seja na elaboração de um discurso, seja na escolha lexical, que envolve o uso de expressões não-manuais, no caso da Libras.

A partir disso, ressaltamos para a identidade mencionada pelo participante, a qual se constitui em um processo de alteridade, portanto, o outro instaura no sujeito uma forma de agir, em diálogo com as circunstâncias da situação concreta. Essa relação da identidade na alteridade é esboçada pelo participante quando faz uma

comparação de suas experiências, ao mostrar como sua constituição como um intérprete de Libras de Igreja evangélica estava embasado por determinados valores.

Enquanto que ao se compor como um profissional que atua para além desse espaço religioso, ao transitar pelo espaço universitário e interpretar os mais diversos assuntos, sua constituição esteve em relação com diferentes sujeitos, o que contribuiu para a elaboração de outras intersubjetividades. Dessa maneira, a própria noção de corpo como um elemento estático é questionada por essa fala, uma vez que o participante expressa sua constituição dialógica concreta no agir da vida, nesse caso, sua atuação profissional.

No que diz respeito ao corpo enquanto instância de sentido, Butler (2003, p. 27) faz uma crítica na forma como o regime político heterossexual o concebe como “[...] um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então, como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma”. Como argumenta a autora, não como pensar em um sujeito aprisionado em si, desse modo, sendo um mero receptor de interpretações, apesar de ser colocado dessa forma na lógica da heterossexualidade compulsória.

Já em uma perspectiva dialógica, o sujeito tem no diálogo com o outro um fator fundamental para a sua constituição e isso inclui a sua dimensão corpórea, que não está dissociada de sua inteireza. Quando pensamos na inteireza do sujeito, faz-se necessário pensarmos em sujeitos concretos, logo, corporificados, mas não só corpos como meros receptores de avaliações externas. Pelo contrário, são corpos que se instauram em sentidos tensos, nas relações, orientados por um ato responsivo, sendo, assim, em sua dimensão teórico-prática.

Dessa maneira, o corpo do participante está situado em fluxo discursivo, como em um devir, sempre a produzir sentidos quando em diálogo com um outro nas mais variadas situacionalidades da vida, em que terá momentos em que a homossexualidade reverbere mais, em outras, a negritude, porém estas sempre estarão sempre em articulação, nunca dissociadas, como valores autônomos uns dos outros, pois o sujeito, no seu agir responsável, instaura a realização de um centro de valor que consiste na ressonância de todas essas valorações, que estarão

expressas, no caso desta pesquisa, no agir do participante como um intérprete de Libras.

Nesse momento, observamos a instauração do contraste, verbalizado pelo próprio participante quando diz:

Andrei: [...] então é meio que impossível de eu neutralizar isso, **neutralizar os meus trejeitos é algo impossível, porque, por exemplo, é o que constitui a minha fala; é o que constitui, a partir do momento em que eu tô traduzindo o discurso pra língua de sinais, só que do meu jeito, com a minha identidade, mas de forma íntegra, da fala dele pra cá,** utilizando todos os parâmetros gramaticais da língua de sinais. (Entrevista realizada em 13/07/2023, ênfase adicionada).

Um aspecto a ser destacado nessa fala, é o uso do conectivo de adversidade, “mas”, como um elemento de expressividade, pois ele está como um recurso linguístico de oposição no plano da língua e oposição no plano discursivo, visto que o dito anterior ao marcador discursivo vem apresentando uma posição, impossível de ser neutro, enquanto que após, há o dito de adesão ao discurso oficial, postulado pelo documento do MEC de 2004.

Esse discurso, que recupera, discursivamente, a problemática da “imparcialidade”, já discutida, está materializada quando ele diz, “mas de forma íntegra”, de forma a demarcar uma espécie de autoafirmação frente o campo profissional uma validação de sua atuação como intérprete de Libras, que segue o discurso propagado entre os colegas. Até mesmo o uso dos aspectos gramaticais da Libras pode ser problematizado, pois do ponto vista assumido pelo participante, integridade, a noção de imparcialidade, se constitui por um viés essencialmente técnico, assim, pautado em um uso da língua como sistema, já que alude apenas à forma e a estrutura gramatical.

Diante disso, visualizamos como o participante organiza seu enunciado em torno de um tom polêmico, pois traz a polaridade, duas posições enunciativas, tendo o elemento coesivo como um aspecto de demarcação desses dois posicionamentos, que constituem uma tensão. Mais uma vez, ressaltamos como não há língua sem a concretude da vida, por isso, chamamos, amparados na acepção bakhtiniana, de enunciados concretos as marcas linguísticas projetadas para a expressão de um agir ético na vida.

Ainda nessa discussão, perguntamos ao participante como ele compreende a relação dialógica existente na dinâmica da interpretação em Libras, a seguir o trecho:

Quarta pergunta, PE: Como tu compreendes a tua singularidade enquanto um sujeito que se enuncia ou a ideia de estar apenas como um transmissor de informações?

Andrei: Só que não existe isso, [pois] eu tô ali, querendo ou não. Mesmo que eu esteja fazendo a tradução de uma fala de alguém, eu tô ali. **Eu não sou alguém que “não estou” ali, porque estão me vendo. Eu sou um sujeito que tem identidade, que tem o seu jeito de interpretação, tem a sua contextualização toda histórica vide lá da igreja. Então acho que depois que eu me reconheci como gay, agora acho que eu também me encaixo na categoria *queer*, porque eu fujo muito do padrão, tanto do intérprete quanto do hétero cis, do homem padrão, sem nada, eu acabo me identificando.** E aí, hoje, nessa imagem, eu vejo o intérprete padrão, o intérprete do preto, da parede branca, da boa iluminação, mas se tu fores pegar o Andrey do pós-pandemia, o Andrey que sai das *lives* e vai pros eventos presenciais, e [que] às vezes não vai com a camisa preta, às vezes vai com um delineado, às vezes vai com uma unha pintada de preto, o Andrey político, **o Andrey intérprete que não [se] deixa mais ser aquele sujeito neutro [...]**, agora é um sujeito que tem as suas expressões, tem a sua identidade, tem o seu jeito de estar ali interpretando, **mesmo que a comunidade de intérpretes de libras fale que a gente não deva se expor tanto porque somos apenas “repasse”. Nós não somos só transmissores, nós somos alguém, nós somos sujeitos.** (Entrevista realizada em 13/07/2023, ênfase adicionada).

De forma responsável, Andrei argumenta para a sua existência como um sujeito concreto ao dizer, com veemência, da sua participação efetiva na dinâmica da interpretação em Libras, o que implica pensarmos que no exercício profissional, o sujeito traz os seus posicionamentos ideológicos, os quais de forma articulada resultam em uma singularidade que se materializa no ato responsivo expressado por ele.

Essa constituição dialógica está composta por valores, com destaque para o viés religioso, mencionado pelo sujeito, como um ponto importante, porém não determinante, nas relações de alteridade as quais foram constituindo o sujeito-participante como um intérprete de Libras. Pois, é na igreja que ocorre o contato do participante com a Libras, desse modo, não há como negar que a intersubjetividade dele está constituída por aspectos socioideológicos da Igreja em que frequentava, especialmente no ofício de intérprete de Libras.

No entanto, o sujeito-participante, novamente, por meio do tempo e espaço histórico, ressalta as transformações ocorridas, com destaque para as questões da homossexualidade e da negritude. Por conceber a identidade como um fator

indissociável da alteridade, visualizamos como a intersubjetividade foi um aspecto importante para instaurar valores na dimensão constitutiva do participante, uma vez que a autoaceitação, seja como gay, seja como negro, estão em diálogo com discursos de defesa e legitimação dessas identidades, mediante movimentos sociais; além do agir ético, de um sujeito que, embora tenham discursos que o condicionam, é ativo na sua tomada de posições responsáveis.

Com relação ao excerto, “acho que depois que eu me reconheci como gay, agora acho que eu também me encaixo na categoria *queer*, porque eu fujo muito do padrão, tanto do intérprete quanto do hétero cis, do homem padrão [...]” (Entrevista realizada em 13/07/2023), há um movimento de ruptura com as categorias de gênero impostas pelo regime heterossexual, principalmente com a menção *queer*, que aponta para uma subversão das identidades. A respeito disso, Butler argumentou que se:

[...] busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida. (Butler, 2003, p. 56).

Dessa maneira, entendemos o *queer* como um deslocamento de gênero, o qual excede o sistema binário, responsável pela manutenção da ordem heterossexual da sociedade e que está constituído por instituições: Estado, Igreja e etc. Já em relação ao enunciado do participante, o “me encaixo na categoria *queer*, porque eu fujo do padrão” (Entrevista realizada em 13/07/2023), podemos observar um ato responsável, o qual está pautado em uma ética transgressiva, de ruptura dos moldes estabelecidos socialmente.

Outro aspecto de ser salientado é o uso do verbo “fugir”, expresso de forma sógnica para construir um sentido em acordo com o projeto discursivo do autor: romper com o modelo fabricado na sociedade, a heterossexualidade. Assim, o uso do elemento linguístico “fujo”, anterior ao termo “padrão”, materializa, de forma expressiva, o discurso de transgressão. Com isso, visualizamos, mais uma vez, a relação de retroalimentação que há entre língua e sujeito, portanto, vida, que concebemos por enunciado concreto.

No que tange à heterossexualidade como regime político, Butler (2003, p. 55) comentou, “a sexualidade sempre é construída nos termos do discurso e do poder,

sendo poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais e fáticas”. Nesse sentido, observamos como há uma relação de poderes, em que um discurso se constitui de forma sobreposta a outro, nesse caso, com a legitimação, pelas instituições, das convenções heterossexuais promovem um regime de combate as dispersões.

Mediante essa consideração, não há como pensar em uma sociedade, de modo geral, que não esteja comprometida em manter esses aspectos que tornam a heterossexualidade como algo natural. Em virtude disso, a única performatividade de gênero aceitável, é a dominante: heterossexual. O que destoia com a performance do participante, pois ele subverte o gênero ao se designar “gay” e “queer”, ou seja, por esse último termo, não tenho identidade definida, sendo um devir.

A respeito dessa discussão, destacamos o enunciado “eu fujo muito do padrão, tanto do intérprete quanto do hétero cis” (Entrevista realizada em 13/07/2023), é interessante pontuarmos como a atuação do intérprete de Libras está constituída pelo discurso da heterossexualidade, pois ao romper com a existência de um “intérprete padrão”, o participante ressalta para uma ética de dispersão, pautada em transgredir o regime excludente. Essa subversão está orientada para a autoafirmação da concretude, assim, o sujeito em questão se afasta dessa posição centralizadora para se posicionar eticamente em prol de sua existência dialógica e concreta na vida, sem álibis.

Sobre essa relação de forças discursivas, Bakhtin ([1930-1961] 2017, p. 41) argumentou, “As forças centrípetas da vida da língua, materializadas numa “língua única”, atuam de modo efetivo no heterodiscurso”. Apesar do autor ter postulado isso em relação às questões estilísticas do romance, essa noção ultrapassa o texto literário sendo um fenômeno discursivo presente na vida concreta da língua em uso. Assim, podemos compreender as forças centrípetas como formas unificadoras, que centralizam a língua e anulam as suas dispersões.

Em contraste, Bakhtin pontuou:

ao lado das forças centrípetas segue o trabalho incessante das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo ideológica e da unificação desenvolvem-se incessantemente os processos de descentralização e separação. (Bakhtin, [1930-1961] 2017, p. 41).

Dessa forma, o movimento de descentralização pode ser concebido como todas os atos performativos dos (as) sujeitos (as) que desvirtuam o padrão normativo estabelecido socialmente. Ao trazer essa concepção para as discussões empreendidas nesta pesquisa, podemos conceber a força centrípeta como o regime heterossexual, responsável por estabilizar as categorias de gênero, o binarismo, e, assim, construir um sentido uno, restrito a uma concepção só de homem e de mulher, ambos pautados por uma forma de masculinidade única e normativa e uma forma de feminilidade única e normativa, respectivamente.

Quando o sujeito-participante se autodesigna como “gay” e “queer”, podemos compreender a expressão, por meio dos substantivos, da força centrífuga, pois há um movimento de deslocamento das normas já assentadas socialmente, ou seja, é como uma maneira de provocar uma cisão às dinâmicas de gênero já implementadas socialmente e consideradas “naturais”.

Ressaltamos que a língua é um meio de expressão ideológica, em que as forças adquirem diferentes sentidos, como é o caso das forças centrípetas e as forças centrífugas, a uniformização versus a descentralização, a palavra heterogênea, que estabelece a tensão constitutiva da linguagem. Como podemos constatar, por meio da língua, o participante materializou um discurso orientado por um sentido, o da subversão do gênero padrão, com os recursos linguísticos sendo não só meras marcas da língua, mas dotados de expressividades.

Com o decorrer da entrevista, perguntei ao sujeito-participante o que ele achava sobre o documento, do MEC, aquele citado (Brasil, 2004), especificamente a questão do código de ética dos intérpretes de Libras, que estabelece várias regras para a atuação do intérprete de Libras. A seguir, o trecho da entrevista na íntegra:

Quinta pergunta, PE: Qual o teu posicionamento sobre o Documento, o do MEC, principalmente o código de ética, que exige o cumprimento de certas regras, o que pensa?

Andrei: Amigo, é uma pergunta difícil, porque o documento, que formou todo mundo, ele, querendo ou não, é um... porque é assim, a gente tem que iniciar do início, [é] óbvio, e a gente sabe que a profissão surgiu na igreja, surgiu no voluntariado, [...] digo isso de um modo geral, a tradução surgiu na igreja, no voluntariado. Então, a partir do momento em que a gente vê esse documento e percebe que não é só pra você ser neutro ou pra você não chamar a atenção da pessoa surda mais pra você do que pra palestra, **a gente percebe que isso não é só uma fala de regras ou de leis ou de profissionalismo, a gente percebe que isso é um atravessamento político e que vai interferir na identidade do profissional, tanto feminino quanto masculino.** Lá [no documento] também diz que não pode ter unhas muito fortes ou maquiagem muito forte, e aí eu não lembro

aonde eu li exatamente, mas o antigo de ética foi regulamentado e tal, bonitinho lá, **mas ele foi construído por intérpretes evangélicos, intérpretes daquela época, ou seja, ele tem uma interferência religiosa ali, e é o que hoje eu faço: transgredir o código de ética, porque a partir do momento que alguém me ver com 3 tatuagens no braço esquerdo e duas no braço direito expostas, eu acabo transgredindo ali uma das regras do código de ética.** [...] Aí quando eu coloco um delineado, coloco uma unha preta, eu transgrido mais um pouco o código de ética, mas aí eu pego e pergunto pra pessoa surda em que isso afeta, foi o que eu já fiz, eu só não escrevi sobre isso, mas eu já fiz. “*Em que isso te afeta?*” (Entrevista realizada em 13/07/2023, ênfase adicionada).

Em um primeiro momento, o participante justifica a existência do documento como um documento norteador na formação de intérpretes e tradutores de Libras, portanto, de uso fundamental nesse campo. Além de reconhecer a importância da Igreja, nesse caso, a evangélica, para a constituição do ofício, o que também mostra um tom da autoria, pois o participante teve sua trajetória marcada por interpretações em cultos, assim, há um movimento de reconhecimento de si próprio.

Já no plano linguístico, destacamos o excerto, “a gente sabe que a profissão surgiu na igreja, surgiu no voluntariado, [...] digo isso de um modo geral, a tradução surgiu na igreja, no voluntariado. Então, a partir do momento em que a gente vê esse documento” (Entrevista realizada em 13/07/2023). Nesse trecho, destacamos a articulação no plano linguístico, com destaque para o operador argumentativo “então”, responsável por encadear duas orações, sendo a segunda, já falando do documento, como uma consequência da anterior.

Ou seja, por ter sido um ofício que emerge na igreja, observamos, na fala do participante, como ele reconhece que alguns aspectos da esfera religiosa são levados para o documento. Dessa forma, já argumenta para um discurso oficial em relação dialógica com a perspectiva socioideológica da Igreja. Por isso, ratificamos nosso posicionamento analítico, de que as marcas discursivas religiosas cristãs, pautadas na manutenção do regime heterossexual, é um traço considerável que está entre os constituintes fundadores da profissão.

Ainda em diálogo com as forças sociais, que agem sobre a língua, podemos compreender como há uma espécie de força centrípeta, orientada pelo viés discursivo religioso, de uniformizar a categoria de intérpretes de Libras, mas não só do ponto de vista técnico: é uma forma de debelar as alteridades de gênero em desacordo com a matriz discursiva heterossexual, a qual está colocada como um dos valores axiológicos de concepção da pessoa profissional intérprete de Libras.

E ainda, o participante continuou a argumentar sobre o assunto em discussão, “a gente percebe que isso não é só uma fala de regras ou de leis ou de profissionalismo, a gente percebe que isso é um atravessamento político e que vai interferir na identidade do profissional, tanto feminino quanto masculino” (Entrevista realizada em 13/07/2023). O que já desperta atenção é o uso dos termos “regras” e “leis”, porque expressa o posicionamento do sujeito frente a esses discursos, sendo compreendidos, pelo uso dos substantivos escolhidos, como enunciados autoritários, no sentido de homogeneizar, apagar as diferenças. Com isso, já um agir ético de um sujeito que se posiciona na vida.

Além disso, há o entendimento de que há uma relação de ordem política no que tange a ética expressa no documento, no sentido de compreender como essas regras interferem na performance do profissional, mas também no sujeito em sua concretude, por entender que não destitui o profissional de suas demais valorações, que juntas as constituem. Essa noção de “imparcialidade”, embasada na ideologia heterossexual, que está assumida, implicitamente, em um documento de alcance nacional, tem por objetivo o apagamento da concretude, pois nega um aspecto axiológico de composição de pessoas, no caso, as LGBTIA+.

O participante é contundente ao falar da relação do discurso religioso cristão como uma forma de anular as diferenças, sendo essa perspectiva ideológica como um dos elementos que compuseram o documento de formação de intérpretes de Libras, elaborado pelo MEC. Outro aspecto, é o cronotópico, porque ele destaca que se trata de um momento histórico, a representação que se tinha do profissional em um dado tempo e espaço, o qual se transforma com o agir do tempo, sendo concretizado em outras representações, outros discursos.

Com relação ao cronotopo, podemos identificar dois: “intérpretes daquela época” e “o que eu faço hoje: transgredir [...]” (Entrevista realizada em 13/07/2023). Como podemos observar, há um diálogo de duas temporalidades, com suas perspectivas ideológicas, e que projetam o ofício da interpretação em Libras por sentidos diferentes: a primeira, a da imparcialidade, com prevalência do rigor técnico; e, a segunda, a superação de uma atuação profissional essencialmente técnica, com o reconhecimento de um sujeito concreto, um corpo real.

Assim, podemos observar como o participante estabelece a tensão, como estratégia discursiva, para expor seu posicionamento ideológico, concretizado por

advérbios de tempo e marcas de expressividades discursivas, que demarcam dois cronotopos: duas avaliações sociais distintas sobre o objeto no tempo e no espaço.

Também destacamos o uso do verbo “transgredir”, que demarca um ato responsivo, pois consiste em uma ação concreta na vida, sendo concretizada pelo elemento emotivo-volitivo. No que concerne à definição de um verbo, como classe gramatical, ele basicamente se define por exprimir uma ação, nesse sentido, visualizamos a valoração contida na marca linguística, porque o participante, de forma consciente, mobiliza um verbo, “transgredir”, para mostrar não só a ação, ou seja, ele está em movimento, de modo a romper com as regras em suas ações.

Mas, para além disso, o uso de um verbo que tem uma constituição semântica de ruptura enérgica, em um sentido de quebrar as regras estabelecidas, portanto, uma ética transgressora. Mais uma vez, ressaltamos para o aparecimento da relação língua e vida, logo, trata-se de um enunciado concreto, sendo revestido de uma vivência de resistência à ordem imposta, à ética imposta pelo documento, oriunda de um discurso religioso heterossexual.

Em seguida, o participante exemplifica a transgressão, quando menciona as suas tatuagens, o que não é contemplado pelo código de ética, que sugere a ideia de um corpo neutro para conseguir realizar uma boa interpretação. Dessa forma, pelo corpo, podemos compreender como já ocorre uma tensão, tendo em vista que o corpo de um sujeito negro e gay/*queer* traz marcas singulares, que se articulam para a elaboração de uma corporalidade única, de um sujeito que tem em sua atuação como intérprete de Libras a expressão de uma forma concreta e única de agir eticamente.

Com isso, o uso das tatuagens está como uma marca de transgressão, uma vez que não é colocada nos manuais. Em razão de não ser mencionado, já se pressupõe uma possível rejeição, já que o uso de adereços não é indicado, o que nos faz pensar que o uso de tatuagens segue essa mesma linha, já que se trata de imagens na pele. Com essa lógica, observamos como o documento estabelece uma exclusão, velada, a respeito de quais são os corpos aptos para atuarem. Ademais, destacamos como esse detalhe pode ser visto para além de uma interdição, pois consiste em uma extensão dos sistemas de exclusão, dos regimes de poder, que interfere, de forma violenta, na constituição da intersubjetividade das pessoas.

Ainda nessa discussão sobre o agir ético da transgressão, o sujeito-participante relata uma situação, vivenciada, por não seguir os parâmetros do código de ética. A seguir, o trecho da entrevista:

Andrei: Por exemplo, aconteceu uma *live* que eu tava de unha laranjada, aí uma intérprete, evangélica, que eu não vou citar o nome, me chamou no privado do *whatsapp* e falou assim:

– Andrey, e essa tua unha laranjada?

– É porque eu gosto dessa cor e tal.

– Ah, mas vai atrapalhar a comunicação com o surdo.

[Aí] eu fiz questão de abrir a minha câmera e perguntar pro surdo:

– Desculpa, o meu esmalte está te atrapalhando na comunicação, você tá entendendo?

– Não, tá tudo bem, eu tô entendendo tudo.

Eu fiz isso para que ela visse a resposta do surdo. Então não é o esmalte, não é a tatuagem, não é o delineado, não é nenhum desses elementos que atrapalham a comunicação, o que atrapalha a comunicação é quando o palestrante fala A e eu interpreto B, e isso atrapalha, porque eu tô traduzindo de outra forma, mas a minha identidade, o meu jeito de ser, de colocar trança, de pintar minha unha, de colocar o meu delineado, não na minha comunicação com a pessoa surda, [mas] interfere na visão da pessoa evangélica, que segue o código de ética, que tem que ser daquela forma. (Entrevista realizada em 13/07/2023).

Nesse relato, há duas questões: uma forma de sanção, pois o intérprete de Libras está fora do que é considerado padrão para o “código de ética” instaurado entre os seus pares de profissão, por isso, é chamado atenção. Nisso, observamos a forte interferência do discurso religioso heterossexual, visto que a fala está na direção de um elemento de transgressão à heterossexualidade compulsória, assentada em uma noção de masculinidade rígida, a qual compreende o cuidado com as unhas como algo feminino.

Sobre o regime da heterossexualidade, Butler (2003, p. 57) comentou, “a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória”. Como o que ocorreu com o participante: essa uniformização consiste em padronizar as formas de masculinidade, que no caso dele, foi pelas unhas, pois na concepção do discurso da heterossexualidade compulsória, pintar as unhas não condizem com uma performatividade masculina aceita na sociedade.

Do ponto de vista linguístico, destacamos o trecho da intérprete que conversava com Andrei na rede social: “e essa tua unha laranjada” (Entrevista realizada em 13/07/2023). Ressaltamos para o uso do pronome demonstrativo “esse” como um tom de expressividade, pois apresenta, em nossa interpretação,

uma forma de provocar uma cisão na integridade de Andrei, pois ao vê-lo apenas como um profissional, há a destituição de sua composição como sujeito concreto responsável. Assim, essa intérprete age, eticamente, com o objetivo de distinguir o profissional daquilo que, na lógica dela, não está em acordo com uma postura profissional, por isso, destaca um elemento que não compõe o sujeito intérprete, sem um reconhecimento na vida.

Essa ideia é corroborada em seguida, quando a intérprete que conversava com Andrei na rede social diz: “ah, mas vai atrapalhar a comunicação”, com ênfase no verbo utilizado, pois chama a atenção esse “atrapalhar”, visto que isso demonstra a forma como ela representa o participante Andrei, não em sua concretude, sendo as unhas como parte sígnica que compõe sentido na expressão de um sujeito. Pelo contrário, enxerga apenas como um adereço, sendo, portanto, necessário tirá-las, uma forma de se despir de si para exercer a profissão.

Com relação a essa implicância com as unhas, muito relacionada com a questão do performar a heterossexualidade, pois um homem heterossexual não pode ter traços de feminilidade, vista como inferior na sociedade, conforme Butler (2003, p. 52) argumentou, “Como repúdio/excluído dentro do sistema, o feminino constitui uma possibilidade de crítica e de ruptura com esse esquema conceitual hegemônico”. Como um artefato de resistência na sociedade cis-hétero, um homem efeminado representa uma crítica aos modelos impostos pela heterossexualidade compulsória, sendo, portanto, inaceitável.

Por concebemos, a partir de sua constituição sócio-histórica, a posição de intérpretes de Libras como um lugar constituído, fluxo discursivo da vida, pelo discurso cristão-heterossexual, um profissional que tenha as unhas pintadas, além de não ser visto como “ético”, por romper o “código de ética”, por infligir um regime discursivo instaurado na sociedade como um todo, o qual está como elemento norteador de todas as áreas, dentre elas, a profissão de intérprete de Libras. Como podemos observar, romper com a noção de “imparcialidade” é transgredir as normas, que estão alicerçadas no paradigma da heterossexualidade compulsória.

A respeito da masculinidade, Butler (2003, p. 52) pontuou, “O “Sujeito” masculino é uma construção fictícia [...]”, o que reforça a compressão de gênero como uma construção, não há como pensar em uma heterossexualidade natural, embora haja um discurso dominante que a faz parecer natural. Sendo as

construções de gênero elaboradas intencionalmente, isso irá reverberar na sexualidade, sendo a heterossexualidade prestigiada e as outras formas, estigmatizadas. Em razão disso, compreendemos o porquê de um homem que performa o feminino ser tão excluído, podendo ocorrer, inclusive, na própria comunidade LGBTIA+.

Adiante, o participante faz a pergunta à pessoa surda, se o esmalte está atrapalhando na comunicação, que responde não. Nesse momento, é interessante observarmos o aspecto linguístico-discursivo, pois o intérprete de Libras diz “o meu esmalte”, demarcando a sua dimensão ética, pois demonstra sua concretude, que perpassa pelas unhas. Ou seja, um ato responsivo materializado pelo pronome possessivo para demarcar a expressividade de um posicionamento de autoafirmação de sua inteireza como sujeito. Assim, o recurso linguístico é uma forma de explicitar a autoria, que compõe a singularidade de um agir ético na vida.

Constatamos como esse recurso estilístico é adotado pelo participante para demarcar seu ato responsivo, pautado em afirmar sua singularidade, que compõe a atuação profissional. Nesse sentido, a atuação como intérprete esta como um dos valores que se relacionam com outros, como a sexualidade/gênero, que não estão dissociados, mas se articulam para compor a unidade da responsabilidade de um sujeito na vida.

Já em momento posterior, podemos observar o uso do pronome possessivo para ratificar a sua concretude: “minha identidade”, “meu jeito de ser”, “de pintar minha unha”, “de colocar meu delineado”. Esses enunciados são formas emotivo-volitivas, estratégicas, de verbalizar o projeto ético, que está ancorado em um discurso de participação concreta do sujeito nos eventos da vida, o que contempla o agir como intérprete de Libras, uma outra possibilidade de agir no campo profissional.

Dessa forma, o uso do pronome “esse”, na fala de Andrei, configura-se como um recurso estilístico para materializar os discursos que compõe o posicionamento ideológico responsável do sujeito, que se opõe a ordem discursiva centralizadora, a qual está expressa, de forma implícita, no código de ética que rege os profissionais intérpretes de Libras. Isso é ressaltado quando este menciona que esses aspectos não interferem na comunicação, sendo mobilizado a própria questão técnica para

fazer a réplica, quando menciona “o que atrapalha a comunicação é quando o palestrante fala A e eu interpreto B” (Entrevista realizada em 13/07/2023).

Esse enunciado chama atenção, pois o participante organiza seu discurso utilizando o enunciado da sua interlocutora, quando ele diz “atrapalha a comunicação”, o que demonstra o estabelecimento de uma tensão, no sentido de que há assimilação do discurso do outro para elaborar um argumento, um posicionamento, em torno de um objeto, que nesse caso, trata-se da interpretação em Libras, especialmente a ênfase na comunicação expressa durante a atuação. E isso é explicitado até mesmo no argumento do participante, pois ele usa do repertório técnico, tão usado para legitimar a noção de “imparcialidade”, de forma a defender sua centralidade, para além dos acessórios ou não, se não tiver a competência tradutória, não há interpretação de qualidade, o que é exemplificado com o relato narrado.

O participante segue sua narrativa, de forma incisiva, em relação aos questionamentos ao código de ética dos intérpretes de Libras:

Andrei: Além do mais, tem que usar preto, [mas] o código de ética não te manda usar preto, ele diz que o preto é uma das melhores cores porque ele é uma cor básica que dá contraste com as outras cores. [...] Se tu apareceres em outro local sem usar preto, eu vou ser julgado, e eu tiver de azul, por exemplo, mesmo que seja uma cor totalmente azul, não tenha nada de desenho, porque a cor do intérprete é preto, então se convencionou o preto, mas não tem nada escrito dizendo que é [obrigatoriamente] o preto, [assim como] não tem nada escrito dizendo que eu não posso colocar as minhas tatuagens, que eu não posso colocar o meu delineado, que eu não posso colocar as minhas tranças, porque isso faz parte de mim como sujeito, faz parte de mim quando eu começo a me constituir como sujeito negro, como sujeito gay, como sujeito fora do padrão que é imposto pela sociedade. (Entrevista realizada em 13/07/2023).

Andrei, como podemos observar, ressalta para certas condutas, cristalizadas entre os intérpretes de Libras, que se constituem como ferramentas de padronização, como é caso da camisa preta, colocada como sendo a cor obrigatória, o que impede o uso de outras cores ou, como sugere o mesmo, produz um sentido de desobediência, uma estranheza quando se opta por outra cor, ainda que seja cor única.

Assim como há o questionamento a respeito das singularidades que o compõe, quando fala em relação ao uso de tatuagens, uso de delineado e uso de trança, adereços que o constituem enquanto um sujeito responsável eticamente na

vida. A respeito desse trecho, destacamos o uso do pronome possessivo, recurso linguístico para concretizar um discurso autoral, o qual demarca um agir ético, o qual está materializado em um ato: o posicionamento em prol de sua existência única, a qual não pode estar separada dos demais campos axiológicos da vida.

Nesse sentido, o que observamos é um sujeito que refrata, no exercício de sua profissão, uma ética, a qual diz respeito à concretude do existir. Sendo, assim, impensável, em um viés responsável da vida, que o participante vá se despir de seus adereços, elementos que, juntos, se articulam para a produção de uma corporalidade, a qual está orientada por um sentido: um sujeito real.

Diante disso, podemos constatar como o uso do pronome, novamente, utilizado pelo participante, nada mais que é um recurso para expressar a materialidade de um posicionamento, que está destinado a romper com os discurso de base heterossexual, que estão como um dos alicerces do código de ética dos intérpretes e que promove uma espécie de punição em quem não performar o gênero de acordo com as exigências do documento, como é o caso do participante, que recebe sanções por expressar sua corporalidade de maneira dissonante, em desacordo com o que está prescrito e é assumido como verdade entre a comunidade de profissionais.

6 PONTO DE CHEGADA: PALAVRAS INACABADAS

Esta dissertação problematizou, a partir das narrativas do participante, questões da constituição arquitetônica da atuação de integrantes LGBTIA+ na atuação profissional como intérprete de Libras. Nossa pergunta-problema está assim formulada: haja vista que o discurso oficial, assimilado pelos manuais e associações, preconizam a dissociação corpo e exercício profissional, como ocorre a constituição arquitetônica do sujeito intérprete de Libras LGBTIA+?

Com base nas análises realizadas, constatamos como o participante da pesquisa tem um discurso constituído por uma tensão, pois em vários momentos, foi possível visualizarmos um embate de vozes, seja a tensão no plano discursivo, seja a tensão no plano linguístico, mediante a mobilização de operadores argumentativos, sendo esse tensionamento marcado pela interdiscursividade, já que o participante apresentou a ordenação de enunciados articulados de maneira singular, na relação com outros discursos, particularmente com os dos documentos do MEC e da FEBRAPILS, que estabelecem o código de ética dos intérpretes e com o religioso.

Essa constituição interdiscursiva está relacionada com a própria trajetória do sujeito na educação de pessoas surdas, tendo a Igreja como um elemento fundamental, visto que foi o lugar onde ocorreu o primeiro contato com a Libras e foi aonde que ocorreram as primeiras atuações, ainda voluntariado, como intérprete de Libras, nos cultos. Por concebemos a Igreja como uma esfera ideologicamente ordenada, a qual tem seus condicionantes sócio-discursivos, podemos encontrar um resquício desse aspecto do discurso religioso nas falas do Andrei.

Apesar de divergir do discurso oficial, presente nos documentos do MEC, de 2004, e da FEBRAPILS, observamos como há uma assimilação dessas premissas, sobretudo o que se entende por profissionalismo e imparcialidade, termos considerados sinônimos e conhecidos por terem um conteúdo que remete a um profissional exemplar, aquele que segue as regras postas no código de ética desse ofício.

Sobre essa conduta do código de ética, também constatamos como há uma constituição baseada no discurso religioso, cristão-evangélico, que consiste na manutenção da heterossexualidade compulsória como uma norma social, a qual está presente, também, no exercício e na formação dos profissionais intérpretes e

tradutores de Libras. Este é um dos discursos assimilados nos documentos do MEC e da FEBRAPILS, documentos de abrangência nacional, com bastante circulação.

A partir dessa premissa, revestida de um eufemismo, o qual pode ser materializado por termos como “imparcialidade”, “profissionalismo”, “neutralidade” que contém, em sua dimensão dialógica, a memória de um discurso das igrejas evangélicas, contexto em que o ofício é oriundo, caracterizado por um discurso amparado nas ideias cristãos-evangélicos de controle das performatividades de gênero, sendo, então, formas de promover, implicitamente, a manutenção do regime heterossexual vigente.

Embora esses documentos, supracitados, reformulem essas premissas, no plano linguístico, há uma memória de ordem discursiva, sendo, então uma espécie de elo, que mantém a relação da palavra, no contexto religioso cristão, à qual é e foi assimilada pelos documentos oficiais. Com isso, as premissas cristãs se atualizam, mantêm o tom de coerção. No entanto, são reelaboradas, como são o caso dos termos utilizados nos artigos, em ambos os documentos.

Dessa forma, constatamos como o chamado código de ética de intérpretes de Libras é constituído de um discurso cristão, caracterizado pelo seu caráter coercitivo. Essa coerção é materializada pelas marcas da língua, as quais são verbos, sempre no imperativo, que trazem um conjunto de modos de comportamentos a serem seguidos. Diante disso, os dois documentos, considerados palavras de autoridade na área, são resultantes da estreita relação que a Libras e a educação de pessoas surdas no nosso país teve ao longo da história.

Em razão disso, pontuamos a relevância das igrejas cristãs no processo de instauração e fortalecimento da Libras e das lutas das comunidades surdas no Brasil, algo de suma importância para que chegássemos no estágio contemporâneo. Contudo, precisamos problematizar os pormenores desse discurso, amparado por uma doutrina religiosa. Tendo, por consequência, a reprodução de algumas normas de gênero, no tocante à performatividade, que interfere diretamente no exercício profissional de intérpretes de Libras ao ponto de se tornar um parâmetro de avaliação ético-profissional da categoria.

Por ser um elemento de constituição das relações de alteridade exercidas entre os profissionais intérpretes de Libras, seja no momento da formação, seja no cotidiano profissional, compreendemos como há uma complexidade envolvida

quando se pensa na constituição do participante Andrei, pois as suas falas reverberam, de forma oscilante, essa perspectiva ideológica discursiva. Como vimos na análise, o mesmo oscilou entre a assimilação desse discurso da imparcialidade e a oposição veemente a essa suposta neutralidade, tão asseverada nos documentos oficiais.

Dessa forma, salientamos para a marca de gênero presente, ainda que de forma oculta, no código de ética dos intérpretes de Libras, já que ao assimilar o discurso cristão-evangélico, podemos encontrar uma convivência com enunciados ideologicamente orientados para privilegiar determinadas pessoas, aquelas que performam o gênero em acordo com o que dizem os preceitos bíblicos, conforme interpretação do pastor ou pastora. Por isso, há uma imposição, como foi observado na análise, nos documentos analisados, que obriga os profissionais a desenvolverem uma conduta profissional marcada pela “imparcialidade” e pelo “profissionalismo”, expressões dotadas de expressividade, pois demarcam aspectos discursivos, os quais estão relacionados com o regime político da heterossexualidade e se caracterizam por apresentarem um conjunto de prescrições quanto à conduta profissional.

Já em relação aos dizeres do sujeito-participante, observamos como há a organização de enunciados em acordo com um projeto discursivo de um autor, no caso, o próprio Andrei, participante da pesquisa. Por compreendermos a relação dos enunciados com a ideologia, na acepção bakhtiniana, ressaltamos para a ordenação no plano linguístico, porque foi por meio das marcas da língua, orientadas por uma perspectiva socioideológica, que os discursos foram materializados. A respeito disso, destacamos o uso de pronomes, substantivos e verbos como recursos da língua mobilizadas para a concretização dos projetos enunciativos, constituídos de expressividade, pelo participante na entrevista.

Por meio do repertório linguístico, mobilizado de forma consciente, encontramos enunciados organizados a partir de uma tensão, por vezes, com a polaridade, ou seja, com um enunciado composto por duas posições discursivas articuladas em prol de outro posicionamento, o do autor. Assim, em alguns momentos, visualizamos a fala do Andrei marcada pela oposição ao discurso oficial, em outros momentos, há uma anuência sutil e, de forma esporádica, no uso das duas posições para constituírem a própria argumentação do participante.

Diante disso, consideramos a linguagem como o palco do embate de vozes, as quais não acontecem de forma homogênea, mas de maneira singular, a depender das circunstâncias da realidade concreta as quais os diferentes sujeitos estão inseridos e, sobretudo, a depender do projeto discursivo do autor. Apesar de manter o discurso oficial, e isso se explica pela constituição profissional, a qual está assentada nessa noção de “imparcialidade”, portanto sendo um valor assimilado por todas as pessoas em formação. No entanto, destacamos o contraste, explicado pela formação intersubjetiva do participante, que expande seus horizontes socioideológicos quando em contato com os movimentos sociais, na universidade, com desta que para os grupos LGBTIA+ e de resistência da negritude.

Em razão disso, podemos observar como não há uma cisão na intersubjetividade do participante, uma vez que ao atuar como intérprete de Libras, o sujeito mobiliza toda a sua constituição axiológica, o que inclui, no caso deste estudo, conforme foi narrado pelo participante, a sua dimensão de gênero e de sexualidade e a sua negritude, com suas valorações que compõe a completude do Andrei enquanto um sujeito concreto. Desse modo, expressamos a nossa crítica aos discursos oficiais, pois ao integrar o ideal de “imparcialidade”, há, não só uma discriminação de gênero, velada, mas também a observância de um sujeito sem relação com a vida, visto que é necessário se despir de seus valores para a realização de um exercício profissional neutro.

Sobre essa neutralidade, é difundida tanto no plano linguístico-discursivo durante a atuação profissional, quanto na própria estética de atuação. A respeito do primeiro, é impossível de concebermos, pois, segundo a perspectiva dialógica, assumida no trabalho, todo enunciado está precedido por uma orientação valorativa, há um viés ideológico, sendo o recurso linguístico a forma de materializar esse valor, o qual é expresso por um sujeito mediante às marcas da língua. Com isso, ressaltamos para os discursos, não há discurso neutro, o que pode haver é uma valoração direcionada para um discurso que tem por objetivo parecer neutro, mas palavra neutra não há.

Já no que tange ao segundo aspecto, especificamente a composição estética do intérprete de Libras, a noção de neutralidade está, principalmente, no uso da camisa preta, sem o uso de qualquer acessório, de qualquer caráter, seja no corpo, seja no cabelo. Isso já chama atenção, porque exige do profissional intérprete de

Libras essa suposta neutralidade, dado que não é permitido o uso de nenhum adereço, ainda que seja de ordem religiosa. Com relação a essa discussão, destacamos como há uma tentativa, bem-sucedida, diga-se de passagem, de elaboração de um sujeito que tem justamente a sua intersubjetividade invalidada, pois é como se a pessoa tivesse de se despir, e isso inclui tirar seus adereços, que compõe sentido, para poder atuar e referendar essa atuação.

Já falando especificamente sobre o que foi narrado pelo entrevistado, constatamos um posicionamento responsável no sentido de se opor as prescrições do código de ética da profissão, pela necessidade de se autoafirmar como sujeito, o que implica pensar na sua corporeidade, a qual está relacionada com o uso de tranças, delineado, unhas pintadas; aspectos que compõe sentido na constituição concreta de um sujeito real: o Andrei.

Em virtude disso, destacamos o ato, consciente, de um sujeito que performa o gênero de maneira dissonante da forma apregoada nos discursos oficiais, e que realiza uma transgressão, isto consiste na sua própria constituição intersubjetiva, que emerge no momento da atuação profissional. Nesse sentido, destacamos para a concretude de um sujeito ativo, por se posicionar axiologicamente na vida, o que inclui a esfera profissional, sendo esses posicionamentos materializados nas formas de ser e estar no mundo, portanto, de caráter singular.

Essa singularidade pode ser compreendida como uma forma de resistência de um sujeito que rompe com as convenções de gênero e de sexualidades estabelecidas, traço que repercute diretamente em sua atuação como intérprete de Libras, visto que a esfera profissional é um dos campos da vida, dessa forma, não há como pensarmos em uma atuação profissional que não contemple um sujeito concreto, constituído por valores, integrados por diferentes situacionalidades. Portanto, um sujeito com um agir ético, ativo, na vida.

Nessa perspectiva, há um sujeito constituído em sua concretude, que consiste na articulação dos diferentes valores: a homossexualidade e a negritude, entre outras, com destaque para estas, pois foram citadas pelo participante, em torno de um sujeito que tem uma ação na vida e a realiza em ato, de forma única e irrepetível. Nessa interpretação, podemos observar duas perspectivas de sujeito: de um sujeito “neutro”, que consegue se despir de sua intersubjetividade na atuação

como intérprete de Libras e um sujeito ativo, situado em um existir-evento único, que mobiliza ações, e que as realiza de forma estilizada, portanto, singulares.

Diante disso, destacamos a necessidade de problematizarmos os discursos oficiais, o qual está constituído de enunciados orientados por perspectivas ideológicas diversas, principalmente a cristã-evangélica, aspecto com bastante interferência no processo de constituição do sujeito intérprete de Libras. Com base nisso, ressaltamos para um marcador de gênero e de sexualidade como um dos fatores de validação nesse ofício, uma vez que é exigido uma postura “imparcial” da pessoa, a qual nada mais é que performar o gênero em acordo com o regime discursivo dominante: a heterossexualidade.

Como primeira conclusão, pontuamos como há uma relação problemática, visto que essa constatação, resquício do discurso cristão-evangélico, o qual condiciona a performatividade de gênero, não é uma pauta de debate quando se fala nas discussões acerca dessa categoria profissional, pois se voltam apenas para questões de ordem técnicas e de afirmação da classe, o que destacamos ser fundamental, uma vez que a Libras ainda é uma língua marginalizada na sociedade, sendo, então, necessário que continuemos a discutir o óbvio: a necessidade de eventos acessíveis, necessidade da remuneração de forma justa, formação de novos profissionais, dentre outras questões.

Porém, ressaltamos, com veemência, precisamos discutir, enquanto categoria profissional, o nosso ofício como um exercício de promoção linguística, que se notabiliza por realizar a democratização das informações. Logo, não há como pensarmos em regras que impedem ou, o que é pior, penalizam a intersubjetividade de um determinado grupo de pessoas no momento da atuação. Assim, é fundamental uma releitura desse código de ética, altamente prescritivo, fortemente marcado por um tom moralizante.

Uma segunda conclusão das análises realizadas, é a importância de incluirmos nessas temáticas, mais uma pauta: problematizar o código de ética, já que não se trata de uma discussão apenas de ordem profissional, está para além disso, uma vez que estamos falando de uma normativa, revestida de um caráter técnico, assimilada pelo discurso oficial e validada em documentos de circulação nacional, dessa forma, uma palavra com um caráter de autoridade. Em virtude disso, questionar e buscar entendermos o porquê desses discursos, quais são suas bases,

são pontos fundamentais para que se cheguem a sentidos ocultos, os quais estão assentados, no caso da questão de gênero e de sexualidade, na manutenção do regime discursivo da heterossexualidade compulsória.

Essa ordem promove, conforme as palavras do participante, uma forma de exclusão velada, sendo direcionada na cisão da intersubjetividade do sujeito, pois ao impedir a expressão real das performatividades de gênero, compreendemos como uma forma de negação da concretude, portanto, como uma forma de exclusão, no caso do que foi constatado, uma maneira de neutralizar a corporeidade de um sujeito inserido na arquitetônica da vida na sua concretude.

Uma terceira, é que se faz necessário questionarmos o ser “imparcial”, que é uma forma de legitimar a posição discursiva de um ofício criado na igreja e, posteriormente, tornado categoria profissional, com uma performatividade de gênero prescrita. O que consiste, na realidade, na extensão das regras bíblicas, de forma implícita, para segregar, no âmbito da profissão, os corpos e as corpos considerados e consideradas fora da norma de gênero estipulada pelos ideais das igrejas cristãs. Neste sentido, o discurso cristão segue se movimento, histórico, de controle e prescrição dos corpos na nossa sociedade, tendo a homofobia como um instrumento de legitimação ideológica, que é mobilizado pela bíblia, sobretudo, reverberada pelo seio social e assimilada pelas instituições, forjadas no discurso cristão, portanto, na repressão do desejo dos corpos.

Com esses questionamentos, reiteramos nosso posicionamento, em acordo com a perspectiva bakhtiniana, de um sujeito concreto, logo, não há como pensarmos na interpretação como uma atividade destituída de um sujeito-intérprete de Libras inserido em um mundo de pessoas, constituído por ideologias, sendo essas mobilizadas no seu exercício profissional, como foi mostrado pelas narrativas do Andrei. Com isso, defendemos a ética que privilegia a concretude da palavra, assim, um sujeito responsável, que age eticamente de modo a enunciar a sua corporeidade, o que inclui a sua performatividade de gênero, expressa sem ser regulada por uma noção pré-estabelecida.

Esse sujeito, constituído pela singularidade como um aspecto fundamental, tem sua intersubjetividade elaborada nas relações de alteridade, o que já demonstra a perspectiva da mutabilidade, sendo, então, improdutivo pensarmos em relações sociais cristalizadas, pelo contrário, o fator do aqui e agora age de forma a produzir

atos irrepetíveis. Além disso, cada sujeito tem sua singularidade também expressa mediante as performatividades de gênero, a qual atua como uma forma responsável de se posicionar eticamente no mundo.

Assim, pontuamos a urgência de repensarmos a atuação do intérprete de Libras não pela ótica da “imparcialidade”, a qual imobiliza o sujeito na sua concretude, mas em um ponto de vista amparado em uma atuação situada no fluxo da vida, logo, em sujeitos reais, encarnados por uma corporeidade que está elaborada por diferentes sentidos, os quais articulados produzem um ato responsável na vida, a expressar uma ética comprometida com o interlocutor e engajada com uma palavra concreta, portanto, um exercício profissional real.

De modo que os discursos são elaborados sem dissociá-los de suas relações com a vida, ou seja, a mobilização não de um mero traslado de uma língua fonte, oral, para uma língua alvo, de sinais, mas na realização de processo de reconstrução da palavra, na elaboração de enunciados concretos em conformidade com as línguas, e, por conseguintes, diversas culturas que têm no sujeito um aspecto central: o autor que se posiciona, axiologicamente, na vida e isto inclui o exercício profissional, que não está dissociado dos valores que o compõe.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; JUNG, Ana Paula. História dos intérpretes de língua de sinais no Brasil: de mãos missionárias á mãos profissionais. **Revista educação especial em debate**. v.8, n.15, p. 115-135, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/41575> Acesso em: 10 de abril de 2024.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João editores, 2017. 160 p.

BAKHTIN, Mikhail. Por uma metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da ed. Russa Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 57-79.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução: Paulo Bezerra. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2015, 256p.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8. Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-240.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira] – 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução coordenada por Carla Rodrigues. São Paulo: editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução Rogério Bettoni. 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Brasília**: Paulo Renato Souza, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –

Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no **Diário Oficial da União** em 22/12/2005.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de jul. De 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário oficial da união**, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.**

BRASIL. **O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa/** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC, SEESP, 2004, 94 p.

BRÍCIO, Vilma Nonato. Conversação sobre gênero, sexualidade, teoria queer e educação: entrevista com Guacira Lopes Loro. **Revista do difere**, v.2, n.2, p.1-9, 2012.

CAMPOS, Maria Inês Batista. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin e o círculo**. 1. Ed. 2º reimpressão. São Paulo: contexto, 2021. p. 15-30.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Tradução de J, Guinsburg. São Paulo: perspectiva, 2008.

COSTA, Sheila Batista Maia Santos Reis da. **Estratégias linguísticas identitárias da sexualidade de surdos LGBTTQIA+ no processo de tradução LSB-LPO: como traduzir uma identidade que não é minha?** 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. O retrato de Mikhail Bakhtin em sua mais recente biografia russa (2017). In: BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz; FRANCELINO, Pedro Farias. **Linguagem e conhecimento**. Campinas: Pontes editores, 2019, p. 15-42.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e Ética**. Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JURANDIR, Dalcídio. **Passagem dos inocentes**. 2. Ed. Belém: folheando, 2023. 346p.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos Campos de Cachoeira**. 8ª ed. Bragança: Parágrafo Editora, 2019.

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. Belém: EDUFPA, 2004.

LACERDA, Cristina B. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LOBATO, H. K. G. ; RODRIGUES, F. A. T. ; BENTES, J. A. O. ; OLIVEIRA, A. I. . Libras e Educação de surdos: Análises de pesquisas de um programa de pós-graduação em educação. In: **10º Congresso brasileiro de educação especial**. 2023, São Carlos. Anais DO 10º congresso brasileiro de educação especial, 2023, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023, 2023. v. 10.

LORO, Guacira Lopes. **Teoria queer**: uma política pós-identitária para a educação. Revista estudos feministas, ano 9, p. 541-553, 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em:http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em: 28/02/2024.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. .Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Waldma Máira Menezes de. **Representações sociais de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior**. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, I. A.; FONSECA, M. J. C. F.; SANTOS, T. R. L. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 37-53.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. “Cancelando” o cuier. **Contemporânea**. Dossiê queer caboclo, v. 10, n.1, p. 125-151, 2020. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/859> Acesso em: 12 de abril de 2024.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Queer nos trópicos**. Contemporânea, v.2, n.2, p. 371-394, 2012.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Zahar, 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. 1.ed. São Paulo: parábola, 2019. 192p.

RIBEIRO, Maria Inês Batista Campos Noel. Compreensão sobre a arquitetônica em Bakhtin: fontes kantianas. **Revista ORGANON**, v. 30, p. 1-210, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/56901> Acesso em: 14 de abril de 2024.

RIBEIRO, Maria Inês Batista Campos Noel. O encontro de Bakhtin e Kagan: fontes filosóficas. **Conexão Letras**, v. 8, p. 33-46, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55176> Acesso em: 28 de maio de 2024.

SANTOS, Ozivan Perdigão. **Sinalizações de um professor surdo: a interpretação de Libras como processo de retextualização**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Pará. 2012.

SANTOS, Saionara Figueiredo. **A construção discursiva de identidades de gênero de tradutores e intérpretes de libras não heteronormativos**. 2019. 250 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, p. 19-54, 2007.

SOBRAL, Adail. **A filosofia primeira de Bakhtin: roteiro de leitura comentado**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2019. 168 p.

TEIXEIRA, E; OLIVEIRA, I. A. Cuidados éticos na pesquisa. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 37-53.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Fábio Augusto Teixeira Rodrigues.

Primeiro nos apresentamos: José Anchieta de Oliveira Bentes é professor da UEPA; Fábio Augusto Teixeira Rodrigues é aluno da pós-graduação do curso de mestrado em Educação da UEPA. Ambos estamos pesquisando sobre a “Constituição arquitetônica de intérpretes de Libras LGBTIA+ na educação de pessoas surdas”.

Apresentamos a seguir o objetivo deste projeto e nossos procedimentos.

O objetivo desta investigação é analisar a constituição arquitetônica de intérpretes de Libras LGBTIA+ diante de um discurso oficial, pautado na dissociação do exercício profissional com a esfera da vida. Especificamente, queremos identificar e interpretar quais são as tensões que estão presentes no exercício profissional desses sujeitos e como são mobilizados os argumentos pelos próprios profissionais a respeito desses conflitos.

Para tanto, precisamos de sua autorização para obter a sua narrativa. Durante a gravação dessas narrativas, é possível que você se emocione ou se angustie, caso algum fato seja constrangedor.

Caso isso aconteça e você se sinta desconfortável, é garantido o direito de interromper a filmagem e encerrar a sua participação na pesquisa.

NÃO se preocupe porque não utilizaremos a sua imagem no texto escrito. Elas serão usadas APENAS para transcrição da sua língua portuguesa falada para a língua na sua modalidade escrita com fidelidade ao que for falado.

Utilizaremos o seu nome, de modo que o identifique, desde que haja seu consentimento.

Dentre os benefícios da pesquisa, será possível ampliar as discussões sobre a temática da performatividade de gênero, a singularidade na atuação de tradutores e intérpretes de libras na universidade.

Os riscos dessa pesquisa estão na possibilidade de você se sentir constrangido com alguma informação, você pedir a suspensão da entrevista e cancelar sua participação.

Para participar dessa pesquisa, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer valor financeiro.

Eu _____estou ciente que a qualquer momento posso recusar-me, bem como retirar a minha participação, sem qualquer penalidade ou modificação na forma como me relaciono com os pesquisadores.

A fim de garantir que as medidas acima serão tomadas, eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, destacando que a minha participação nesse estudo é voluntária e se eu decidir não permitir a participação ou quiser desistir a qualquer momento da pesquisa, tenho absoluta liberdade de fazê-lo sem penalização alguma.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a minha decisão sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Declaro concordar e ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Belém, ____de_____de 2023.

Os dados esclarecidos são os seguintes:

Pesquisador principal: Fábio Augusto Teixeira Rodrigues.

Demais pesquisadores: José Anchieta de Oliveira Bentes.



**Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA**

